

**Aviso 07/04/2022 14:18:51**

Prezados licitantes, ressaltamos que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. Assim, reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada. O link do SIGEO é <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>

**Aviso 08/04/2022 14:05:20**

Avisamos a todos os licitantes que o texto do subitem 9.11.4 do edital foi alterado. O texto a ser considerado é o que segue: " 9.11.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital. A comprovação de vínculo profissional será feita conforme os requisitos abaixo: a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente; c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; d) Prestador de serviços: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame."

**Aviso 11/04/2022 17:09:28**

Prezados licitantes, informamos que no subitem 5.8 do tópico 5 - Módulos fotovoltaicos, do subitem 1.2 - Descrição Detalhada do Objeto, do Item 1 - Objeto da Contratação, do Anexo I - Termo de Referência do Edital, está especificado que: "Os módulos devem ter potência nominal mínima de 545 Wp e potência por área de 247 Wp/m², incluídas todas as tolerâncias". Melhor esclarecendo, informamos que a potência por área passa a ser de 205 Wp/m², mantendo-se a potência mínima do módulo em 545 Wp.

**Aviso 19/04/2022 12:28:54**

Recomendamos, FORTEMENTE, que as empresas interessadas e profissionais de Direito e/ou de Engenharia por elas contratados LEIAM os avisos e esclarecimentos postados nesta plataforma. Avisamos que, conforme o subitem 1.1 do item 1 do edital - Do Objeto - os esclarecimentos prestados e consignados no Portal de Compras do Governo Federal SÃO PARTES INTEGRANTES DO EDITAL ("... conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br").

Re: Dúvida em relação ao pregão eletrônico - EDITAL DO PROAD Nº 1914/2022-1

1 mensagem

Licitações <licita@trt15.jus.br>

11 de abril de 2022 09:15

Para: emiliano@megaenergia.com.br

Cc: licita@trt15.jus.br, lilian@megaenergia.com.br, megaenergia@megaenergia.com.br, eduardo@megaenergia.com.br

Prezado licitante, bom dia.

Referente ao questionamento de sua empresa, recebemos a seguinte resposta da área técnica requisitante:

"Quanto ao questionamento, desde que o atestado de capacidade técnica contenha uma usina com mínimo de 50 kWp, pode ser de mini ou microgeração, ou seja, o importante é a comprovação da potência e não de ser mini ou microgeração.

Ocorreu que a usina a ser construída é de 100kWp, de minigeração, mas o que podemos solicitar para a habilitação é 50% disso. Por isso na habilitação ficou com 50 kWp e escrito minigeração, mas ressaltando, ser mini ou micro é indiferente."

Sendo o que havia a relatar, apresentamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em qui., 7 de abr. de 2022 às 17:04, <emiliano@megaenergia.com.br> escreveu:

Boa tarde,

Estamos com dúvida em relação ao item 9.11.2 do EDITAL DO PROAD Nº 1914/2022-1 – Pregão eletrônico, que diz o seguinte:

"9.11.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: Apresentação de um ou mais

atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de

direito público ou privado, devidamente identificada, que comprove(m) ter executado

satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital,

compatível(eis) características, quantidades e prazos:

- instalação e comissionamento de unidade geradora solar fotovoltaica na

categoria

minigeração, do tipo conectada à rede (on-grid), com capacidade mínima de 50 kWp.”

Neste caso o atestado de capacidade técnica para instalação e comissionamento de unidade geradora solar fotovoltaico, a categoria pode ser de **MICROGERAÇÃO** (sistemas de geração de até 75kWp)?

Agradeço pela disponibilidade.

Cordialmente,



--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit <https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/!%26!AAAAAAAAAAYAAAAAAAH3qJcUjo%2BICmg2p9SGoYmjCgAAAEAAAAIg3nKdH4fNCjllCKkXaic8BAAAAAA%3D%3D%40megaenergia.com.br>.

Re: Pedido de Esclarecimentos - EDITAL DO PROAD Nº 1914/2022-1 PREGÃO ELETRÔNICO

1 mensagem

Licitações <licita@trt15.jus.br>

8 de abril de 2022 14:22

Para: André Luiz Martins <amartins.jur@gmail.com>

Cc: licita@trt15.jus.br, mgesolar@mg solar.com.br

Prezado licitante, boa tarde.

De fato, a exigência que constou no subitem 9.11.4 não irá prosperar. O texto a ser observado é o que segue:

" 9.11.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital. A comprovação de vínculo profissional será feita conforme os requisitos abaixo:

- a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;
- c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- d) Prestador de serviços: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagra vencedor do certame."

Já foi postado o devido esclarecimento no Comprasnet.

Cordiais saudações.

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em sex., 8 de abr. de 2022 às 11:10, André Luiz Martins <amartins.jur@gmail.com> escreveu:

Ao Nobre Pregoeiro (a)

O referido edital, trata como objeto a contratação de empresa especializada para instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica.

Todavia, o item 9.11 - Qualificação Técnica, faz exigência de engenheiro mecânico, junto ao quadro de pessoal, entretanto, o que têm ocorrido em outros certames, é a exigência de engenheiro elétrico, que perfeitamente estaria condizente ao objeto.

Mas havendo entendimento, de se manter a possibilidade de engenheiro mecânico, o correto seria a retificação para também possibilitar o engenheiro elétrico, permitindo assim a concorrência leal.

9.11.4. Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, engenheiro mecânico ou técnico de segundo grau, conforme consta em Resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica conforme subitem acima. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo:

Espero ser atendido no pedido e aguardo respostas, e não havendo concordância, fica desde já notificado o órgão a intenção de impugnação do referido edital.

Atenciosamente

Objeto: Contratação de instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectado à rede (on-grid) com potência mínima aceitável de 100 kWp ((kilowatt pico), além da atualização e/ou substituição do padrão de entrada de energia no prédio da VT de São João da Boa Vista, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para a montagem e ativação da micro usina fotovoltaica e do padrão de entrada de energia, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital.

NOTA 1: As especificações consignadas no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

NOTA 2: A presente licitação é regida pela Lei n.º 8.666/93 e demais normativos consignados no preâmbulo deste edital, nos termos do artigo 191, da Lei 14.133/2021.

Registro de Preços: Não

Exclusiva ME/EPP: Não

Margem de Preferência: Não

Valor Total Estimado: R\$ 457.596,00

--

A.M Assessoria & Consultoria em Licitações

André Luiz Martins

MG Energia Solar



Livre de vírus. www.avast.com.

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitações - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/CAFF_1OvXyanRjY4VkmqkMY7CU9W7NQWaOQSCvFwRdsp9ZP_iw%40mail.gmail.com.

Re: Pregão Eletrônico 006/2022

1 mensagem

Licitações <licita@trt15.jus.br>

8 de abril de 2022 14:12

Para: MV ASSESSORIA <mv.licitacoes21@gmail.com>

Cc: Licitações <licita@trt15.jus.br>

Prezado licitante, boa tarde.

A área técnica nos repassou a seguinte informação:

"A usina será instalada em solo, conforme mostra o desenho do terreno (ANEXO 1) último documento do edital."

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em sex., 8 de abr. de 2022 às 13:05, MV ASSESSORIA <mv.licitacoes21@gmail.com> escreveu:

Me desculpe, não me atentei ao número errado. Ok, fico no aguardo.

Em sex., 8 de abr. de 2022 às 13:02, Licitações <licita@trt15.jus.br> escreveu:

Prezado Licitante,

Vamos verificar junto à área técnica requisitante.

Aproveitando, o número do Pregão é 16/2022.

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em sex., 8 de abr. de 2022 às 12:57, MV ASSESSORIA <mv.licitacoes21@gmail.com> escreveu:

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectado à rede (on-grid) com potência mínima aceitável de 100 kWp ((kilowatt pico), além da atualização e/ou substituição do padrão de entrada de energia no prédio da VT de São João da Boa Vista, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para a montagem e ativação da micro usina fotovoltaica e do padrão de entrada de energia

Edital a partir de: 07/04/2022 das 08:00 às 17:59 Hs.

Não entendemos onde será instalada a Usina de Energia Fotovoltaica, se no telhado, no solo ou em *carport*.

Em sex., 8 de abr. de 2022 às 12:50, Licitações <licita@trt15.jus.br> escreveu:

Prezados senhores, boa tarde.

Não entendemos a dúvida de sua empresa.

Qual é o objeto deste Pregão?

Aguardamos maiores informações.

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em sex., 8 de abr. de 2022 às 12:47, MV ASSESSORIA <mv.licitacoes21@gmail.com> escreveu:

Bom dia, não conseguimos identificar se a UFV será instalada em solo, telhado ou carport, poderiam confirmar, por favor?

Att.

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/CAA-w8EqO_WyHsDeyWPWAgzS31ywQzOPjTUKH3uWHDBOavX_KQg%40mail.gmail.com.

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/CAA-w8Er2_h6Dfi%2BV88QLBEtFSph5RoeXJiGqrvNrxWV1Ne0fBw%40mail.gmail.com.

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/CAA-w8EoMfpLHuqw1y4NVWd_Fag2hZ0AtbrjX_B4k2_keaF_ReA%40mail.gmail.com.

Re: Questionamento EDITAL DO PROAD Nº 1914/2022-1

1 mensagem

Licitações <licita@trt15.jus.br>
Para: sergio@abrenergias.com.br
Cc: licita@trt15.jus.br

11 de abril de 2022 16:51

Prezado licitante, boa tarde.

Recebemos a seguinte resposta da área técnica requisitante:

"Bom dia !!!

Após análise do questionamento e consultas aos *DATASHEETS* de vários fabricantes e acatamos a alteração para 205 Wp/m², mantendo-se a potência mínima do módulo em 545Wp."

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em seg., 11 de abr. de 2022 às 12:20, <sergio@abrenergias.com.br> escreveu:

Bom Dia;

Segue questionamento referente ao EDITAL DO PROAD Nº 1914/2022-1:

No item 5.8 do Termo de Referência está especificado que:

"Os módulos devem ter potência nominal mínima de 545Wp e potência por área de 247Wp/m², incluídas todas as tolerâncias."

Dado que a potência mínima especificada é de 545W, a potência por área de 247Wp/m² está superdimensionada, pois a maioria dos painéis de 545W possuem área de cerca de 2,6m².

Isto resulta em uma potência por área de cerca de 210Wp/m² para os principais painéis de 545W.

Assim sendo, solicitamos que a potência por área especificada seja diminuída para 205Wp/m², ou que sejam informadas pelo menos 3 marcas de painéis de 545W de empresas TIER 1 que possuam a potência por área especificada originalmente.

Obrigado.

BEH Soluções Ltda.

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitações - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit <https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/376c46f4d07db2ac9c876db83b14aa63%40abrenergias.com.br>.

**Re: ESCLARECIMENTO 2 - TRIBUNAL REG DO TRABALHO 15 REG CAMPINAS
- SP - PE 16-2022**

1 mensagem

Licitações <licita@trt15.jus.br>

12 de abril de 2022 13:08

Para: Cristiane Rosa da Cruz <licitacao2@ourolux.com.br>

Cc: claudioliveira@trt15.jus.br, licita@trt15.jus.br

Prezada licitante, boa tarde.

Referente ao primeiro questionamento deste e-mail, será encaminhado para a área técnica licitante.

Quanto ao segundo, informamos que já foi feito aviso e esclarecimento a respeito, conforme segue:

Aviso 08/04/2022 14:05:20

Avisamos a todos os licitantes que o texto do subitem 9.11.4 do edital foi alterado. O texto a ser considerado é o que segue: " 9.11.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital. A comprovação de vínculo profissional será feita conforme os requisitos abaixo: a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente; c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; d) Prestador de serviços: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame."

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em ter., 12 de abr. de 2022 às 11:49, Cristiane Rosa da Cruz <licitacao2@ourolux.com.br> escreveu:

Prezados

Complementando o e-mail anterior segue esclarecimento nº 02

- SERÁ PERMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO?

- Houve erro de digitação nas exigências da qualificação técnica, pois devido ao objeto da licitação ser "energia solar", deveria exigir **ENGENHEIRO ELETRICISTA** e **CREA**, excluindo **ENGENHEIRO MECÂNICO E CONFEA**. Sendo assim podemos substituir conforme segue abaixo:

9.11.4. Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, engenheiro mecânico ou técnico de segundo grau, conforme consta em Resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica conforme subitem acima. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo

SUBSTITUIR POR

9.11.4. Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, **ENGENHEIRO ELETRICISTA**, conforme consta em Resoluções do **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia** – **CREA**, detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica

conforme subitem acima. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo

--



Cristiane Rondina

Analista de Licitação

Tel: +55 11 2172-1009

Av. Bernardino de Campos, 98 - Paraíso

São Paulo - SP, 04004-050

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit <https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/CAB0DJN0EXchaHuxSpwuTPOqdYPB--cuxoBYnvyX-BUzmYethPA%40mail.gmail.com>.

**Re: ESCLARECIMENTO 1 - TRIBUNAL REG DO TRABALHO 15 REG CAMPINAS
- SP - PE 16-2022**

1 mensagem

Licitações <licita@trt15.jus.br>

12 de abril de 2022 16:31

Para: Cristiane Rosa da Cruz <licitacao2@ourolux.com.br>

Cc: licita@trt15.jus.br

Prezada licitante, boa tarde.

Referente a parte dos questionamentos encaminhadas, recebemos as seguintes informações da área técnica requisitante:

"Acerca das exigências técnicas desse edital, perguntamos o que segue:

Gostaríamos de saber qual o tipo do telhado onde será instalado o Sistema Fotovoltaico, isto é, o Sistema Fotovoltaico será instalado:

- a) em **telhado metálico** (ondulado ou trapezoidal)?
- b) em **calhetão** (tipo de estrutura madeira, metálico ou alvenaria)?
- c) em **fibrocimento** (tipo de estrutura madeira, metálico ou alvenaria)?
- d) em **cerâmico** (tipo de estrutura madeira, metálico ou alvenaria)?
- e) em **laje** ou **solo**?

A usina será instalada em solo, conforme mostra o desenho do terreno (ANEXO 1) último documento do presente edital.

Caso a comissão de licitações não saiba, existe um tipo de estrutura para cada tipo de telhado citado, e essa informação é muito importante para a realização do custo total da usina UFV.

- f) Sendo a instalação em telhado, o órgão possui Laudo Técnico Estrutural?
- g) O órgão será o responsável pela avaliação da sobrecarga a estrutura da edificação devido às instalações da usina sobre o telhado, de modo a não causar danos à edificação existente, seja estrutural ou de outra natureza?
- h) Após a análise do responsável técnico (engenheiro civil), e, sendo necessário o reforço estrutural para atender a sobrecarga dos módulos fotovoltaicos, a responsabilidade pela execução/reforço estrutural, será da **CONTRATANTE**, correto?
- i) Qual a área em m² disponível em cada uma das unidades para instalação do sistema fotovoltaico?

A usina será instalada em solo, conforme mostra o desenho do terreno (ANEXO 1) último documento do presente edital.

j) No projeto de implantação da usina Solar Fotovoltaica, está sendo considerada a operação e manutenção – O&M?

a) Quanto tempo de O&M?

b) O valor estimado previsto orçamentário está contemplando O&M e qual o valor mensal?

Não está previsto O & M (Operação e Manutenção) para esta contratação, somente Projeto e Instalação da micro usina. Operação será acompanhada pelos técnicos do TRT de acordo com o treinamento fornecido pela empresa que vencer o certame, conforme item 15 - TREINAMENTO do Anexo I ao Edital - Termo de Referência. A manutenção, quando necessária, será contratada empresa especializada.

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS 2

a) Qual a tensão nominal do local 127, 220 ou 380V?
Esta informação está no

b) O fornecimento da rede é monofásico, bifásico ou trifásico?

As informações referentes aos itens a) e b) constam do item 3 . Diretrizes do Projeto, subitens 3.1, 3.2 do Anexo I ao Edital - Termo de Referência.

c) É necessário a readequação do padrão de entrada e/ou quadro de distribuição? Caso positivo, os custos será por conta da **CONTRATANTE**, correto?

Estas informações constam do item 2. O Objeto Contratado Compreenderá os Seguintes Itens: subitens a) , b) e c) do Anexo I - Termo de Referência.

d) É obrigatório o envio de comprovação de ligação da usina junto à Concessionaria de Energia, ou seja Comprovações de regularidade dos projetos relativos aos atestados de capacidade técnica exigidos, emitidos pela respectiva Concessionária de Energia, devidamente registrados na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)?

Estas informações constam do item 3. Diretrizes do Projeto, subitens 3.7 ao 3.15 . Anexo I ao Edital - Termo de Referência.

e) É obrigatório sob pena de desclassificação a menção de marca/modelo na proposta comercial e envio de catálogos dos inversores e módulos FV?

Os módulos deverão atender às premissas do item 5 – Módulos Fotovoltaicos do Anexo I ao Edital - Termo de Referência.

Os inversores deverão atender às premissas do item 7 – Inversores do Anexo I ao edital - Termo de Referência.

f) Qual é o endereço(s) completo do local(is) da instalação da usina(s)?

Informações referentes ao local de instalação estão presentes no item 1.4 Local e horário da prestação dos serviços. Anexo I ao Edital - Termo de Referência.

g) Solicitamos para informar a longitude e latitude?

Esta informação pode ser obtida através do endereço da instalação conforme item 1.4 Local e horário da prestação de serviços. Anexo I ao Edital - Termo de Referência.

h) Para melhor dimensionamento do projeto, solicitamos o envio do(s) projeto(s) básico(s) e demais documentos técnicos.

Projetos e demais documentos são objeto desta contratação conforme item 1.2 – Descrição Detalhada do Objeto. Anexo I ao Edital - Termo de Referência.

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS 3

3.1. FORMA DE FATURAMENTO

A Legislação vigente em âmbito nacional, em especial o Decreto 8.950/2016 e revisões posteriores e Convênio ICMS 101/97, concedem benefícios fiscais para equipamentos utilizados em geração de energia solar e eólica. Questionamentos se, denominado “Conjunto Fotovoltaico CJFV”, poderá ser faturado com os NCM's no 8501.32.20 e 8501.33.20 (conforme a potência), para melhor aproveitamento fiscal conforme exposto com benefícios fiscais concedidos para Geração de Energia Renovável.

Cumpramos observar que na Nota Fiscal de Venda do Gerador Solar Fotovoltaico, incidirá:

I PIS - 1,65% | COFINS - 7,60% | ICMS - 0% | IPI - 0% e, sobre o lucro incidirá: CSLL - 9% | IR 10% + 15%.

Na nota fiscal não virá discriminado cada item de material (módulos, inversor, estrutura, cabos e etc), pois, há junção destes itens (industrializados) e, o faturamento de todos os itens se dará como “Gerador Solar Fotovoltaico XX kWp”.

No campo de informações adicionais no corpo da Nota Fiscal de Material seguirá as informações quanto a isenção do ICMS e a descrição do material e quantidade de cada item, conforme imagem abaixo:

Salientamos, que o não aproveitamento fiscal, conforme legislação supracitada, com IPI alíquota 0 (zero) e Isenção de ICMS, traz impacto significativo na aquisição do Conjunto Fotovoltaico, na ordem de perda de 25% (vinte e cinco por cento) por parte da Contratante, pelos motivos expostos quanto ao incentivo fiscal para energia solar no Brasil.

Não cabe nesta emissão de Nota Fiscal de Venda, nenhuma incidência de impostos sobre serviços, pois todos os serviços estão contemplados na industrialização do Gerador Solar Fotovoltaico, mediante a emissão de Notas Fisais sob os NCMs 8501.32.20 e 8501.33.20.

Com isto, questionamos:

- a) O órgão aceitará o faturamento na forma de Gerador Fotovoltaico a fim de obter o aproveitamento fiscal, conseqüentemente adquirir o objeto do certame por um custo menor, conforme condições previstas no convênio ICMS 101/97 e pelo Decreto 8.950?
- b) Havendo a possibilidade de faturamento de todo o conjunto com uma única nota fiscal de equipamento (gerador fotovoltaico) entendemos que deverá ser apresentado apenas uma composição de BDI, referente a material, pelo motivo explicado acima. Solicitamos confirmar o nosso entendimento.

A forma de pagamento e emissão das notas fiscais deverão atender aos critérios de medições estabelecidos no item 2 – Medição e Forma de Pagamento do Serviço – Anexo I ao Edital – Termo de Referência.
O pagamento é feito por etapas dos serviços executados

3.2. FORMA DE EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS

Caso não seja aceito a forma de faturamento **total como Conjunto Fotovoltaico CJFV**, poderão ser emitidos 02 (dois) padrões de faturamento / notas fiscais dos equipamentos e serviços, da seguinte forma:

A forma de faturamento do **Conjunto Fotovoltaico CJFV**, será na proporção de **NF de Material - 90% do custo do projeto e Serviços - 10% do custo do Projeto**.

Cumpramos observar que no Campo de Informações adicionais no corpo da Nota Fiscal de Material seguirá a informação quanto aos Convênios que ensejam os incentivos fiscais (foram devidamente explanados anteriormente): IPI alíquota “zero” e isenção de ICMS.

Quanto aos Serviços, será emitida nota fiscal com essa natureza, e, o Imposto sobre serviço (ISS) terá o percentual de incidência em conformidade com a alíquota da cidade/Município, onde será prestado o serviço, cabendo à variação no limite de 5% (cinco por cento).

A forma de pagamento e emissão das notas fiscais deverão atender aos

critérios de medições estabelecidos no item 2 – Medição e Forma de Pagamento do Serviço – Anexo I ao Edital – Termo de Referência.
O pagamento é feito por etapas dos serviços executados

Este órgão público aceitará o faturamento da forma exposta no item 2?

Complementando o e-mail anterior segue esclarecimento nº 02

- SERÁ PERMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO?

Esta informação consta do Anexo III ao Edital – Minuta de contrato, Cláusula Quarta – Das Obrigações da Contratada, subitem 51.

Cordiais saudações.

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em ter., 12 de abr. de 2022 às 11:44, Cristiane Rosa da Cruz <licitacao2@ourolux.com.br> escreveu:

AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 15 REGIÃO CAMPINAS SP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2022

REF.: PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS Nº 01

A empresa **OUROLUX COMERCIAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 05.393.234/0001-60, estabelecida à Avenida Ugo Fumagali, 770 – Cidade Industrial Satélite de São Paulo - CEP: 07220-080 – Guarulhos/SP, vem, por meio da presente, apresentar o(s) pedido(s) de esclarecimento(s) abaixo listado(s):

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS 1:

Acerca das exigências técnicas desse edital, perguntamos o que segue:

Gostaríamos de saber qual o tipo do telhado onde será instalado o Sistema Fotovoltaico, isto é, o Sistema Fotovoltaico será instalado:

- a) em telhado metálico** (ondulado ou trapezoidal)?
- b) em calhetão** (tipo de estrutura madeira, metálico ou alvenaria)?
- c) em fibrocimento** (tipo de estrutura madeira, metálico ou alvenaria)?
- d) em cerâmico** (tipo de estrutura madeira, metálico ou alvenaria)?
- e) em laje ou solo?**

Caso a comissão de licitações não saiba, existe um tipo de estrutura para cada tipo de telhado citado, e essa informação é muito importante para a realização do custo total da usina UFV.

- f) Sendo a instalação em telhado, o órgão possui Laudo Técnico Estrutural?
- g) O órgão será o responsável pela avaliação da sobrecarga a estrutura da edificação devido às instalações da usina sobre o telhado, de modo a não causar danos à edificação existente, seja estrutural ou de outra natureza?
- h) Após a análise do responsável técnico (engenheiro civil), e, sendo necessário o reforço estrutural para atender a sobrecarga dos módulos fotovoltaicos, a responsabilidade pela execução/reforço estrutural, será da **CONTRATANTE**, correto?
- i) Qual a área em m² disponível em cada uma das unidades para instalação do sistema fotovoltaico?
- j) No projeto de implantação da usina Solar Fotovoltaica, está sendo considerada a operação e manutenção - O&M?
 - a) Quanto tempo de O&M?
 - b) O valor estimado previsto orçamentário está contemplando O&M e qual o valor mensal?

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS 2

- a) Qual a tensão nominal do local 127, 220 ou 380V?
- b) O fornecimento da rede é monofásico, bifásico ou trifásico?
- c) É necessário a readequação do padrão de entrada e/ou quadro de distribuição? Caso positivo, os custos será por conta da **CONTRATANTE**, correto?
- d) É obrigatório o envio de comprovação de ligação da usina junto à Concessionaria de Energia, ou seja Comproverantes de regularidade dos projetos relativos aos atestados de capacidade técnica exigidos, emitidos pela respectiva Concessionária de Energia, devidamente registrados na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)?
- e) É obrigatório sob pena de desclassificação a menção de marca/modelo na proposta comercial e envio de catálogos dos inversores e módulos FV?
- f) Qual é o endereço(s) completo do local(is) da instalação da usina(s)?
- g) Solicitamos para informar a longitude e latitude?
- h) Para melhor dimensionamento do projeto, solicitamos o envio do(s) projeto(s) básico(s) e demais documentos técnicos.

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS 3



3.1. FORMA DE FATURAMENTO

A Legislação vigente em âmbito nacional, em especial o Decreto 8.950/2016 e revisões posteriores e Convênio ICMS 101/97, concebem benefícios fiscais para equipamentos utilizados em geração de energia solar e eólica. Questionamentos se, denominado “Conjunto Fotovoltaico CJFV”, poderá ser faturado com os NCM’s no 8501.32.20 e 8501.33.20 (conforme a potência), para melhor aproveitamento fiscal conforme exposto com benefícios fiscais concedidos para Geração de Energia Renovável.

Cumpra observar que na Nota Fiscal de Venda do Gerador Solar Fotovoltaico, incidirá:

1 PIS - 1,65% | COFINS - 7,60% | ICMS - 0% | IPI - 0% e, sobre o lucro incidirá: CSLL - 9% | IR 10% + 15%.

Na nota fiscal não virá discriminado cada item de material (módulos, inversor, estrutura, cabos e etc), pois, há junção destes itens (industrializados) e, o faturamento de todos os itens se dará como “Gerador Solar Fotovoltaico XX kWp”.

RECEBEMOS DE OUROLUX COMERCIAL LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e	
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		SÉRIE 5
 Identificação do emitente OUROLUX COMERCIAL LTDA Avenida Hugo Pomaqsl, 779 Cid. Ind. Saneite SP Cep: 07228-080 GUARULHOS/SP Fone: 1121721000		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA 1 SÉRIE 5 FOLHA 01/01	 CHAVE DE ACESSO DA NF-E Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autorizada
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA MERCADORIA		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ	
DESTINATÁRIO REMETENTE		DATA DE EMISSÃO	
NOME RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DE EMISSÃO	
ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA ENTRADA/SAÍDA
MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA ENTRADA/SAÍDA
FATURA			
001			
CÁLCULO DO IMPOSTO			
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO
0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS
0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR DO IPI			VALOR TOTAL DA NOTA
0,00			
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS			
RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CODIGO ANTI	PLACA DO VEICULO
	-EMITENTE		
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO
PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO	
DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO			
COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PROD./SERV.	NCM/SH	EST
73210103	GER. SOLAR 251,160KWp SOLO	85013220	840
		6107	UN
		QUANT.	1,00
		V.UNITARIO	
		V.TOTAL	
		BC ICMS	0,00
		V. ICMS	0,00
		V. IPI	0,00
		A. ICMS	0,00%
		A. IPI	0,00%

No campo de informações adicionais no corpo da Nota Fiscal de Material seguirá as informações quanto a isenção do ICMS e a descrição do material e quantidade de cada item, conforme imagem abaixo:

CÁLCULO DO ISSQN			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
DADOS ADICIONAIS			
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Isenção de ICMS com equipamentos e componentes para utilização na área solar conf. Conv. 101/97 Protocolo: 13521156726381 Vend: 190210 LICITACAO Pedido: 728044 Cond. Pagto: 030 30 DIAS. Favor enviar NF-e de devolução para nfe@ouroluz.com.br. ENTREGAR, ATÉ 30/12, LOCAL DE ENTREGA SECRETARIA [REDACTED] CONFIRMAR A DATA E PERÍODO DE ENTREGA C/O [REDACTED] [REDACTED] EMBARQUE IMEDIATO INVERSOR DE 15K-G-LV TRI 220V/M/WT-FL 1 INVERSOR DE 40K-G-LV TRI 220V/M/WT-FL 1 PAR DE CONECTORES MACHO/FEMEA - MC4 144 PLACA SOLAR 455W MONO552 STRING BOX SOLAR E CABO SOLAR DE 6mm 8 STRING BOX SOLAR E CABO SOLAR DE 6mm 3 ESTRUTURA METÁLICA PARA PLACA SOLAR FIXADO NO SOLO. 8 ESTRUTURA METÁLICA PARA PLACA SOLAR FIXADO NO SOLO. 3		RESERVADO AO FISCO	

Salientamos, que o não aproveitamento fiscal, conforme legislação supracitada, com IPI alíquota 0 (zero) e Isenção de ICMS, traz impacto significativo na aquisição do Conjunto Fotovoltaico, na ordem de perda de 25% (vinte e cinco por cento) por parte da Contratante, pelos motivos expostos quanto ao incentivo fiscal para energia solar no Brasil.

Não cabe nesta emissão de Nota Fiscal de Venda, nenhuma incidência de impostos sobre serviços, pois todos os serviços estão contemplados na industrialização do Gerador Solar Fotovoltaico, mediante a emissão de Notas Fisais sob os NCMs 8501.32.20 e 8501.33.20.

Com isto, questionamos:

- a) O órgão aceitará o faturamento na forma de Gerador Fotovoltaico a fim de obter o aproveitamento fiscal, consequentemente adquirir o objeto do certame por um custo menor, conforme condições previstas no convênio ICMS 101/97 e pelo Decreto 8.950?
- b) Havendo a possibilidade de faturamento de todo o conjunto com uma única nota fiscal de equipamento (gerador fotovoltaico) entendemos que deverá ser apresentado apenas uma composição de BDI, referente a material, pelo motivo explicado acima. Solicitamos confirmar o nosso entendimento.

3.2. FORMA DE EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS

Caso não seja aceito a forma de faturamento **total como Conjunto Fotovoltaico CJFV**, poderão ser emitidos 02 (dois) padrões de faturamento / notas fiscais dos equipamentos e serviços, da seguinte forma:

A forma de faturamento do **Conjunto Fotovoltaico CJFV**, será na proporção de **NF de Material - 90% do custo do projeto e Serviços - 10% do custo do Projeto**.

Cumpra observar que no Campo de Informações adicionais no corpo da Nota Fiscal de Material seguirá a informação quanto aos Convênios que ensejam os incentivos fiscais (foram devidamente explanados anteriormente): IPI alíquota “zero” e isenção de ICMS.

Quanto aos Serviços, será emitida nota fiscal com essa natureza, e, o Imposto sobre serviço (ISS) terá o percentual de incidência em conformidade com a alíquota da cidade/Município, onde será prestado o serviço, cabendo à variação no limite de 5% (cinco por cento).

Este órgão público aceitará o faturamento da forma exposta no item 2?



Cristiane Rondina

Analista de Licitação

Tel: +55 11 2172-1009

Av. Bernardino de Campos, 98 - Paraíso

São Paulo - SP, 04004-050

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitações - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/CAB0DJN2O_NZEhokNoO127ruYkfGjSX7VPOsRU9TOg%2BPVHCwyZA%40mail.gmail.com.



Cristiane Rondina

Analista de Licitação

Tel: +55 11 2172-1009

Av. Bernardino de Campos, 98 - Paraíso

São Paulo - SP, 04004-050

image.png

64K

**Re: ESCLARECIMENTO 2 - TRIBUNAL REG DO TRABALHO 15 REG CAMPINAS
- SP - PE 16-2022**

1 mensagem

Licitações <licita@trt15.jus.br>

12 de abril de 2022 17:02

Para: Cristiane Rosa da Cruz <licitacao2@ourolux.com.br>

Cc: Licitações <licita@trt15.jus.br>

Prezada licitante, boa tarde.

Referente ao questionamento, segue a resposta de nossa área técnica requisitante:

"Segue resposta ao questionamento.

Ocorre que os Técnicos Industriais têm um conselho próprio, Conselho Federal dos Técnicos Industriais (<https://www.cft.org.br/>) e por eles também terem atribuição para tais serviços, o jurídico nos orientou a não ser específico quanto à atribuição exigindo somente engenheiros, pois tivemos problemas em uma licitação anterior.

Por este motivo, se colocarmos Eng. Eletricista, restringe a participação de outros profissionais com qualificações necessárias.

Segue o texto como está em nosso DOD para análise, em negrito o teor do texto que versa sobre as atribuições profissionais.

Lembrando que o CFT foi criado por **LEI Nº 13.639, DE 26 DE MARÇO DE 2018**, e com isso se desfilaram do Sistema Confea Crea.

De acordo com o item 3.3 Atestado de Capacidade Técnica – constante no DOD

QUANTO À CAPACITAÇÃO OPERACIONAL: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, que comprove(m) ter executado satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, compatível(eis) características, quantidades e prazos: - instalação e comissionamento de unidade geradora solar fotovoltaica na categoria minigeração, do tipo conectada à rede (on-grid), com capacidade mínima de 50 kWp.

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou outro **Conselho de Profissionais com atribuição para o objeto em questão, em plena validade.**

QUANTO À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL: apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, ou outro conselho de profissionais, desde que possua atribuição para a execução do objeto, em nome do(s) responsável(veis) técnico(s) e ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre Documento de Responsabilidade Técnica - (ART no caso do CREA ou equivalente no caso de outros Conselhos de Profissionais) ,relativo à execução de serviço(s) semelhante(s) ao objeto deste edital.

Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital.

A comprovação de vínculo profissional será feita conforme os requisitos abaixo: a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente; c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; d) Prestador de serviços: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação

contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame."

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em ter., 12 de abr. de 2022 às 15:07, Cristiane Rosa da Cruz <licitacao2@ourolux.com.br> escreveu:

Prezados,

O que foi alterado no edital foi apenas os itens 1; 2 e 3 referente ao 9.11.4, o principal não foi alterado, conforme segue abaixo.

É necessário retificar a exigência de Engenheiro Mecânico e substituir por Engenheiro Elétrico e CONFEA pelo CREA.

Qual é o telefone de vocês?

9.11.4. Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, **engenheiro mecânico** ou técnico de segundo grau, conforme consta em **Resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA**, detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica conforme subitem acima. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo

Em ter., 12 de abr. de 2022 às 14:41, Licitações <licita@trt15.jus.br> escreveu:

Prezada licitante, boa tarde.

Como informado anteriormente, o texto do subitem 9.11.4 foi alterado passando a ser o que segue:

Aviso 08/04/2022 14:05:20

Avisamos a todos os licitantes que o texto do subitem 9.11.4 do edital foi alterado. O texto a ser considerado é o que segue: " 9.11.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital. A comprovação de vínculo profissional será feita conforme os requisitos abaixo: a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente; c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; d) Prestador de serviços: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame."

Não há, portanto, outras exigências referentes ao caso.

Quanto às demais dúvidas, já foram encaminhadas para a área técnica requisitante.

Por gentileza, aguarde o retorno.

Sendo o que havia a relatar, apresentamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em ter., 12 de abr. de 2022 às 14:16, Cristiane Rosa da Cruz <licitacao2@ourolux.com.br> escreveu:

Prezados,

O Confea é para Arquitetura e o CREA para Engenharia, portanto houve erro no edital, visto que o processo é referente ENERGIA SOLAR o correto seria exigir o CREA Conselho Regional de Engenharia e

Agronomia e o profissional ser Engenheiro Elétrico e não Mecânico.

Em ter., 12 de abr. de 2022 às 13:46, Licitações <licita@trt15.jus.br> escreveu:

Prezada licitante, boa tarde.

Desculpe. Não entendemos a sua dúvida.

O responsável técnico e/ou membro da equipe técnica de sua empresa não se enquadra ou não segue o CONFEA?

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em ter., 12 de abr. de 2022 às 13:16, Cristiane Rosa da Cruz <licitacao2@ourolux.com.br> escreveu:

Prezados,

Então podemos desconsiderar a exigência Engenheiro Mecânico e CONFEA?

Em ter., 12 de abr. de 2022 às 13:08, Licitações <licita@trt15.jus.br> escreveu:

Prezada licitante, boa tarde.

Referente ao primeiro questionamento deste e-mail, será encaminhado para a área técnica licitante.

Quanto ao segundo, informamos que já foi feito aviso e esclarecimento a respeito, conforme segue:

Aviso 08/04/2022 14:05:20

Avisamos a todos os licitantes que o texto do subitem 9.11.4 do edital foi alterado. O texto a ser considerado é o que segue: " 9.11.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital. A comprovação de vínculo profissional será feita conforme os requisitos abaixo: a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente; c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; d) Prestador de serviços: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame."

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em ter., 12 de abr. de 2022 às 11:49, Cristiane Rosa da Cruz <licitacao2@ourolux.com.br> escreveu:

Prezados

Complementando o e-mail anterior segue esclarecimento nº 02

- SERÁ PERMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO?

- Houve erro de digitação nas exigências da qualificação técnica, pois devido ao objeto da licitação ser "energia solar", deveria exigir

ENGENHEIRO ELETRICISTA e CREA, excluindo ENGENHEIRO MECÂNICO E CONFEA. Sendo assim podemos substituir conforme segue abaixo:

9.11.4. Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, engenheiro mecânico ou técnico de segundo grau, conforme consta em Resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica conforme subitem acima. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo

SUBSTITUIR POR

9.11.4. Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, ENGENHEIRO ELETRICISTA, conforme consta em Resoluções do

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica conforme subitem acima. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo

--



Cristiane Rondina

Analista de Licitação

Tel: +55 11 2172-1009

Av. Bernardino de Campos, 98 - Paraíso

São Paulo - SP, 04004-050

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit <https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/CAB0DJN0EXchaHuxSpwuTPOqdYPB--cuxoBYnvyX-BUzmYethPA%40mail.gmail.com>.

--



Cristiane Rondina

Analista de Licitação

Tel: +55 11 2172-1009

Av. Bernardino de Campos, 98 - Paraíso

São Paulo - SP, 04004-050

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit <https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/CAB0DJN28XRNmzPF0dqTLcZUT4c7VOhj%2BGpw%2Bh5LZka5hmEXDSw%40mail.gmail.com>.

--



Cristiane Rondina

Analista de Licitação

Tel: +55 11 2172-1009

Av. Bernardino de Campos, 98 - Paraíso

São Paulo - SP, 04004-050

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit <https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/CAB0DJN3w0qnKpgHBpbWedCQ-b2Lwp75oB0ok5C7E4ggywt6q%3DQ%40mail.gmail.com>.

--



Cristiane Rondina

Analista de Licitação

Tel: +55 11 2172-1009

Av. Bernardino de Campos, 98 - Paraíso

São Paulo - SP, 04004-050

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/CAB0DJN3po8cmSurF%3D%3D9530pFKLO5DB8BrJoreYkOT6Rxp2o_A%40mail.gmail.com.

Re: Questionamento EDITAL DO PROAD Nº 1914/2022-1

1 mensagem

Licitações <licita@trt15.jus.br>
Para: sergio@abrenergias.com.br
Cc: Licitações <licita@trt15.jus.br>

18 de abril de 2022 14:31

Prezado Licitante, boa tarde!

Referente ao questionamento de sua empresa, informamos que o texto do subitem 9.11.4 foi alterado, conforme aviso e esclarecimento constante no Comprasnet.
O texto que vale é o que segue:

" 9.11.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital. A comprovação de vínculo profissional será feita conforme os requisitos abaixo:

- a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;
- c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- d) Prestador de serviços: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame."

Ressaltamos que a alteração foi comunicada por aviso e esclarecimento no Comprasnet.

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em seg., 18 de abr. de 2022 às 14:01, <sergio@abrenergias.com.br> escreveu:

Boa Tarde;

Segue mais um questionamento referente ao EDITAL DO PROAD Nº 1914/2022-1:

No Item 9.11.4. está especificado o seguinte: "*Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, engenheiro mecânico ou técnico de segundo grau, conforme consta em Resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica conforme subitem acima.*"

1) Questionamos se ao invés de Engenheiro Mecânico a exigência não deveria ser de Engenheiro Eletricista a exigência?

2) Questionamos se Técnico de Segundo Grau estará apto e será aceito, já que trata-se de usina de minigeração (maior que 75KW)?

Obrigado.

BEH Soluções Ltda.

Em 11/04/2022 16:51, Licitações escreveu:

Prezado licitante, boa tarde.

Recebemos a seguinte resposta da área técnica requisitante:

"Bom dia !!!

Após análise do questionamento e consultas aos *DATASHEETS* de vários fabricantes e acatamos a alteração para 205 Wp/m², mantendo-se a potência mínima do módulo em 545Wp."

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em seg., 11 de abr. de 2022 às 12:20, <sergio@abrenergias.com.br> escreveu:

Bom Dia;

Segue questionamento referente ao EDITAL DO PROAD Nº 1914/2022-1:

No item 5.8 do Termo de Referência está especificado que:

"Os módulos devem ter potência nominal mínima de 545Wp e potência por área de 247Wp/m², incluídas todas as tolerâncias."

Dado que a potência mínima especificada é de 545W, a potência por área de 247Wp/m² está superdimensionada, pois a maioria dos painéis de 545W possuem área de cerca de 2,6m².

Isto resulta em uma potência por área de cerca de 210Wp/m² para os principais painéis de 545W.

Assim sendo, solicitamos que a potência por área especificada seja diminuída para 205Wp/m², ou que sejam informadas pelo menos 3 marcas de painéis de 545W de empresas TIER 1 que possuam a potência por área especificada originalmente.

Obrigado.

BEH Soluções Ltda.

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit <https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/376c46f4d07db2ac9c876db83b14aa63%40abrenergias.com.br>.

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit <https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/83535cb135e9c1547334f59ab74ac7b0%40abrenergias.com.br>.

Re: Esclarecimento

1 mensagem

Licitações <licita@trt15.jus.br>

18 de abril de 2022 09:53

Para: Lancces Consultoria - Rodolfo <rodolfo@lancces.com.br>

Prezado Licitante, bom dia.

Em complementação à mensagem anterior, ressaltamos que o texto do subitem 9.11.4 do edital foi alterado, passando a vigorar o que segue:

" 9.11.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital. A comprovação de vínculo profissional será feita conforme os requisitos abaixo:

- a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;
- c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- d) Prestador de serviços: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame."

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em qui., 14 de abr. de 2022 às 13:03, 'Lancces Consultoria - Rodolfo' via E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos <licita@trt15.jus.br> escreveu:

Boa tarde prezados, tudo bem?

Em relação à licitação PREGÃO ELETRÔNICO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO PROAD Nº 1914/2022-1, poderiam informar se há planilhas, cronograma, bdi etc?

Poderiam nos encaminhar o edital com todos os documentos caso esteja disponíveis?

--

Atte.

 Rodolfo Gasparotto
Sócio OAB/SP 381.739

📍 R. Rodrigo Romeiro 35 • Quadra 5 • V. Santo Antônio • Bauru/SP • 17013-034

☎ +55 14 99755-5143

🌐 www.lancces.com.br

LANCCES
consultoria em licitações

📱 @lanccesconsultoria



--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit <https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/3f0853852294772e7bdbbc3afcd35e16%40lancces.com.br>.

Re: ESCLARECIMENTO: Pregão 1914/2022-1

1 mensagem

Licitações <licita@trt15.jus.br>

18 de abril de 2022 09:49

Para: Sâmia Bandeira <samia.bandeira@3esolucoes.com.br>

Cc: "licita@trt15.jus.br" <licita@trt15.jus.br>

Prezada Licitante, bom dia.

Informamos que foi encaminhado aviso pelo sistema do Comprasnet no qual foi comunicada a alteração do texto do subitem 9.11.4 do edital.

O texto a ser observado é o que segue:

" 9.11.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital. A comprovação de vínculo profissional será feita conforme os requisitos abaixo:

- a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;
- c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- d) Prestador de serviços: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame."

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em qui., 14 de abr. de 2022 às 10:20, Sâmia Bandeira <samia.bandeira@3esolucoes.com.br> escreveu:

Olá bom dia,

Gentileza, solicito esclarecimentos quanto ao item 9.11.4 do Edital.

- Para a qualificação solicitada, se enquadra também os profissional em eletromecânica?

9.11.4. Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, engenheiro mecânico ou técnico de segundo grau, conforme consta em Resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica conforme subitem acima. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo:

- 1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- 2) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;
- 3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- 4) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

Atenciosamente,

Samia Bandeira

Comercial | Mercado

Telefone: + 55 (85) 3055-5144 | (85) 99729-0014

www.3esolucoes.com.br



--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit <https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/>

CP2P152MB1715DE8246B00187F4C430628DEF9%40CP2P152MB1715.LAMP152.PROD.OUTLOOK.COM.

Re: Esclarecimento

1 mensagem

Licitações <licita@trt15.jus.br>

18 de abril de 2022 09:44

Para: Lancces Consultoria - Rodolfo <rodolfo@lancces.com.br>

Cc: licita@trt15.jus.br

Prezado Licitante, bom dia.

Não há planilhas a serem disponibilizadas.

Segue, em anexo, o arquivo do edital com seus respectivos anexos.

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em qui., 14 de abr. de 2022 às 13:03, 'Lancces Consultoria - Rodolfo' via E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitações - Grupos Diversos <licita@trt15.jus.br> escreveu:

Boa tarde prezados, tudo bem?

Em relação à licitação PREGÃO ELETRÔNICO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO PROAD Nº 1914/2022-1, poderiam informar se há planilhas, cronograma, bdi etc?

Poderiam nos encaminhar o edital com todos os documentos caso esteja disponíveis?

--

Atte.

 Rodolfo Gasparotto
Sócio OAB/SP 381.739

📍 R. Rodrigo Romero 35 • Quadra 5 • V. Santo Antônio • Bauru/SP • 17013-034

☎ +55 14 99755-5143

🌐 www.lancces.com.br**LANCCES**
consultoria em licitações📧 [lanccesconsultoria](https://www.lancces.com.br)

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitações - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit <https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/3f0853852294772e7bdbbc3afcd35e16%40lancces.com.br>.



Edital 1914-22-1 com anexo.pdf

1096K

Re: Solicitação de esclarecimentos - Pregão Eletrônico Nr 16/2022 - EDITAL DO PROAD Nº 1914/2022-1

1 mensagem

Licitações <licita@trt15.jus.br>

19 de abril de 2022 11:13

Para: Simone Martins <simone@wni.com.br>

Cc: licita@trt15.jus.br

Prezada Licitante, bom dia.

Referente aos questionamentos, informamos a sua empresa que:

1) Dúvida já respondida em Esclarecimento constante do Comprasnet conforme segue:

Resposta 11/04/2022 09:21:40

Recebemos a seguinte informação da área técnica requisitante: "Quanto ao questionamento, desde que o atestado de capacidade técnica contenha uma usina com mínimo de 50 kWp, pode ser de mini ou microgeração, ou seja, o importante é a comprovação da potência e não de ser mini ou microgeração. Ocorreu que a usina a ser construída é de 100kWp, de minigeração, mas o que podemos solicitar para a habilitação é 50% disso. Por isso na habilitação ficou com 50 kWp e escrito minigeração, mas ressaltando, ser mini ou micro é indiferente".

2) O subitem 9.11.4 foi alterado conforme Aviso constante do Comprasnet:

Aviso 08/04/2022 14:05:20

Avisamos a todos os licitantes que o texto do subitem 9.11.4 do edital foi alterado. O texto a ser considerado é o que segue: " 9.11.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital. A comprovação de vínculo profissional será feita conforme os requisitos abaixo: a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente; c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; d) Prestador de serviços: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame."

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em ter., 19 de abr. de 2022 às 11:00, Simone Martins <simone@wni.com.br> escreveu:

Prezados

Bom dia

Com relação ao edital em referência, que tem como objeto a contratação de instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede (on-grid) com potência mínima aceitável de 100 kWp ((kilowatt pico), no prédio da VT de São João da Boa Vista, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

1. Quanto à capacitação técnico-operacional, item 9.11.2, é solicitado a apresentação de um ou mais atestados que comprovem a execução de forma satisfatória de serviços de *"instalação e comissionamento de unidade geradora solar fotovoltaica na categoria minigeração, do tipo conectada à rede (on-grid), com capacidade mínima de 50 kWp"*, porém sistemas igual ou inferior a 75kWp são categorizados como microgeração. Dessa forma, favor confirmar nosso entendimento de que serão aceitos atestados de sistemas na categoria de microgeração.

2. No item 9.11.3 é solicitado que a empresa comprove que possui em seu quadro permanente engenheiro **mecânico** ou técnico segundo grau, porém a especialidade para sistemas fotovoltaicos é engenheiro eletricista ou eletrotécnico, assim como a qualificação técnica deve ser nessa área. Dessa forma, entendemos que esse item deverá ser revisado para correção da especialidade necessária para o objeto desta licitação

Agradecemos sua atenção e aguardamos seu breve retorno.

Att.



Simone Martins Gonçalves

GERENTE COMERCIAL

simone@wni.com.br

(+55 41) 3240 7604

(+55 41) 99969 0050

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitacoes - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit <https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/!%26!AAAAAAYAAAAAAXnguHnfkVPqLIWdi9k9K3CgAAAEAAAADd/bJ/rrFRKsXtCCecEovUBAAAAA%3D%3D%40wni.com.br>.

Acerca das indagações do licitante, apresentamos as seguintes considerações:

De acordo com o edital, o objeto da licitação é compreendido pelos seguintes itens:

- a) Elaboração de projeto específico para aprovação na concessionária de energia, incluindo dimensionamento, memórias de cálculo, desenhos, especificações técnicas de materiais e equipamentos, laudos de avaliação estrutural, e todos os demais documentos necessários e suficientes para caracterizar todos os serviços necessários à execução da instalação;
- b) Solicitação de alteração de carga para o padrão de energia elétrica perante a concessionária;
- c) Atualização e/ou substituição do padrão de entrada;
- d) Aprovação do projeto e do pedido de acesso junto à concessionária de energia elétrica e demais aprovações necessárias para a perfeita execução do objeto deste Termo de Referência;
- e) Fornecimento de todos os materiais de instalação (cabos, inversores, painéis fotovoltaicos, estruturas de fixação, terminais, conectores, etc.);
- f) Execução dos serviços de montagem e instalação;
- g) Configurações, testes, comissionamento, entrega técnica das instalações, treinamento operacional e monitoramento remoto.
- h) Elaboração de "As Built".

Especificamente em relação aos itens “e” e “f”, que tratam do fornecimento de todos os materiais e dos respectivos serviços de montagem e instalação, ressaltamos que, conforme se depreende do documento anexo, a instalação de equipamentos para a geração de energia elétrica por fonte solar em instalações prediais está assim classificada, de acordo com a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas):

Divisão: 43 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO

Grupo: 43.2 Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções

Classe: 43.21-5 Instalações elétricas

Subclasse: 4321-5/00 Instalação e manutenção elétrica

Outrossim, o artigo 1º da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, assim dispõe:

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias. (grifo nosso)

Por outro lado, a Lei Complementar nº 87, de 13/09/1996, estabelece que:

Art. 1º Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de

transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Art. 2º O imposto incide sobre:

...

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

Desse modo, por se tratar de serviços especializados de construção civil, a instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica está enquadrada no subitem 7.02 da Lista Anexa da LC nº 116/2003, a seguir transcrito:

*7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou **elétrica** e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a **instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).*** (grifo nosso)

Desse modo, todos os itens compreendidos no objeto da licitação têm natureza jurídica de prestação de serviços e, assim sendo, o documento fiscal a ser apresentado deverá ser a Nota Fiscal de Serviços, ressalvado apenas o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS, porquanto, nesta hipótese, configura-se uma operação mercantil de compra e venda de mercadorias, sendo exigível a Nota Fiscal de Venda.

À vista do exposto, respondendo às indagações do licitante, para a presente contratação, o faturamento de todo o conjunto com uma única nota fiscal de equipamento (gerador fotovoltaico), com os NCMs nº 8501.32.20 e 8501.33.20 (conforme a potência, para melhor aproveitamento Fiscal), deverá ser emitida somente na hipótese de o licitante ser o fabricante dos materiais/equipamentos produzidos fora do local da prestação dos serviços. Neste caso, recomenda-se aos licitantes domiciliados no território paulista que seja observado o disposto na RESPOSTA À CONSULTA TRIBUTÁRIA 20862/2019, de 31 de janeiro de 2020, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, cujo excerto transcrevemos a seguir:

7. Isso posto, tendo em vista o objeto da presente consulta e a indagação apresentada pela Consulente, cumpre elucidar o conceito de “kit”. Nesse contexto, para as regras do ICMS, “kit” é um mero conjunto de mercadorias comercializadas de forma agregada, sem que, contudo, esse agrupamento constitua uma mercadoria autônoma para fins de tributação. Sendo assim, o fato de serem comercializadas em conjunto não leva à alteração do tratamento tributário aplicável a cada uma dessas mercadorias. Portanto, na venda do “gerador fotovoltaico” na forma de “kit”, a Nota Fiscal deverá discriminar, individualmente, cada um de seus componentes com seus respectivos CFOPs (artigo 127, IV, “b”, do RICMS/2000).



Este sistema de busca permite:

Pesquisar códigos ou atividades econômicas na CNAE. O usuário pode encontrar, a partir da digitação da descrição de uma dada atividade ou de uma palavra-chave, os códigos das classes CNAE ou subclasses CNAE, que contêm as palavras digitadas, ou a partir da especificação de um código, o conjunto de atividades a ele associadas;

Indicar a posição de cada código na estrutura da CNAE, incluindo o desdobramento de subclasses CNAE e as Notas Explicativas de seu conteúdo.



Atividades

Estrutura

classificação

classe

CNAE-Subclasses 2.3

buscar

todas as seções

Hierarquia

Seção: **F CONSTRUÇÃO**Divisão: **43 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO**Grupo: **43.2 Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções**Classe: **43.21-5 Instalações elétricas** (Veja a lista de descritores abaixo)Subclasse: **4321-5/00 Instalação e manutenção elétrica**

Notas Explicativas:

Esta classe compreende:

- a instalação, alteração, manutenção e reparo em todos os tipos de construções de:
 - sistemas de eletricidade (cabos de qualquer tensão, fiação, materiais elétricos, etc.)
 - cabos para instalações telefônicas e de comunicações
 - cabos para redes de informática e televisão a cabo, inclusive por fibra óptica
 - antenas coletivas e parabólicas
 - pára-raios
 - sistemas de iluminação
 - sistemas de alarme contra incêndio
 - sistemas de alarme contra roubo

- sistemas de controle eletrônico e automação predial

Esta classe compreende também:

- a instalação de equipamentos elétricos para aquecimento

Esta classe não compreende:

- a instalação de elevadores, escadas e esteiras rolantes quando executada pela unidade fabricante **(28.22-4)**

- a construção de redes de transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive o serviço de eletrificação rural **(42.21-9)**

- as obras para implantação de serviços de telecomunicações (construção e manutenção de redes de longa e média distância de telecomunicações) **(42.21-9)**

- a instalação de sistemas de aquecimento (coletor solar, gás e óleo), exceto elétricos **(43.22-3)**

- a instalação de sistema de prevenção contra incêndio **(43.22-3)**

- a instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, quando realizada por unidade especializada **(43.29-1)**

- a montagem ou instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos **(43.29-1)**

- o monitoramento, inclusive por meio remoto, de sistemas de alarme de segurança e incêndio eletrônicos, inclusive a sua instalação e manutenção **(80.20-0)**

**Lista de Descritores**

Registros encontrados: 43

Mostrar 10 registros por página

Código ▲	Descrição ▼
4321-5	CABOS PARA INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS EM EDIFICAÇÕES; INSTALAÇÃO DE
4321-5	CABOS PARA INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS, INFORMÁTICAS E COMUNICAÇÕES EM EDIFICAÇÕES DE QUALQUER TIPO, OBRAS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO
4321-5	CABOS PARA TELEVISÃO EM EDIFICAÇÕES; INSTALAÇÃO DE
4321-5	CAIXAS DE ENTRADA DE ENERGIA EM EDIFICAÇÕES; INSTALAÇÃO DE
4321-5	CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES PARA
4321-5	CPD, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES PARA
4321-5	ELETRICISTA RESIDENCIAL; SERVIÇO DE
4321-5	EQUIPAMENTOS DE INTERCOMUNICAÇÃO EM EDIFICAÇÕES; INSTALAÇÃO DE
4321-5	EQUIPAMENTOS PARA A GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR FONTE SOLAR EM INSTALAÇÕES PREDIAIS; INSTALAÇÃO DE
4321-5	INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE ELETRICIDADE (CABOS DE QUALQUER TENSÃO, FIAÇÃO, MATERIAIS ELÉTRICOS), OBRAS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO

Anterior 1 2 3 4 5 Próximo



RESPOSTA À CONSULTA TRIBUTÁRIA 20862/2019, de 31 de janeiro de 2020.**Disponibilizado no site da SEFAZ em 01/02/2020****Ementa**

ICMS – Operações com “kit” composto por gerador fotovoltaico e suas partes e peças (código NCM 8501.32.20) – Devolução por contribuinte do imposto – Nota Fiscal.

I. Segundo as regras do ICMS, “kit” é um mero conjunto de mercadorias comercializadas de forma agregada, sem que, contudo, esse agrupamento constitua mercadoria autônoma para fins de tributação. A Nota Fiscal deverá discriminar, individualmente, cada um de seus componentes com seus respectivos CFOPs (artigo 127, inciso IV, “b”, do RICMS/2000).

II. As operações com geradores fotovoltaicos e suas partes e peças utilizadas exclusivamente, classificados no código NCM 8501.32.20, estão isentas do imposto, desde que atendidos os requisitos exigidos no artigo 30 do Anexo I do RICMS/2000.

III. O retorno de mercadoria em virtude de devolução tem por objeto anular todos os efeitos de uma operação anterior, inclusive os tributários, devendo ser emitida Nota Fiscal referente à mercadoria devolvida, com expressa remissão ao documento fiscal referente à operação original anterior (artigos 4º, inciso IV, e 127, § 15º, do RICMS/2000) IV. Na nova operação de remessa de mercadoria para o adquirente, em substituição à original, tem-se uma nova operação de saída de mercadoria, devendo ser emitida a correspondente Nota Fiscal.

Relato

1. A Consulente, que declara no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CADESP exercer, como atividade principal, o comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 46.69-9/99), ingressa com sucinta consulta relativamente à remessa, a título de troca em garantia ou devolução, de mercadoria vendida em um “kit”.

2. Relata vender um produto denominado “gerador fotovoltaico” na forma de “kit”, composto por seis mercadorias distintas, não sujeitas à sistemática da substituição tributária, classificando todo o conjunto no código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 8501.32.20, identificando individualmente item a item no campo Informações Complementares, conforme Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) anexa à consulta.

3. Acrescenta que o Convênio ICMS nº 101/97 contempla com o benefício da isenção do ICMS as operações com as mercadorias por ela vendidas, constantes no código da NCM 8501.32.20. Dessa forma, não destaca o ICMS nas vendas do seu “kit” gerador fotovoltaico, por entender que a referida isenção alcança suas operações.

4. Informa que em determinadas ocasiões, por motivo de defeito, avaria ou mesmo descontentamento com relação a um único item do “kit”, o cliente adquirente, contribuinte do ICMS, efetua a remessa dessa mercadoria à Consulente, visando ao conserto, substituição/troca em garantia (caso o defeito seja permanente), ou mesmo devolução desse único item individualizado.

5. Diante do exposto, apresenta os seguintes questionamentos:

5.1. Considerando que o cliente adquirente remeta, à Consulente, somente um único item integrante do "kit" gerador fotovoltaico, na Nota Fiscal de remessa do produto a ser consertado, substituído ou devolvido deve ser destacado o imposto dessa operação, discriminando a mercadoria com o código NCM próprio, distinto daquele informado na Nota Fiscal original da venda?

5.2. Quais os procedimentos referentes à saída promovida pela Consulente, com destino ao cliente adquirente, da mercadoria consertada, ou de uma nova unidade em substituição àquela que apresentou defeito insanável?

Interpretação

6. Preliminarmente, cabe observar que a Consulente apresenta parca situação de fato, restringindo-se a efetuar questionamentos genéricos, sem expor quem está devolvendo a mercadoria, se contribuinte ou não do ICMS, como é realizada a devolução e o conserto, etc. Diante disso, a resposta será dada em termos genéricos, sem validar a operação da Consulente. Para elaboração da presente resposta, parte-se do pressuposto que apenas é devolvido o item defeituoso constante do "kit" e que essa devolução é realizada por contribuinte do imposto. Além disso, tendo em vista que não foi objeto de questionamentos pela Consulente, não será analisada a correta aplicação da isenção em comento, considerando-se que as partes e peças integrantes do "kit" estão devidamente classificadas no código NCM 8501.32.20, atendendo aos requisitos previstos no artigo 30 do Anexo I do RICMS/2000.

7. Isso posto, tendo em vista o objeto da presente consulta e a indagação apresentada pela Consulente, cumpre elucidar o conceito de "kit". Nesse contexto, para as regras do ICMS, "kit" é um mero conjunto de mercadorias comercializadas de forma agregada, sem que, contudo, esse agrupamento constitua uma mercadoria autônoma para fins de tributação. Sendo assim, o fato de serem comercializadas em conjunto não leva à alteração do tratamento tributário aplicável a cada uma dessas mercadorias. Portanto, na venda do "gerador fotovoltaico" na forma de "kit", a Nota Fiscal deverá discriminar, individualmente, cada um de seus componentes com seus respectivos CFOPs (artigo 127, IV, "b", do RICMS/2000).

7.1. Não obstante, caso haja importância cobrada a título de montagem, ela deverá integrar a base de cálculo do ICMS, conforme estabelecido no artigo 2º, inciso III, alínea "a", combinado com o artigo 37, inciso III, alínea "a", e §1º, item 5, ambos do RICMS/2000.

8. No tocante à devolução, registre-se que, para efeito de aplicação da legislação tributária paulista, a devolução de mercadoria é uma operação que tem por objeto anular todos os efeitos de uma operação anterior, conforme preceitua o inciso IV do artigo 4º do RICMS/2000.

9. Nesse sentido, em relação às mercadorias efetivamente devolvidas, deve ser emitida Nota Fiscal, na qual deverá restar consignadas as informações relativas ao número, data de emissão e o valor da operação constantes da Nota Fiscal da operação original (emitida pela Consulente), atendendo ao disposto no parágrafo 15 do artigo 127 do RICMS/2000.

10. Portanto, na devolução da parte/peça à Consulente, o cliente (contribuinte do ICMS) deverá emitir Nota Fiscal, sem destaque do imposto em razão da isenção prevista no inciso IX do artigo 30 do Anexo I do RICMS/2000 (nos mesmos termos do documento fiscal que acobertou a remessa original da mercadoria para seu estabelecimento).

10.1. Recorda-se que a referida operação de devolução não gera direito a crédito pela Consulente, tendo em vista tratar-se de uma operação isenta, vedação prevista no artigo 60 do RICMS/2000.

11. Ato contínuo, na nova operação de remessa de mercadoria para o adquirente, em substituição à original, tem-se uma nova operação de saída de mercadoria, devendo ser emitida a correspondente Nota Fiscal.

12. Por fim, embora não caiba a este órgão consultivo avaliar o preenchimento e a correção de documentos fiscais já emitidos, como é o caso da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e anexada pela Consulente, alerta-se para eventual incorreção nesse documento fiscal. Assim, caso a Consulente esteja procedendo de maneira diversa da exposta na presente resposta, recomenda-se à Consulente que se dirija ao Posto Fiscal de sua vinculação, a fim de regularizar seus procedimentos, podendo, assim, se valer do instituto da denúncia espontânea, nos termos do artigo 529 do RICMS/2000.

13. Nesses termos, consideram-se respondidas as indagações apresentadas pela Consulente.

A Resposta à Consulta Tributária aproveita ao consulente nos termos da legislação vigente. Deve-se atentar para eventuais alterações da legislação tributária.

Re: Planilhas Edital DO PROAD No 1914/2022-1

1 mensagem

Licitações <licita@trt15.jus.br>

19 de abril de 2022 16:05

Para: Marielle Ferreira Antenor <marielle.antenor@yahoo.com.br>

Cc: "licita@trt15.jus.br" <licita@trt15.jus.br>

Prezada Licitante, boa tarde.

Não há planilhas ("Excel") para preenchimento.

Segue o arquivo do Edital.

Atenciosamente,

Coordenadoria de Licitações

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

* durante o período de teletrabalho, atendimento somente pelo e-mail licita@trt15.jus.br

Em ter., 19 de abr. de 2022 às 15:35, 'Marielle Ferreira Antenor' via E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitações - Grupos Diversos <licita@trt15.jus.br> escreveu:

Prezado Pregoeiro, boa tarde!

Gostaria de confirmar se possui ou não planilhas para preenchimento referente ao Edital DO PROAD No 1914/2022-1, como por exemplo memorial descritivo etc.

Aguardo retorno.

Atenciosamente,

Marielle.

--

You received this message because you are subscribed to the Google Groups "E-Mail Externo Para A Assessoria de Licitações - Grupos Diversos" group.

To view this discussion on the web visit <https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/licita/926345809.1315600.1650393349210%40mail.yahoo.com>.



Edital 1914-22-1 com anexo.pdf

1098K

ILMO SR. PREGOEIRO E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO PODER
JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 15^a
REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO n° 16/2022

PROAD n° 1914/2022-1

TORESIN & CAVALCANTE SERVIÇOS EM LICITAÇÕES LTDA.,
devidamente inscrita no CNPJ sob o n° 03.613.252/0001-84, sediada na
Rua Capitão Cassiano Ricardo de Toledo, 191 - sala 1503 - Chácara
Urbana - Jundiaí /SP, vem, respeitosamente, através de sua
procuradora abaixo assinada, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em
face da constatação de irregularidades que restringem a igualdade e
a competitividade no certame, o que faz nos seguintes termos:

I - QUANTO A COMPROVAÇÃO DE PROFISSIONAL

A presente licitação foi instaurada pelo PODER
JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 15^a
REGIÃO, para Contratação de instalação de sistema de geração de
energia solar fotovoltaica conectado à rede (on-grid) com potência
mínima aceitável de 100 kWp ((kilowatt pico), além da atualização

e/ou substituição do padrão de entrada de energia no prédio da VT de São João da Boa Vista, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para a montagem e ativação da micro usina fotovoltaica e do padrão de entrada de energia.

De acordo com o item 9.11.4 do edital a empresa deve comprovar que possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, **engenheiro mecânico ou técnico de segundo grau**, conforme consta em Resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica conforme subitem acima.

Foi divulgado, resposta de esclarecimentos feito por outras licitantes, no sentido de ampliar a competitividade, informando que a serão aceitos a comprovação de profissional "engenheiro" (geral) e técnicos industriais.

*Ocorre que os Técnicos Industriais têm um conselho próprio, Conselho Federal dos Técnicos Industriais (<https://www.cft.org.br/>) e por eles também terem atribuição para tais serviços, o jurídico nos orientou a não **ser específico quanto à atribuição exigindo somente engenheiros**, pois tivemos problemas em uma licitação anterior. Por este motivo, se colocarmos Eng. Eletricista, restringe a participação de outros profissionais com qualificações necessárias. Segue o texto como está em nosso DOD para análise, em negrito o teor do texto que versa sobre as atribuições profissionais. (esclarecimentos 06)*

A resolução 218/73 discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, constando em seu art. 8º as competências do engenheiro eletricista:

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.

Em consulta ao próprio CREA de São Paulo no canal "fale conosco" a resposta foi que a atividade objeto do edital - FOTOVOLTAICA - é de atuação privativa do profissional da Engenharia elétrica.

De: Suzerli Neto Ferrari
Enviada em: quinta-feira, 14 de abril de 2022 09:57
Para: faleconosco@creasp.org.br
Assunto: Dúvidas

Prezados Senhores,

Estamos em dúvida quanto a responsabilidade técnica de serviços de fotovoltaico. Existe alguma legislação ou regimento que determine qual especialidade é responsável pela assinatura desse tipo de serviço?

Participamos de licitações públicas, e alguns editais estão exigindo comprovação de Engenheiro Mecânico, porém diante de alguns estudos, entendemos que a responsabilidade é de Engenheiro Elétrico.

Poderia nos esclarecer, por gentileza?

Att,

#T144202259149 - Nova mensagem



CREA-SP <faleconosco@creasp.org.br>
Para: Suzerli Neto Ferrari

1 Você encaminhou esta mensagem em 18/04/2022 08:28.

Responder Responder a Todos Encaminhar

sáb 16/04/2022 10:10

Prezado (a),

Conforme estabelecido pelo CONFEA através da Decisão Plenária nº PL-1513/2015, bem como dos termos do Artigo 8º da Resolução nº 218/73, a atuação é privativa de profissional da Engenharia Elétrica.

--



MARIANA MACEDO ARAUJO | Atendimento ao Profissional

-

Crea-SP | Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059 - Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 01452-920
0800 0171811 | <http://www.creasp.org.br>

Portanto, não se pode aceitar a comprovação de engenheiro **que não seja eletricista**, uma vez que somente esse tem competência legal para atuar e trabalhar com o objeto da licitação. **Não se trata de ampliar a competitividade, uma vez que os demais engenheiros - que não eletricistas - não possuem capacidade técnica e legal para atuar com determina matéria.**

Já em relação ao técnico industrial, não basta a comprovação de ter profissional técnico industrial no rol de funcionários. O profissional deve possuir habilitação em eletrotécnica, conforme Resolução 074/2019 do Conselho Federal dos Técnicos Industriais.

A Licitação é procedimento administrativo prévio aos contratos da Administração Pública, com fundamento legal no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal. Ressalta-se, que o objetivo da licitação é a busca da proposta mais vantajosa dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com o Poder Público, bem como garantir a **isonomia, transparência e legalidade das contratações públicas.**

Ao edital, tanto o licitante quanto a Administração estão vinculados, por isso, a importância de se determinar de forma legal e previamente os requisitos para o certame, a fim de não se configurar ato nulo ou anulável por irregularidade cometida nesta fase.

Dos pedidos

Diante do exposto, requer:

- 1) seja dado provimento a presente impugnação, reformulando-se o Edital Licitatório, no sentido de exigir que a comprovação se dê na forma da lei, ou seja, engenheiro eletricista ou técnico industrial com habilitação em eletrotécnica.
- 2) que caso a Comissão não entenda assim, que o processo seja encaminhado a Autoridade Superior para apreciação, devidamente informados pelos motivos de sua recusa

Jundiaí, 18 de abril de 2022.

TORESIN E
CAVALCANTE
SERVICOS EM
LICITACOES
LTDA:03613252000184

Assinado de forma digital
por TORESIN E CAVALCANTE
SERVICOS EM LICITACOES
LTDA:03613252000184
Dados: 2022.04.18 14:51:18
-03'00'

TORESIN & CAVALCANTE SERVIÇOS EM LICITAÇÕES LTDA.

ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO

TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI EM SOCIEDADE LTDA UNIPESSOAL

Pelo presente instrumento particular,

THAIS PAIVA CAVALCANTE, brasileira, empresária, solteira, nascida em 16/05/1982, portadora da CI REG n. 29.185.295-6 SSP/SP, expedida em 24/01/2018, inscrita no CPF/MF sob n. 225.469.628-92, residente e domiciliada, na cidade de Jundiaí-SP, na Rua Helena Conci Gáspari n. 322, Jardim Campos Elíseos, CEP 13209-810,

Titular da Empresa individual de Responsabilidade Limitada, denominada **CAVALCANTE SERVIÇOS EM LICITAÇÕES EIRELI**, estabelecida na cidade de Jundiaí-SP, na Rua Helena Conci Gáspari n. 110, sala 01, Jardim Campos Elíseos, CEP 13209-810, inscrita no CNPJ sob n. 03.613.252/0001-84, com ato constitutivo registrado na JUCESP sob n. 35601574256, em sessão de 24/11/2016 e sua alteração n. 134.601/19-1 de 13/03/2019, resolve, neste ato alterar, nas seguintes condições:

CLAUSULA 1 – Resolve a titular transferir a titularidade desta Empresa Individual de Responsabilidade Limitada para **LUIZ HENRIQUE TORESIN**, brasileiro, empresário, advogado, OAB n. 264.545, casado, no regime de comunhão parcial de bens, portador da CNH n. 00.798.817.509, emitida em 22/02/2017, inscrito no CPF/MF sob n. 290.294.298-28, residente e domiciliado, na cidade de Jundiaí-SP, na Rua Nicolau Mattar n. 112, Vila Bela II, CEP 13.209-650, que passará a ser o titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada **CAVALCANTE SERVIÇOS EM LICITAÇÕES EIRELI**, estabelecida na cidade de Jundiaí-SP, na Rua Helena Conci Gáspari n. 110, sala 01, Jardim Campos Elíseos, CEP 13209-810, inscrita no CNPJ sob n. 03.613.252/0001-84, com ato constitutivo registrado na JUCESP sob n. 35601574256, em sessão de 24/11/2016 e sua alteração n. 134.601/19-1 de 13/03/2019, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLAUSULA 2 – A Titular **THAIS PAIVA CAVALCANTE**, acima qualificada, cede e transfere, neste ato, para **LUIZ HENRIQUE TORESIN**, acima qualificado, a totalidade de suas quotas, ou seja, 120.000 (cento e vinte mil) quotas, correspondentes à R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), em moeda corrente no país, nada mais tendo sobre elas a reclamar, seja a que título for, nem do cessionário e nem da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, dando-lhe plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

CLAUSULA 3 – O titular **LUIZ HENRIQUE TORESIN**, declara, sob as penas da lei que, não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o

acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA 4 – O titular, **LUIZ HENRIQUE TORESIN**, A partir do registro deste instrumento, altera o Tipo Jurídico, para a condição de Sociedade Limitada Unipessoal, que permanecerá LTDA UNIPessoal por tempo indeterminado, de acordo com o artigo 1052, parágrafo 1º e 2º do código civil e em conformidade com a Instrução Normativa DREI Nº 63 de 11 de junho de 2.019.

CLAUSULA 5 – O titular altera a razão social, que a ser: **TORESIN & CAVALCANTE SERVIÇOS EM LICITAÇÕES LTDA.**

CLAUSULA 6 – O titular altera o endereço da sede social, para a Rua Capitão Cassiano Ricardo de Toledo, 191, Sala 1503 – Chácara Urbana, Jundiaí-SP, CEP 13.201-840.

Tendo em vista as alterações acima, o sócio resolve consolidar esse contrato social, ficando revogados todos os dispositivos anteriores, como segue:

CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira – DENOMINAÇÃO SOCIAL

A Sociedade Limitada Unipessoal girará sob o nome empresarial de **TORESIN & CAVALCANTE SERVIÇOS EM LICITAÇÕES LTDA**, e permanecerá LTDA UNIPessoal por tempo indeterminado, de acordo com o artigo 1052, parágrafo 1º e 2º do código civil e em conformidade com a Instrução Normativa DREI Nº 63 de 11 de junho de 2.019.

Cláusula Segunda – SEDE, FILIAIS, AGÊNCIAS OU SUCURSAIS.

A sociedade limitada unipessoal tem sua sede na cidade de Jundiaí-SP, na Rua Capitão Cassiano Ricardo de Toledo, 191, Sala 1503 – Chácara Urbana, CEP 13.201-840, podendo sua administração estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer parte do território nacional e do exterior de acordo com a legislação pertinente.

Cláusula Terceira – OBJETO SOCIAL

A sociedade unipessoal tem como objeto social serviço de apoio administrativo e operacional; pesquisa, compilação de dados e informações, preparação de documentos e demais serviços para licitações.

Cláusula Quarta – PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 18/08/1999, conforme arquivamento inicial na Junta Comercial do Estado de São Paulo e o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Cláusula Quinta – DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS

O Capital Social é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), todo ele realizado e dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um) real cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país, ficando assim distribuídos:

LUIZ HENRIQUE TORESIN	R\$ 120.000,00	120.000 Quotas
<i>Total Geral</i>	R\$ 120.000,00	120.000 Quotas

Parágrafo Único – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, os lucros ou prejuízos sociais apurados ao término da cada exercício social, serão rateados entre os sócios na proporção de suas quotas de capital, admitindo-se a capitalização dos lucros e a constituição de reservas.


Cláusula Sexta – EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

O exercício social coincidirá com o ano calendário, sendo que no dia 31 de dezembro de cada ano, ou periodicamente, será elaborado um Balanço Patrimonial do exercício, e demonstrações contábeis que deverão ser transcritas no Livro Diário da sociedade.

Parágrafo Único – A critério do sócio único e no atendimento dos interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderão ser destinados à formação de Reservas de Lucros, conforme estabelecido pela Lei 6404/76, ou então, permanecer em Lucros Acumulados para futura destinação.

Cláusula Sétima – ADMINISTRAÇÃO

A Administração da sociedade será exercida, exclusivamente, pelo sócio **LUIZ HENRIQUE TORESIN**, que assinará sempre individualmente, com os poderes e atribuições de praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.



Parágrafo Primeiro: A responsabilidade do sócio único é restrita ao valor de suas quotas, mas responde solidariamente pela integralização do Capital Social conforme o Artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Segundo - Caberá exclusivamente ao administrador ou aos seus procuradores constituídos em nome da sociedade, a prática dos atos necessários ou convenientes para a representação e a administração desta; para tanto dispendo eles dentre outros poderes dos necessários para:

- a) Representar a sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente perante terceiros, que usarão a denominação social em conjunto com procurador, se houver, ou isoladamente em quaisquer repartições públicas: federais, municipais, estaduais, bem como autarquias, caixa econômica, bancos, sociedades de economia mista e entidades paraestatais.
- b) Assinar quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da Sociedade, inclusive cheques e ordens de pagamentos, títulos de dívidas cambiais e outros, bem como a outorga de procurações, as quais além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade.
- c) Os cheques e saques bancários ou de financeiras, bem como a venda de bens móveis deverão ser assinados isoladamente pelo sócio administrador, ou em conjunto com 1 (um) procurador se houver, ou por 2 (dois) procuradores; as alienações, hipotecas e penhor de bens imóveis deverá conter sempre a assinatura do sócio administrador, ou por um procurador com poderes específicos para tanto.

Cláusula Oitava – DO CONSELHO FISCAL E DAS ASSEMBLÉIAS

Fica estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal e nem assembleias.

Cláusula Nona – REMUNERAÇÃO DO SÓCIO ÚNICO

O sócio único, administrador, fará jus a uma retirada mensal a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima – DO FALECIMENTO, DISSOLUÇÃO

Falecendo ou interditado o sócio único, a sociedade poderá continuar suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado e, em seguida, encerrar as atividades da empresa.

Cláusula Décima Primeira – DA DISSOLUÇÃO



Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa de sócio único, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

Cláusula Décima Segunda – FORO JURÍDICO

Para todas as questões oriundas deste contrato, fica desde já eleito o foro da Comarca de Jundiaí/SP, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Único – Nos casos omissos neste contrato, a sociedade se regerá pela Lei das Sociedades Limitadas, Lei 10.406/2002 de 10 de Janeiro de 2002.

E por estarem, as partes justas, obrigam-se cumprir as cláusulas acima classificadas em seus termos e assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e valor, juntamente com duas testemunhas instrumentárias abaixo assinadas, para que se produzam efeitos legais.

Jundiaí, 10 de junho de 2021.

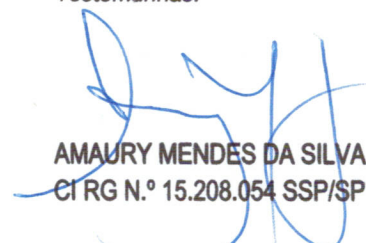


LUIZ HENRIQUE TORESIN



THAIS PAIVA CAVALCANTE

Testemunhas:



AMAURY MENDES DA SILVA
CI RG N.º 15.208.054 SSP/SP



SANDRA MENDES DA SILVA MORALES
CI RG. N.º 18.294.776-2 SSP/SP

...poderá ser dissolvida por iniciativa de sócio único, que, nessa hipótese, realizará a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

Capítulo Décima Segunda – FORO JURIDICO

Fica todas as questões oriundas deste contrato, fica desde já eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Artigo Único – Nos casos omissos neste contrato, a sociedade se regerá pela Lei das Sociedades Limitadas, Lei 10.406/2002 de 10 de Janeiro de 2002.


E por estarem as partes justas, obrigam-se cumprir as cláusulas acima classificadas em seus artigos e assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e valor, juntamente com duas testemunhas instrumentais abaixo assinadas, para que se produzam efeitos legais.

Feito em 10 de junho de 2021.

HENRIQUE TORSINI


THAIS PAIVA CAVALCANTE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO – JUCESP
NIRE LIMITADA


GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO


3523269109-5



JUCESP




SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO – JUCESP


GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO

288.389/21-9



JUCESP

SANDRA MENDES DA SILVA
CI RG. N.º 18.284.728-2 SSP/SP

SANDRA MENDES DA SILVA
CI RG. N.º 18.284.728-2 SSP/SP



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - EPP

NOME EMPRESARIAL TORESIN & CAVALCANTE SERVIÇOS EM LICITAÇÕES LTDA.	NIRE
--	------

DECLARAÇÃO A Sociedade TORESIN & CAVALCANTE SERVIÇOS EM LICITAÇÕES LTDA. , estabelecida na Rua Capitão Cassiano Ricardo de Toledo, 191, sl 1503, Chacara Urbana, Jundiaí, SP, CEP:13201-840, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE , nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
--

LOCALIDADE Jundiaí - SP	DATA 10/06/2021
-----------------------------------	---------------------------

NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL

NOME LUIZ HENRIQUE TORESIN (Sócio)	ASSINATURA 
--	--

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO

ETIQUETA DE REGISTRO 



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES
DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO.

EDITAL DO PROAD N.º: 1914/2022-1
LICITAÇÃO N.º: 16/2022
UASG DO TRT15: 080011

ANA CRISTINA NEPOMUCENO, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/MG n.º 135.406, vem, tempestivamente, com fundamento no art. 41, §1º da lei n.º 8.666/93, art. 24 da lei 10.024/19 e item 21.1 a 21.4 do edital convocatório, **interpor impugnação ao edital** de licitação acima citado.

Foi publicado o **Edital do Proad N.º: 1914/2022-1, Licitação n.º 16/2022**, tendo como objeto "a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectado à rede (on-grid) com potência mínima aceitável de 100 kWp ((kilowatt pico), além da atualização e/ou substituição do padrão de entrada de energia no prédio da VT de São João da Boa Vista, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para a montagem e ativação da micro usina fotovoltaica e do padrão de entrada de energia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital..".

Contudo, foi detectada uma falha quanto a exigência contida no item 9.11.4¹ do instrumento convocatório, em

¹ Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, **engenheiro mecânico ou técnico de segundo grau**, conforme consta em Resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica conforme subitem acima. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo: (grifo nosso)

- 1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- 2) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;

razão do desenvolvimento do projeto, a instalação, a responsabilidade técnica e a manutenção dos sistemas objeto do presente processo, serem trabalhos específicos dos profissionais habilitados na área de engenharia elétrica, bem como a ART do Projeto Fotovoltaico somente poder ser assinada por engenheiros elétricos, não tendo o Engenheiro Mecânico atribuição para tal.

Na categoria dos engenheiros, somente o eletricitista possui as atribuições para projetar e executar projetos fotovoltaicos, conforme o **artigo 8º da resolução n.º 218, de 29/06/1973 do Crea/Confea.**

Por todo o exposto, requer a Vossa Senhoria a **alteração do edital** elaborado para a respectiva licitação, retificando se o item 9.11.4, alterando se a exigência da comprovação de que a empresa possua, em seu quadro permanente, na data da licitação, engenheiro mecânico ou técnico de segundo grau, **passando a constar a exigência de comprovação de que a empresa possua, em seu quadro permanente, na data da licitação, engenheiro eletricitista,** sendo este último o único habilitado para executar o presente objeto.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

Arcos/MG, 18 de abril de 2022.

Ana Cristina Nepomuceno
OAB/MG n° 135.406

3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

4) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

RESOLUÇÃO Nº 218, DE 29 DE JUNHO DE 1973

Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA, usando das atribuições que lhe conferem as letras "d" e "f", parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966,

CONSIDERANDO que o Art. 7º da Lei nº 5.194/66 refere-se às atividades profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo, em termos genéricos;

CONSIDERANDO a necessidade de discriminar atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, para fins da fiscalização de seu exercício profissional, e atendendo ao disposto na alínea "b" do artigo 6º e parágrafo único do artigo 84 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966,

RESOLVE:

Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

- Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;
- Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;
- Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;
- Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;
- Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;
- Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
- Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;
- Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;
- Atividade 09 - Elaboração de orçamento;
- Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;
- Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;
- Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;
- Atividade 13 - Produção técnica e especializada;
- Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;
- Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;
- Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;
- Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

Art. 2º - Compete ao ARQUITETO OU ENGENHEIRO ARQUITETO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores; planejamento físico, local, urbano e regional; seus serviços afins e correlatos.

Art. 3º - Compete ao ENGENHEIRO AERONÁUTICO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a aeronaves, seus sistemas e seus componentes; máquinas, motores e equipamentos; instalações industriais e mecânicas relacionadas à modalidade; infra-estrutura aeronáutica; operação, tráfego e serviços de comunicação de transporte aéreo; seus serviços afins e correlatos;

Art. 4º - Compete ao ENGENHEIRO AGRIMENSOR:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referente a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; locação de:

- a) loteamentos;
- b) sistemas de saneamento, irrigação e drenagem;
- c) traçados de cidades;
- d) estradas; seus serviços afins e correlatos.

II - o desempenho das atividades 06 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referente a arruamentos, estradas e obras hidráulicas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 5º - Compete ao ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zimotecnica; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos.

Art. 6º - Compete ao ENGENHEIRO CARTÓGRAFO ou ao ENGENHEIRO DE GEODÉSIA E TOPOGRAFIA ou ao ENGENHEIRO GEÓGRAFO:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; elaboração de cartas geográficas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.

Art. 9º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRÔNICO ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETRÔNICA ou ao ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a materiais elétricos e eletrônicos; equipamentos eletrônicos em geral; sistemas de comunicação e telecomunicações; sistemas de medição e controle elétrico e eletrônico; seus serviços afins e correlatos.

Art. 10 - Compete ao ENGENHEIRO FLORESTAL:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins florestais e suas instalações complementares, silvimetria e inventário florestal; melhoramento florestal; recursos naturais renováveis; ecologia, climatologia, defesa sanitária florestal; produtos florestais, sua tecnologia e sua industrialização; edafologia; processos de utilização de solo e de floresta; ordenamento e manejo florestal; mecanização na floresta; implementos florestais; economia e crédito rural para fins florestais; seus serviços afins e correlatos.

Art. 11 - Compete ao ENGENHEIRO GEÓLOGO ou GEÓLOGO:

I - o desempenho das atividades de que trata a Lei nº 4.076, de 23 JUN 1962.

Art. 12 - Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.

Art. 13 - Compete ao ENGENHEIRO METALURGISTA ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL E DE METALURGIA ou ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE METALURGIA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos metalúrgicos, instalações e equipamentos destinados à indústria metalúrgica, beneficiamento de minérios; produtos metalúrgicos; seus serviços afins e correlatos.

Art. 14 - Compete ao ENGENHEIRO DE MINAS:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à prospecção e à pesquisa mineral; lavra de minas; captação de água subterrânea; beneficiamento de minérios e abertura de vias subterrâneas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 15 - Compete ao ENGENHEIRO NAVAL:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a embarcações e seus componentes; máquinas, motores e equipamentos; instalações industriais e mecânicas relacionadas à modalidade; diques e porta-batéis; operação, tráfego e serviços de comunicação de transporte hidroviário; seus serviços afins e correlatos.

Art. 16 - Compete ao ENGENHEIRO DE PETRÓLEO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução referentes a dimensionamento, avaliação e exploração de jazidas petrolíferas, transporte e industrialização do petróleo; seus serviços afins e correlatos.

Art. 17 - Compete ao ENGENHEIRO QUÍMICO ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE QUÍMICA:

I - desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria química e petroquímica e de alimentos; produtos químicos; tratamento de água e instalações de tratamento de água industrial e de rejeitos industriais; seus serviços afins e correlatos.

Art. 18 - Compete ao ENGENHEIRO SANITARISTA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a controle sanitário do ambiente; captação e distribuição de água; tratamento de água, esgoto e resíduos; controle de poluição; drenagem; higiene e conforto de ambiente; seus serviços afins e correlatos.

Art. 19 - Compete ao ENGENHEIRO TECNÓLOGO DE ALIMENTOS:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria de alimentos; acondicionamento, preservação, distribuição, transporte e abastecimento de produtos alimentares; seus serviços afins e correlatos.

Art. 20 - Compete ao ENGENHEIRO TÊXTIL:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria têxtil; produtos têxteis, seus serviços afins e correlatos.

Art. 21 - Compete ao URBANISTA:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a desenvolvimento urbano e regional, paisagismo e trânsito; seus serviços afins e correlatos.

Art. 22 - Compete ao ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO:

I - o desempenho das atividades 09 a 18 do artigo 1º desta Resolução, circunscritas ao âmbito das respectivas modalidades profissionais;

II - as relacionadas nos números 06 a 08 do artigo 1º desta Resolução, desde que enquadradas no desempenho das atividades referidas no item I deste artigo.

Art. 23 - Compete ao TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR ou TECNÓLOGO:

I - o desempenho das atividades 09 a 18 do artigo 1º desta Resolução, circunscritas ao âmbito das respectivas modalidades profissionais;

II - as relacionadas nos números 06 a 08 do artigo 1º desta Resolução, desde que enquadradas no desempenho das atividades referidas no item I deste artigo.

Art. 24 - Compete ao TÉCNICO DE GRAU MÉDIO:

I - o desempenho das atividades 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, circunscritas ao âmbito das respectivas modalidades profissionais;

II - as relacionadas nos números 07 a 12 do artigo 1º desta Resolução, desde que enquadradas no desempenho das atividades referidas no item I deste artigo.

Art. 25 - Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso, apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade.

Parágrafo único - Serão discriminadas no registro profissional as atividades constantes desta Resolução.

Art. 26 - Ao já diplomado aplicar-se-á um dos seguintes critérios:

I - àquele que estiver registrado, é reconhecida a competência concedida em seu registro, salvo se as resultantes desta Resolução forem mais amplas, obedecido neste caso, o disposto no artigo 25 desta Resolução.

II - àquele que ainda não estiver registrado, é reconhecida a competência resultante dos critérios em vigor antes da vigência desta Resolução, com a ressalva do inciso I deste artigo.

Parágrafo único - Ao aluno matriculado até à data da presente Resolução, aplicar-se-á, quando diplomado, o critério do item II deste artigo.

Art. 27 - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28 - Revogam-se as Resoluções de nº 4, 26, 30, 43, 49, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 67, 68, 71, 72, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 95, 96, 108, 111, 113, 120, 121, 124, 130, 132, 135, 139, 145, 147, 157, 178, 184, 185, 186, 197, 199, 208 e 212 e as demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 JUN 1973.

Prof. FAUSTO AITA GAI
Presidente

Engº. CLÓVIS GONÇALVES DOS SANTOS
1º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 336, DE 27 DE OUTUBRO DE 1989.

Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere a letra "f" do artigo 27, combinado com o estabelecido no § 3º do artigo 59 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966,

CONSIDERANDO que, face ao disposto nos artigos 59 e 60 da citada Lei, a pessoa jurídica que se organize para prestar ou executar serviços ou obras de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, ou que mantenha seção ligada ao exercício de uma dessas profissões, está sujeita à fiscalização profissional pelos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.496/77;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 6.839/80;

CONSIDERANDO que as Leis nº 4.076/62, 6.664/79 e 6.835/80 incluíram Geólogos, Geógrafos e Meteorologistas no âmbito da fiscalização do Sistema CONFEA/CREAs, respectivamente;

CONSIDERANDO que cabe aos Conselhos Regionais, na forma do disposto nas letras "h" e "o" do artigo 34 da Lei nº 5.194/66, de 24 DEZ 1966, processar, organizar, disciplinar e manter atualizado o registro de pessoas jurídicas, em suas jurisdições;

CONSIDERANDO o decidido pelos acórdãos do Supremo Tribunal Federal, proferidos nos Recursos Extraordinários nº 105.052, 107.751 e 108.864, bem como nos Embargos opostos no Recurso Extraordinário nº 107.751,

RESOLVE:

Art. 1º - A pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços e/ou obras ou que exerça qualquer atividade ligada ao exercício profissional da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia enquadra-se, para efeito de registro, em uma das seguintes classes:

CLASSE A -De prestação de serviços, execução de obras ou serviços ou desenvolvimento de atividades reservadas aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia;

CLASSE B -De produção técnica especializada, industrial ou agropecuária, cuja atividade básica ou preponderante necessite do conhecimento técnico inerente aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia;

CLASSE C -De qualquer outra atividade que mantenha seção, que preste ou execute para si ou para terceiros serviços, obras ou desenvolva atividades ligadas às áreas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia.

§ 1º - As empresas públicas e sociedades de economia mista serão enquadradas, para o registro, nas classes estabelecidas neste artigo, conforme a atividade desenvolvida.

§ 2º - Uma pessoa jurídica pode ser enquadrada simultaneamente em mais de uma das classes relacionadas neste artigo.

§ 3º - As pessoas jurídicas enquadradas na classe "C" deverão proceder ao registro da seção técnica mantida na mesma.

Art. 2º - Os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações de direito público, que tenham atividades na Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia ou se utilizem dos trabalhos dessas categorias, deverão, sem qualquer ônus para os CREAs, fornecer todos os elementos necessários à verificação e fiscalização do exercício profissional.

Art. 3º - O registro de pessoa jurídica é ato obrigatório de inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia onde ela inicia suas atividades profissionais no campo técnico da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia.

§ 1º - O registro de pessoa jurídica enquadrada nas classes de que trata o artigo 1º será efetivado após análise e aprovação da documentação constante do artigo 8º, pagamento das taxas devidas e da anuidade do ano do registro, bem como da constatação da regularidade junto ao CREA de todos os profissionais do quadro técnico da empresa e/ou seção que exerça atividades nas áreas discriminadas no "caput" do artigo.

§ 2º - A pessoa jurídica enquadrada na classe "C", para efeito de registro, estará sujeita ao pagamento de anuidade diferenciada fixada em Resolução que disciplina as anuidades e taxas.

Art. 4º - A pessoa jurídica enquadrada em qualquer uma das classes do Art. 1º só terá condições legais para o início da sua atividade técnico-profissional, após ter o seu registro efetivado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Parágrafo único - A pessoa jurídica que não requerer o seu registro, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do arquivamento de seus atos constitutivos nos órgãos competentes, será notificada para que, em 30 (trinta) dias, promova a sua regularização perante o CREA, sob pena da competente autuação por exercício ilegal da profissão.

Art. 5º - A atividade da pessoa jurídica, em região diferente daquela em que se encontra registrada, obriga ao visto do registro na nova região.

§ 1º - O visto exigido neste artigo pode ser concedido para atividade parcial dos objetivos sociais da requerente, com validade a ela restrito.

§ 2º - No caso em que a atividade exceda de 180 (cento e oitenta) dias, fica a pessoa jurídica, a sua agência, filial ou sucursal, obrigada a proceder ao seu registro na nova região.

Art. 6º - A pessoa jurídica, para efeito da presente Resolução, que requer registro ou visto em qualquer Conselho Regional, deve apresentar responsável técnico que mantenha residência em local que, a critério do CREA, torne praticável a sua participação efetiva nas atividades que a pessoa jurídica pretenda exercer na jurisdição do respectivo órgão regional.

Art. 7º - Os Conselhos Regionais, atendendo às peculiaridades de cada região, e de acordo com as condições das atividades neles desenvolvidas pelas pessoas jurídicas, poderão, através de atos próprios, fixar casos de dispensa de registro.

Art. 8º - O requerimento de registro deve ser instruído com os seguintes elementos:

I - Instrumento de constituição da pessoa jurídica, devidamente arquivado, registrado em órgão competente, bem como suas modificações subsequentes até a data da solicitação do Registro no CREA.

II - Indicação do ou dos responsáveis técnicos pelas diversas atividades profissionais, bem como dos demais profissionais integrantes do quadro técnico da pessoa jurídica.

III - Prova do vínculo dos profissionais referidos no item anterior com a pessoa jurídica, através de documentação hábil, quando não fizerem parte do contrato social.

IV - Comprovante de solicitação da ART de cargos e funções de todos os profissionais do quadro técnico da pessoa jurídica.

Art. 9º - Só será concedido registro à pessoa jurídica cuja denominação for condizente com suas finalidades e quando seu ou seus responsáveis técnicos tiverem atribuições coerentes com os objetivos sociais da mesma.

Art. 10 - As pessoas jurídicas registradas na forma desta Resolução, sempre que efetuarem alterações nos seus objetivos, no seu quadro técnico ou na atividade de seus profissionais, deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, comunicar ao CREA.

Parágrafo único - Serão efetivadas novas ARTs, caso haja alterações nas atividades dos profissionais do seu quadro técnico.

Art. 11 - Somente ao profissional habilitado é facultado constituir-se em firma individual para a prestação de serviços profissionais, ou execução de obras, desde que proceda o registro no CREA, nos moldes desta Resolução.

Art. 12 - A responsabilidade técnica por qualquer atividade exercida no campo da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia é sempre do profissional dela encarregado, não podendo, em hipótese nenhuma, ser assumida pela pessoa jurídica.

Art. 13 - Só será concedido registro à pessoa jurídica na plenitude de seus objetivos sociais de sua ou dos objetivos de suas seções técnicas, se os profissionais do seu quadro técnico cobrirem todas as atividades a serem exercitadas.

Parágrafo único - O registro será concedido com restrições das atividades não cobertas pelas atribuições dos profissionais, até que a pessoa jurídica altere seus objetivos ou contrate outros profissionais com atribuições capazes de suprir aqueles objetivos.

Art. 14 - As qualificações de Engenheiro, Arquiteto, Engenheiro Agrônomo, Geólogo, Geógrafo, ou Meteorologista só poderão constar da razão social ou denominação de pessoa jurídica, se estas forem compostas exclusivamente por profissionais que possuam aqueles títulos.

Art. 15 - As palavras Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia só poderão constar em denominação ou razão social de pessoas jurídicas, cuja direção for composta, na sua maioria, de profissionais habilitados.

Art. 16 - O registro de pessoas jurídicas deverá ser alterado quando:

- I - Ocorrer qualquer alteração em seu instrumento constitutivo;
- II - Houver a baixa da responsabilidade técnica do(s) profissional(is) dela encarregado(s).

Parágrafo único - Será procedida simples averbação no registro quando houver alteração que não implique mudança dos objetivos sociais, da Direção da pessoa jurídica, da denominação ou razão social ou da responsabilidade técnica.

Art. 17 - A responsabilidade técnica de qualquer profissional por pessoa jurídica fica extinta, devendo o registro ser alterado, a partir do momento em que:

- I - for requerido ao Conselho Regional, por escrito, pelo profissional ou pela pessoa jurídica, o cancelamento desse encargo;
- II - for o profissional suspenso do exercício da profissão;
- III - mudar o profissional de residência para local que, a juízo do Conselho Regional, torne impraticável o exercício dessa função;
- IV - tiver o profissional o seu registro cancelado;
- V - ocorram outras condições que, a critério do CREA, possam impedir a efetiva prestação da assistência técnica.

§ 1º - A pessoa jurídica deve, no prazo de 10 (dez) dias, promover a substituição do responsável técnico.

§ 2º - Quando o cancelamento da responsabilidade técnica for de iniciativa da pessoa jurídica, deve esta, no seu requerimento, indicar o novo responsável técnico, preenchendo os requisitos previstos nesta Resolução, e os documentos pertinentes.

§ 3º - A baixa de responsabilidade técnica requerida pelo profissional só pode ser deferida na ausência de quaisquer obrigações pendentes em seu nome, relativas ao pedido, junto ao Conselho Regional.

Art. 18 - Um profissional pode ser responsável técnico por uma única pessoa jurídica, além da sua firma individual, quando estas forem enquadradas por seu objetivo social no artigo 59 da Lei nº 5.194/66 e caracterizadas nas classes A, B e C do artigo 1º desta Resolução.

Parágrafo único - Em casos excepcionais, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, poderá ser permitido ao profissional, a critério do Plenário do Conselho Regional, ser o responsável técnico por até 03 (três) pessoas jurídicas, além da sua firma individual.

Art. 19 - A infração a qualquer dispositivo desta Resolução sujeita o infrator às penalidades previstas no artigo 73 da Lei nº 5.194/66, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 20 - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21 - Revogam-se a Resolução nº 247/77 e demais disposições em contrário.

Brasília, 27 OUT 1989.

FREDERICO V. M. BUSSINGER
Presidente

SÉRGIO SILVA DOS SANTOS
1º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 413, DE 27 DE JUNHO DE 1997

Dispõe sobre o visto em registro de pessoa jurídica.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere a letra "f" do artigo 27, da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966,

CONSIDERANDO que a pessoa jurídica registrada em qualquer Conselho Regional, quando for exercer atividades em caráter temporário na jurisdição de outro Regional, ficará obrigada a visar nele o seu registro;

CONSIDERANDO que cabe aos Conselhos Regionais, na forma do disposto nas letras "h" e "o" do Art. 34 da mencionada Lei, processar, organizar, disciplinar e manter atualizado o registro de pessoas jurídicas em suas jurisdições,

RESOLVE:

Art. 1º - Será concedido visto ao registro da pessoa jurídica originário de outro Conselho Regional, para os seguintes efeitos e prazos de validade:

I - execução de obras ou prestação de serviços.

Prazo: não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

II - participação em licitações.

Prazo: até a validade da certidão de registro.

§ 1º - O visto para efeito do item I deste artigo poderá ser concedido para atividades parciais do objeto social da pessoa jurídica, quando assim requerido.

§ 2º - O visto concedido para efeito do item II deste artigo dispensa o cumprimento das exigências contidas no Art. 3º desta Resolução.

Art. 2º - O requerimento do visto deverá indicar, expressamente, a finalidade para a qual está sendo solicitado, na forma do artigo anterior, e ser instruído com a certidão do registro no Conselho Regional de origem.

Art. 3º - O responsável técnico da pessoa jurídica, para cada atividade a ser exercida na nova Região, deve estar registrado ou com o respectivo registro visado no Conselho Regional onde for requerido o visto.

§ 1º - Os responsáveis técnicos pelas diferentes atividades, apresentados pela pessoa jurídica, devem comprovar residência em local que, a critério do CREA, torna praticável sua participação efetiva nas atividades que a pessoa jurídica pretenda exercer na jurisdição do respectivo órgão regional;

§ 2º - Sempre que ocorrer substituição de responsável técnico, a pessoa jurídica deve comunicar o fato ao Conselho Regional onde mantém o visto, observando o conteúdo deste artigo.

Art. 4º - O visto concedido pelo Conselho Regional deverá explicitar claramente, no original e na cópia da certidão, o seguinte:

I - No caso do item I do Art. 1º: "Válido para exercer as atividades abaixo, com os respectivos responsáveis técnicos, na jurisdição deste CREA".

II - No caso do item II do Art. 1º: "Válido somente para participação em licitações na jurisdição deste CREA".

Art. 5º - O visto referido no item II do artigo anterior, não tem validade para a execução de obras ou prestação de serviços, cumprindo à pessoa jurídica, para esse efeito, atender aos requisitos exigidos no Art. 3º, mediante solicitação de "visto" para finalidades previstas no item I do Art. 1º desta Resolução.

Art. 6º - O prazo de validade do visto não poderá exceder ao da certidão de registro.

Art. 7º - O prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias referido no item I do Art. 1º é improrrogável.

Art. 8º - Poderá ser concedido novo "visto", nos seguintes casos:

I - para a finalidade descrita no item I do Art. 1º:

a) como complemento do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, caso a limitação contida no Art. 6º desta Resolução impeça sua concessão integral, mediante apresentação de nova certidão de registro;

b) após 180 (cento e oitenta) dias do encerramento das atividades da pessoa jurídica na jurisdição do Regional.

II - para a finalidade descrita no item II do Art. 1º, mediante apresentação de nova certidão.

Art. 9º - Para visar o registro, as pessoas jurídicas ficam obrigadas ao pagamento de taxa de visto estabelecida pelo Conselho Federal em Resolução própria.

Art. 10 - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se a Resolução nº 265, do CONFEA, de 15 de dezembro de 1979 e demais disposições em contrário.

Brasília(DF), 27 de junho de 1997.

ESDRAS MAGALHÃES DOS SANTOS FILHO
Presidente

MARCOS TÚLIO DE MELO
Vice-Presidente



CONFEA

Tabela de Títulos Profissionais

Resolução 473/02

Última Atualização: 05/07/2012

Grupo: 1 ENGENHARIA
Modalidade: 1 CIVIL
Nível: 1 GRADUAÇÃO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
111-01-00	Engenheiro Ambiental	Engenheira Ambiental	Eng. Amb.
111-02-00	Engenheiro Civil	Engenheira Civil	Eng. Civ.
111-03-00	Engenheiro de Fortificação e Construção	Engenheira de Fortificação e Construção	Eng. Fort. Constr.
111-04-01	Engenheiro de Operação - Construção Civil	Engenheira de Operação - Construção Civil	Eng. Oper. Constr. Civ.
111-04-02	Engenheiro de Operação - Construção de Estradas	Engenheira de Operação - Construção de Estradas	Eng. Oper. Constr. Estr.
111-04-03	Engenheiro de Operação - Edificações	Engenheira de Operação - Edificações	Eng. Oper. Edif.
111-04-04	Engenheiro de Operação - Estradas	Engenheira de Operação - Estradas	Eng. Oper. Estr.
111-05-01	Engenheiro Industrial - Civil	Engenheira Industrial - Civil	Eng. Ind. Civ.
111-06-00	Engenheiro Militar	Engenheira Militar	Eng. Mil.
111-07-00	Engenheiro Rodoviário	Engenheira Rodoviária	Eng. Rodov.
111-08-00	Engenheiro Sanitarista	Engenheira Sanitarista	Eng. Sanit.
111-09-00	Engenheiro Sanitarista e Ambiental	Engenheira Sanitarista e Ambiental	Eng. Sanit. Amb.
111-10-00	Engenheiro de Infra-Estrutura Aeronáutica	Engenheira de Infra-Estrutura Aeronáutica	Eng. Infra-Estrut. Aeron.
111-11-01	Engenheiro de Produção - Civil	Engenheira de Produção - Civil	Eng. Prod. Civ.
111-12-00	Engenheiro Hídrico	Engenheira Hídrica	Eng. Hidr.
111-13-00	Urbanista	Urbanista	Urb.

Grupo: 1 ENGENHARIA
Modalidade: 1 CIVIL
Nível: 2 TECNÓLOGO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
112-01-00	Tecnólogo em Construção Civil	Tecnóloga em Construção Civil	Tecg. Constr. Civ.
112-01-01	Tecnólogo em Construção Civil - Edificações	Tecnóloga em Construção Civil - Edificações	Tecg. Constr. Civ. Edif.
112-01-02	Tecnólogo em Construção Civil - Estrada e Topografia	Tecnóloga em Construção Civil - Estrada e Topografia	Tecg. Constr. Civ. Estr. Topogr.
112-01-03	Tecnólogo em Construção Civil - Movimento de Terra e Pavimentação	Tecnóloga em Construção Civil - Movimento de Terra e Pavimentação	Tecg. Constr. Civ. Mov. Terra Pav.
112-01-04	Tecnólogo em Construção Civil - Obras de Solos	Tecnóloga em Construção Civil - Obras de Solos	Tecg. Constr. Civ. Obr. Solos
112-01-05	Tecnólogo em Construção Civil - Obras Hidráulicas	Tecnóloga em Construção Civil - Obras Hidráulicas	Tecg. Constr. Civ. Obr. Hidr.
112-01-06	Tecnólogo em Construção Civil - Terraplenagem	Tecnóloga em Construção Civil - Terraplenagem	Tecg. Constr. Civ. Terrapl.
112-02-00	Tecnólogo em Edificações	Tecnóloga em Edificações	Tecg. Edif.
112-03-00	Tecnólogo em Estradas	Tecnóloga em Estradas	Tecg. Estr.
112-04-00	Tecnólogo em Operação e Administração de Sistemas de Navegação Fluvial	Tecnóloga em Operação e Administração de Sistemas de Navegação Fluvial	Tecg. Oper. Adm. Naveg. Fluv.
112-05-00	Tecnólogo em Saneamento	Tecnóloga em Saneamento	Tecg. Saneam.
112-06-00	Tecnólogo em Saneamento Ambiental	Tecnóloga em Saneamento Ambiental	Tecg. Saneam. Amb.
112-07-00	Tecnólogo em Saneamento Básico	Tecnóloga em Saneamento Básico	Tecg. Saneam. Básico
112-08-00	Tecnólogo em Controle de Obras	Tecnóloga em Controle de Obras	Tecg. Contr. Obras
112-09-01	Tecnólogo em Transporte Terrestre - Urbano	Tecnóloga em Transporte Terrestre - Urbano	Tecg. Transp. Terr. Urb.

Grupo: 1 ENGENHARIA
Modalidade: 1 CIVIL
Nível: 3 TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
113-01-00	Técnico em Construção Civil	Técnica em Construção Civil	Tec. Constr. Civ.
113-02-00	Técnico em Desenho de Construção Civil	Técnica em Desenho de Construção Civil	Tec. Des. Constr. Civ.
113-03-00	Técnico em Desenho de Projetos	Técnica em Desenho de Projetos	Tec. Des. Proj.
113-04-00	Técnico em Edificações	Técnica em Edificações	Tec. Edif.
113-05-00	Técnico em Estradas	Técnica em Estradas	Tec. Estr.
113-06-00	Técnico em Estradas e Pontes	Técnica em Estradas e Pontes	Tec. Estr. Pontes
113-07-00	Técnico em Hidrologia	Técnica em Hidrologia	Tec. Hidrol.
113-08-00	Técnico em Saneamento	Técnica em Saneamento	Tec. Saneam.
113-09-00	Técnico em Transportes Rodoviários	Técnica em Transportes Rodoviários	Tec. Transp. Rodov.
113-10-00	Técnico em Meio Ambiente	Técnica em Meio Ambiente	Tec. Meio Amb.
113-11-00	Técnico Desenhista de Arquitetura	Técnica Desenhista de Arquitetura	Tec. Des. Arq.
113-12-00	Técnico em Decoração	Técnica em Decoração	Tec. Decor.
113-13-00	Técnico em Maquetaria	Técnica em Maquetaria	Tec. Maquet.

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	2 ELETRICISTA
Nível:	1 GRADUAÇÃO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
121-01-00	Engenheiro de Computação	Engenheira de Computação	Eng. Comp.
121-02-00	Engenheiro de Comunicações	Engenheira de Comunicação	Eng. Comunic.
121-03-00	Engenheiro de Controle e Automação	Engenheira de Controle e Automação	Eng. Contr. Autom.
121-04-01	Engenheiro de Operação - Eletrônica	Engenheira de Operação - Eletrônica	Eng. Oper. Eletron.
121-04-02	Engenheiro de Operação - Eletrotécnica	Engenheira de Operação - Eletrotécnica	Eng. Oper. Eletrotec.
121-04-03	Engenheiro de Operação - Telecomunicações	Engenheira de Operação - Telecomunicações	Eng. Oper. Telecom.
121-05-01	Engenheiro de Produção - Eletricista	Engenheira de Produção - Eletricista	Eng. Prod. Eletr.
121-06-00	Engenheiro de Telecomunicações	Engenheira de Telecomunicações	Eng. Telecom.
121-07-00	Engenheiro de Transmissão	Engenheira de Transmissão	Eng. Transm.
121-08-00	Engenheiro Eletricista	Engenheira Eletricista	Eng. Eletric.
121-08-01	Engenheiro Eletricista - Eletrônica	Engenheira Eletricista - Eletrônica	Eng. Eletric. Eletron.
121-08-02	Engenheiro Eletricista - Eletrotécnica	Engenheira Eletricista - Eletrotécnica	Eng. Eletric. Eletrotec.
121-09-00	Engenheiro em Eletrônica	Engenheira em Eletrônica	Eng. Eletron.
121-10-00	Engenheiro em Eletrotécnica	Engenheira em Eletrotécnica	Eng. Eletrotec.
121-11-01	Engenheiro Industrial - Elétrica	Engenheira Industrial - Elétrica	Eng. Ind. Eletr.
121-11-02	Engenheiro Industrial - Eletrônica	Engenheira Industrial - Eletrônica	Eng. Ind. Eletron.
121-11-03	Engenheiro Industrial - Eletrotécnica	Engenheira Industrial - Eletrotécnica	Eng. Ind. Eletrotec.
121-11-04	Engenheiro Industrial - Telecomunicações	Engenheira Industrial - Telecomunicações	Eng. Ind. Telecom.
121-12-00	Engenheiro Biomédico	Engenheira Biomédica	Eng. Biomed.

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	2 ELETRICISTA
Nível:	2 TECNÓLOGO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
122-01-00	Tecnólogo em Automação Industrial	Tecnóloga em Automação Industrial	Tecg. Autom. Ind.
122-02-00	Tecnólogo em Distribuição de Energia Elétrica	Tecnóloga em Distribuição de Energia Elétrica	Tecg. Distr. Energ. Eletr.
122-03-00	Tecnólogo em Eletricidade	Tecnóloga em Eletricidade	Tecg. Eletricid.
122-04-00	Tecnólogo em Eletrônica	Tecnóloga em Eletrônica	Tecg. Eletron.
122-05-00	Tecnólogo em Eletrônica Industrial	Tecnóloga em Eletrônica Industrial	Tecg. Eletron. Ind.
122-06-00	Tecnólogo em Eletrotécnica	Tecnóloga em Eletrotécnica	Tecg. Eletrotec.
122-07-00	Tecnólogo em Instrumentação e Controle	Tecnóloga em Instrumentação e Controle	Tecg. Instr. Contr.
122-08-00	Tecnólogo em Máquinas Elétricas	Tecnóloga em Máquinas Elétricas	Tecg. Maq. Eletr.
122-09-00	Tecnólogo em Sistemas Elétricos	Tecnóloga em Sistemas Elétricos	Tecg. Sist. Eletr.
122-10-00	Tecnólogo em Técnicas Digitais	Tecnóloga em Técnicas Digitais	Tecg. Tec. Dig.
122-11-00	Tecnólogo em Telecomunicações	Tecnóloga em Telecomunicações	Tecg. Telecom.
122-11-01	Tecnólogo em Telecomunicações - Telefonia e Redes Externas	Tecnóloga em Telecomunicações - Telefonia e Redes Externas	Tecg. Telecom. Telef. Redes Ext.
122-12-00	Tecnólogo em Sistemas de Telefonia	Tecnóloga em Sistemas de Telefonia	Tecg. Sist. Telef.
122-13-00	Tecnólogo em Transmissão e Distribuição Elétrica	Tecnóloga em Transmissão e Distribuição Elétrica	Tecg. Transm. Distr. Eletr.
122-14-00	Tecnólogo em Redes de Computadores	Tecnóloga em Redes de Computadores	Tecg. Redes Comp.
122-15-00	Tecnólogo em Sistemas de Comunicação sem Fio	Tecnóloga em Sistemas de Comunicação sem Fio	Tecg. Sist. Comunic. Sem Fio

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	2 ELETRICISTA
Nível:	3 TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
123-01-00	Técnico em Automação Industrial	Técnica em Automação Industrial	Tec. Autom. Ind.
123-01-01	Técnico em Automação Industrial Eletrônica	Técnica em Automação Industrial Eletrônica	Tec. Autom. Ind. Eletron.
123-02-00	Técnico em Eletricidade	Técnica em Eletricidade	Tec. Eletric.
123-03-00	Técnico em Eletromecânica	Técnica em Eletromecânica	Tec. Eletromec.
123-04-00	Técnico em Eletrônica	Técnica em Eletrônica	Tec. Eletron.
123-04-01	Técnico em Eletrônica - Telecomunicações	Técnica em Eletrônica - Telecomunicações	Tec. Eletron. Telecom.
123-05-00	Técnico em Eletrotécnica	Técnica em Eletrotécnica	Tec. Eletrotec.
123-06-00	Técnico em Informática Industrial	Técnica em Informática Industrial	Tec. Inform. Ind.
123-07-00	Técnico em Instrumentação	Técnica em Instrumentação	Tec. Instrum.
123-08-00	Técnico em Microinformática	Técnica em Microinformática	Tec. Microinform.
123-09-00	Técnico em Proteção Radiológica	Técnica em Proteção Radiológica	Tec. Prot. Radiol.
123-10-00	Técnico em Telecomunicações	Técnica em Telecomunicações	Tec. Telecom.
123-11-00	Técnico em Telefonia	Técnica em Telefonia	Tec. Telef.
123-12-00	Técnico em Mecatrônica	Técnica em Mecatrônica	Tec. Mecatron.
123-13-00	Técnico em Eletroeletrônica	Técnica em Eletroeletrônica	Tec. Eletroeletron.
123-14-00	Técnico em Manutenção de Computadores	Técnica em Manutenção de Computadores	Tec. Manut. Computad.
123-15-00	Técnico em Redes de Comunicação	Técnica em Redes de Comunicação	Tec. Redes Comunic.
123-16-00	Técnico em Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares	Técnica em Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares	Tec. Manut. Equip. Med. Hosp.

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	3 MECÂNICA E METALÚRGICA
Nível:	1 GRADUAÇÃO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
131-01-00	Engenheiro Aeronáutico	Engenheira Aeronáutica	Eng. Aeron.
131-02-00	Engenheiro Mecânico e de Armamento	Engenheira Mecânica e de Armamento	Eng. Mec. Armam.
131-03-00	Engenheiro Mecânico e de Automóvel	Engenheira Mecânica e de Automóvel	Eng. Mec. Auto.
131-05-01	Engenheiro de Operação - Aeronáutica	Engenheira de Operação - Aeronáutica	Eng. Oper. Aeron.
131-05-02	Engenheiro de Operação - Fabricação Mecânica	Engenheira de Operação - Fabricação Mecânica	Eng. Oper. Fabric. Mec.
131-05-03	Engenheiro de Operação - Indústria da Madeira	Engenheira de Operação - Indústria da Madeira	Eng. Oper. Ind. Mad.
131-05-04	Engenheiro de Operação - Máquinas e Motores	Engenheira de Operação - Máquinas e Motores	Eng. Oper. Maq. Motores
131-05-05	Engenheiro de Operação - Mecânica	Engenheira de Operação - Mecânica	Eng. Oper. Mec.
131-05-06	Engenheiro de Operação - Mecânica Automobilística	Engenheira de Operação - Mecânica Automobilística	Eng. Oper. Mec. Auto.
131-05-07	Engenheiro de Operação - Mecânica de Manutenção	Engenheira de Operação - Mecânica de Manutenção	Eng. Oper. Mec. Manut.
131-05-08	Engenheiro de Operação - Mecânica de Máquinas e Ferramentas	Engenheira de Operação - Mecânica de Máquinas e Ferramentas	Eng. Oper. Mec. Maq. Ferram.
131-05-09	Engenheiro de Operação - Metalurgista	Engenheira de Operação - Metalurgista	Eng. Oper. Metal.
131-05-10	Engenheiro de Operação - Processo de Fabricação Mecânica	Engenheira de Operação - Processo de Fabricação Mecânica	Eng. Oper. Proc. Fab. Mec.
131-05-11	Engenheiro de Operação - Produção	Engenheira de Operação - Produção	Eng. Oper. Prod.
131-05-12	Engenheiro de Operação - Refrigeração e Ar Condicionado	Engenheira de Operação - Refrigeração e Ar Condicionado	Eng. Oper. Refrig. Ar Cond.
131-05-13	Engenheiro de Operação - Siderurgia	Engenheira de Operação - Siderurgia	Eng. Oper. Siderur.
131-06-00	Engenheiro de Produção	Engenheira de Produção	Eng. Prod.
131-06-01	Engenheiro de Produção - Mecânica	Engenheira de Produção - Mecânica	Eng. Prod. Mec.
131-06-02	Engenheiro de Produção - Metalurgista	Engenheira de Produção - Metalurgista	Eng. Prod. Metal.
131-06-03	Engenheiro de Produção - Agroindústria	Engenheira de Produção - Agroindústria	Eng. Prod. Agroind.
131-07-01	Engenheiro Industrial - Madeira	Engenheira Industrial - Madeira	Eng. Ind. Mad.
131-07-02	Engenheiro Industrial - Mecânica	Engenheira Industrial - Mecânica	Eng. Ind. Mec.
131-07-03	Engenheiro Industrial - Metalurgia	Engenheira Industrial - Metalurgia	Eng. Ind. Metal.
131-08-00	Engenheiro Mecânico	Engenheira Mecânica	Eng. Mec.
131-08-01	Engenheiro Mecânico - Automação e Sistemas	Engenheira Mecânica - Automação e Sistemas	Eng. Mec. - Autom. Sist.
131-09-00	Engenheiro Metalurgista	Engenheira Metalurgista	Eng. Metal.
131-10-00	Engenheiro Naval	Engenheira Naval	Eng. Naval
131-11-00	Engenheiro Mecânico Eletricista	Engenheira Mecânica Eletricista	Eng. Mec. Eletric.

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	3 MECÂNICA E METALÚRGICA
Nível:	2 TECNÓLOGO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
132-01-00	Tecnólogo em Aeronaves	Tecnóloga em Aeronaves	Tecg. Aeronav.
132-02-00	Tecnólogo em Construção Naval	Tecnóloga em Construção Naval	Tecg. Constr. Naval
132-03-00	Tecnólogo em Eletromecânica	Tecnóloga em Eletromecânica	Tecg. Eletromec.
132-04-00	Tecnólogo em Indústria da Madeira	Tecnóloga em Indústria da Madeira	Tecg. Ind. Mad.
132-05-00	Tecnólogo em Manutenção de Máquinas e Equipamentos	Tecnóloga em Manutenção de Máquinas e Equipamentos	Tecg. Manut. Maq. Equip.
132-06-00	Tecnólogo em Máquinas	Tecnóloga em Máquinas	Tecg. Maq.
132-07-00	Tecnólogo em Máquinas e Equipamentos	Tecnóloga em Máquinas e Equipamentos	Tecg. Maq. Equip.
132-08-00	Tecnólogo em Mecânica	Tecnóloga em Mecânica	Tecg. Mec.
132-08-01	Tecnólogo em Mecânica - Automobilismo	Tecnóloga em Mecânica - Automobilismo	Tecg. Mec. Auto.
132-08-02	Tecnólogo em Mecânica - Desenhista Projetista	Tecnóloga em Mecânica - Desenhista Projetista	Tecg. Mec. Des. Proj.
132-08-03	Tecnólogo em Mecânica - Oficinas	Tecnóloga em Mecânica - Oficinas	Tecg. Mec. Ofic.
132-08-04	Tecnólogo em Mecânica - Produção Industrial de Móveis	Tecnóloga em Mecânica - Produção Industrial de Móveis	Tecg. Mec. Prod. Ind.
132-08-05	Tecnólogo em Mecânica - Soldagem	Tecnóloga em Mecânica - Soldagem	Tecg. Mec. Sold.
132-08-06	Tecnólogo em Mecânica - Processos Industriais	Tecnóloga em Mecânica - Processos Industriais	Tecg. Mec. Proc. Ind.
132-09-00	Tecnólogo em Mecânica, Oficina e Manutenção	Tecnóloga em Mecânica, Oficina e Manutenção	Tecg. Mec. Ofic. Manut.
132-10-00	Tecnólogo em Metalurgia	Tecnóloga em Metalurgia	Tecg. Metal.
132-11-00	Tecnólogo em Processo de Produção e Usinagem	Tecnóloga em Processo de Produção e Usinagem	Tecg. Proc. Prod. Usinag.
132-12-00	Tecnólogo em Produção de Calçados	Tecnóloga em Produção de Calçados	Tecg. Prod. Calçados
132-13-00	Tecnólogo em Produção de Couro	Tecnóloga em Produção de Couro	Tecg. Prod. Couro
132-14-00	Tecnólogo em Siderúrgica	Tecnóloga em Siderúrgica	Tecg. Siderur.
132-15-00	Tecnólogo em Soldagem	Tecnóloga em Soldagem	Tecg. Sold.
132-16-00	Tecnólogo Naval	Tecnóloga Naval	Tecg. Naval
132-17-00	Tecnólogo em Qualidade Total	Tecnóloga em Qualidade Total	Tecg. Qualid. Total
132-18-00	Tecnólogo em Mecatrônica Industrial	Tecnóloga em Mecatrônica Industrial	Tecg. Mecatron. Ind.
132-19-00	Tecnólogo em Gestão da Produção Industrial	Tecnóloga em Gestão da Produção Industrial	Tecg. Gest. Prod. Ind.
132-20-00	Tecnólogo em Fabricação Mecânica	Tecnóloga em Fabricação Mecânica	Tecg. Fab. Mec.

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	3 MECÂNICA E METALÚRGICA
Nível:	3 TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
133-01-00	Técnico Desenhista de Máquinas	Técnica Desenhista de Máquinas	Tec. Des. Maq.
133-02-00	Técnico em Aeronáutica	Técnica em Aeronáutica	Tec. Aeron.
133-03-00	Técnico em Aeronaves	Técnica em Aeronaves	Tec. Aeronav.
133-04-00	Técnico em Automobilística	Técnica em Automobilística	Tec. Auto.
133-05-00	Técnico em Calçados	Técnica em Calçados	Tec. Calçados
133-06-00	Técnico em Construção de Máquinas e Motores	Técnica em Construção de Máquinas e Motores	Tec. Constr. Maq. Mot.
133-07-00	Técnico em Construção Naval	Técnica em Construção Naval	Tec. Constr. Naval
133-08-00	Técnico em Estruturas Navais	Técnica em Estruturas Navais	Tec. Estr. Navais
133-09-00	Técnico em Fundição	Técnica em Fundição	Tec. Fund.
133-10-00	Técnico em Manutenção de Aeronaves	Técnica em Manutenção de Aeronaves	Tec. Manut. Aeronav.
133-11-00	Técnico em Máquinas	Técnica em Máquinas	Tec. Maq.
133-12-00	Técnico em Máquinas e Motores	Técnica em Máquinas e Motores	Tec. Maq. Mot.
133-13-00	Técnico em Máquinas Navais	Técnica em Máquinas Navais	Tec. Maq. Navais
133-14-00	Técnico em Mecânica	Técnica em Mecânica	Tec. Mec.
133-15-00	Técnico em Mecânica de Precisão	Técnica em Mecânica de Precisão	Tec. Mec. Prec.
133-16-00	Técnico em Metalurgia	Técnica em Metalurgia	Tec. Metal.
133-17-00	Técnico em Náutica	Técnica em Náutica	Tec. Naut.
133-18-00	Técnico em Operações de Reatores	Técnica em Operações de Reatores	Tec. Oper. Reat.
133-19-00	Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado	Técnica em Refrigeração e Ar Condicionado	Tec. Refrig. Ar Cond.
133-20-00	Técnico em Siderurgia	Técnica em Siderurgia	Tec. Siderur.
133-21-00	Técnico em Soldagem	Técnica em Soldagem	Tec. Sold.
133-22-00	Técnico em Usinagem Mecânica	Técnica em Usinagem Mecânica	Tec. Usinag. Mec.
133-23-00	Técnico Naval	Técnica Naval	Tec. Naval
133-24-00	Técnico em Metrologia	Técnica em Metrologia	Tec. Metrol.
133-25-00	Técnico em Qualidade e Produtividade	Técnica em Qualidade e Produtividade	Tec. Qualid. Prod.
133-26-00	Técnico em Tecnologias Finais do Gás	Técnica em Tecnologias Finais do Gás	Tec. Tecnol. Finais do Gás
133-27-00	Técnico em Desenho de Projetos - Mecânica	Técnica em Desenho de Projetos - Mecânica	Tec. Des. Proj. - Mec.
133-28-00	Técnico em Montagem e Manut. de Sistemas de Gás Combustível	Técnica em Montagem e Manut. de Sistemas de Gás Combustível	Tec. Mont. Manut. Sist. Gás Comb.
133-29-00	Técnico em Móveis	Técnica em Móveis	Tec. Móveis

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	4 QUÍMICA
Nível:	1 GRADUAÇÃO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
141-01-00	Engenheiro de Alimentos	Engenheira de Alimentos	Eng. Alim.
141-02-00	Engenheiro de Materiais	Engenheira de Materiais	Eng. Mat.
141-03-01	Engenheiro de Operação - Petroquímica	Engenheira de Operação - Petroquímica	Eng. Oper. Petroq.
141-03-02	Engenheiro de Operação - Química	Engenheira de Operação - Química	Eng. Oper. Quim.
141-03-03	Engenheiro de Operação - Têxtil	Engenheira de Operação - Têxtil	Eng. Oper. Têxtil
141-04-01	Engenheiro de Produção - Materiais	Engenheira de Produção - Materiais	Eng. Prod. Mat.
141-04-02	Engenheiro de Produção - Química	Engenheira de Produção - Química	Eng. Prod. Quim.
141-04-03	Engenheiro de Produção - Têxtil	Engenheira de Produção - Têxtil	Eng. Prod. Têxtil
141-05-01	Engenheiro Industrial - Química	Engenheira Industrial - Química	Eng. Ind. Quim.
141-06-00	Engenheiro Químico	Engenheira Química	Eng. Quím.
141-07-00	Engenheiro Têxtil	Engenheira Têxtil	Eng. Têxtil
141-08-00	Engenheiro de Petróleo	Engenheira de Petróleo	Eng. Petrol.
141-09-00	Engenheiro de Plástico	Engenheira de Plástico	Eng. Plast.
141-10-00	Engenheiro Bioquímico	Engenheira Bioquímica	Eng. Bioquím.

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	4 QUÍMICA
Nível:	2 TECNÓLOGO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
142-01-00	Tecnólogo em Alimentos	Tecnóloga em Alimentos	Tecg. Alim.
142-02-00	Tecnólogo em Cerâmica	Tecnóloga em Cerâmica	Tecg. Cer.
142-03-00	Tecnólogo em Indústria Têxtil	Tecnóloga em Indústria Têxtil	Tecg. Ind. Têxtil
142-04-00	Tecnólogo em Materiais	Tecnóloga em Materiais	Tecg. Mat.
142-05-00	Tecnólogo em Processos Petroquímicos	Tecnóloga em Processos Petroquímicos	Tecg. Proc. Petroq.
142-06-00	Tecnólogo em Química	Tecnóloga em Química	Tecg. Quím.
142-07-00	Tecnólogo Têxtil	Tecnóloga Têxtil	Tecg. Têxtil
142-08-00	Tecnólogo em Petróleo e Gás	Tecnóloga em Petróleo e Gás	Tecg. Petrol. Gás

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	4 QUÍMICA
Nível:	3 TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
143-01-00	Técnico em Alimentos	Técnica em Alimentos	Tec. Alim.
143-02-00	Técnico em Borracha	Técnica em Borracha	Tec. Borrac.
143-03-00	Técnico em Celulose	Técnica em Celulose	Tec. Celulose
143-04-00	Técnico em Celulose e Papel	Técnica em Celulose e Papel	Tec. Celulose Papel
143-05-00	Técnico em Cerâmica	Técnica em Cerâmica	Tec. Cer.
143-06-00	Técnico em Cerveja e Refrigerantes	Técnica em Cerveja e Refrigerantes	Tec. Cerv. Refrig.
143-07-00	Técnico em Fiação	Técnica em Fiação	Tec. Fiação
143-08-00	Técnico em Fiação e Tecelagem	Técnica em Fiação e Tecelagem	Tec. Fiação Tecel.
143-09-00	Técnico em Malharia	Técnica em Malharia	Tec. Malharia
143-10-00	Técnico em Papel	Técnica em Papel	Tec. Papel
143-11-00	Técnico em Petroquímica	Técnica em Petroquímica	Tec. Petroq.
143-12-00	Técnico em Plástico	Técnica em Plástico	Tec. Plast.
143-13-00	Técnico em Química	Técnica em Química	Tec. Quim.
143-14-00	Técnico em Tecelagem	Técnica em Tecelagem	Tec. Tecel.
143-15-00	Técnico em Vestuário	Técnica em Vestuário	Tec. Vest.
143-16-00	Técnico Têxtil	Técnica Têxtil	Tec. Têxtil
143-17-00	Técnico em Cervejaria	Técnica em Cervejaria	Tec. Cerv.
143-18-00	Técnico em Controle de Qualidade de Alimentos	Técnica em Controle de Qualidade de Alimentos	Tec. Contrl. Qualid. Alim.
143-19-00	Técnico em Processamento de Frutas e Hortaliças	Técnica em Processamento de Frutas e Hortaliças	Tec. Processam. Frutas Hortal.
143-20-00	Técnico em Materiais	Técnica em Materiais	Tec. Mat.
143-21-00	Técnico em Petróleo e Gás	Técnica em Petróleo e Gás	Tec. Petrol. Gás
143-22-00	Técnico em Curtimento	Técnica em Curtimento	Tec. Curt.

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	5 GEOLOGIA E MINAS
Nível:	1 GRADUAÇÃO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
151-01-00	Engenheiro de Minas	Engenheira de Minas	Eng. Minas
151-02-00	Engenheiro Geólogo	Engenheira Geóloga	Eng. Geol.
151-03-00	Geólogo	Geóloga	Geol.
151-04-00	Engenheiro de Exploração e Produção de Petróleo	Engenheira de Exploração e Produção de Petróleo	Eng. Expl. Prod. Petrol.

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	5 GEOLOGIA E MINAS
Nível:	2 TECNÓLOGO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
152-01-00	Tecnólogo de Minas	Tecnóloga de Minas	Tecg. Minas
152-02-00	Tecnólogo em Manutenção Petroquímica	Tecnóloga em Manutenção Petroquímica	Tecg. Manut. Petroq.

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	5 GEOLOGIA E MINAS
Nível:	3 TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
153-01-00	Técnico em Geologia	Técnica em Geologia	Tec. Geol.
153-02-00	Técnico em Mineração	Técnica em Mineração	Tec. Miner.
153-03-00	Técnico em Perfuração de Poços	Técnica em Perfuração de Poços	Tec. Perf. Poços

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	6 AGRIMENSURA
Nível:	1 GRADUAÇÃO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
161-01-00	Agrimensor	Agrimensora	Agrim.
161-02-00	Engenheiro Agrimensor	Engenheira Agrimensora	Eng. Agrim.
161-03-00	Engenheiro Cartógrafo	Engenheira Cartógrafa	Eng. Cartog.
161-05-00	Engenheiro de Geodésia	Engenheira de Geodésia	Eng. Geod.
161-06-00	Engenheiro em Topografia Rural	Engenheira em Topografia Rural	Eng. Topog. Rural
161-07-00	Engenheiro Geógrafo	Engenheira Geógrafa	Eng. Geog.
161-08-00	Engenheiro Topógrafo	Engenheira Topógrafa	Eng. Topog.
161-09-00	Geógrafo	Geógrafa	Geog.

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	6 AGRIMENSURA
Nível:	2 TECNÓLOGO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
162-01-00	Tecnólogo em Topografia	Tecnóloga em Topografia	Tecg. Topog.
162-02-00	Tecnólogo em Geoprocessamento	Tecnóloga em Geoprocessamento	Tecg. Geoproc.
162-03-00	Tecnólogo em Agrimensura	Tecnóloga em Agrimensura	Tecg. Agrim.

Grupo:	1 ENGENHARIA
Modalidade:	6 AGRIMENSURA
Nível:	3 TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
163-01-00	Técnico em Agrimensura	Técnica em Agrimensura	Tec. Agrim.
163-02-00	Técnico em Fotogrametria	Técnica em Fotogrametria	Tec. Fotogram.
163-03-00	Técnico em Geodésia e Cartografia	Técnica em Geodésia e Cartografia	Tec. Geod. Cartog.
163-04-00	Técnico em Topografia	Técnica em Topografia	Tec. Topog.
163-05-00	Técnico em Geomensura	Técnica em Geomensura	Tec. Geom.

Grupo:	3 AGRONOMIA
Modalidade:	1 AGRONOMIA
Nível:	1 GRADUAÇÃO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
311-01-00	Engenheiro Agrícola	Engenheira Agrícola	Eng. Agríc.
311-02-00	Engenheiro Agrônomo	Engenheira Agrônoma	Eng. Agr.
311-03-00	Engenheiro de Pesca	Engenheira de Pesca	Eng. Pesca
311-04-00	Engenheiro Florestal	Engenheira Florestal	Eng. Ftal.
311-05-00	Meteorologista	Meteorologista	Meteorol.
311-07-00	Engenheiro de Aqüicultura	Engenheira de Aqüicultura	Eng. Aqüicult.

Grupo: 3 AGRONOMIA
Modalidade: 1 AGRONOMIA
Nível: 2 TECNÓLOGO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
312-01-00	Tecnólogo em Açúcar e Alcool	Tecnóloga em Açúcar e Alcool	Tecg. Açúcar Alc.
312-02-00	Tecnólogo em Administração Rural	Tecnóloga em Administração Rural	Tecg. Adm. Rural
312-03-00	Tecnólogo em Agricultura	Tecnóloga em Agricultura	Tecg. Agric.
312-04-00	Tecnólogo em Agronomia	Tecnóloga em Agronomia	Tecg. Agr.
312-05-00	Tecnólogo em Agropecuária	Tecnóloga em Agropecuária	Tecg. Agropec.
312-06-00	Tecnólogo em Aquicultura	Tecnóloga em Aquicultura	Tecg. Aqüicult.
312-07-00	Tecnólogo em Bovinocultura	Tecnóloga em Bovinocultura	Tecg. Bovin.
312-08-00	Tecnólogo em Ciências Agrárias	Tecnóloga em Ciências Agrárias	Tecg. Cienc. Agrar.
312-09-00	Tecnólogo em Cooperativismo	Tecnóloga em Cooperativismo	Tecg. Cooperat.
312-10-00	Tecnólogo em Curtumes e Tanantes	Tecnóloga em Curtumes e Tanantes	Tecg. Curt. Tanant.
312-11-00	Tecnólogo em Fitotecnia	Tecnóloga em Fitotecnia	Tecg. Fitotec.
312-12-00	Tecnólogo em Fruticultura	Tecnóloga em Fruticultura	Tecg. Fruticult.
312-12-01	Tecnólogo em Fruticultura de Clima Temperado	Tecnóloga em Fruticultura de Clima Temperado	Tecg. Fruticult. Clima Temp.
312-13-00	Tecnólogo em Heveicultura	Tecnóloga em Heveicultura	Tecg. Heveicult.
312-14-00	Tecnólogo em Laticínios	Tecnóloga em Laticínios	Tecg. Latic.
312-15-00	Tecnólogo em Mecanização Agrícola	Tecnóloga em Mecanização Agrícola	Tecg. Mec. Agric.
312-16-00	Tecnólogo em Meteorologia	Tecnóloga em Meteorologia	Tecg. Meteorol.
312-17-00	Tecnólogo em Pecuária	Tecnóloga em Pecuária	Tecg. Pec.
312-18-00	Tecnólogo Industrial de Açúcar de Cana	Tecnóloga Industrial de Açúcar de Cana	Tecg. Ind. Açúcar Cana
312-19-00	Tecnólogo em Recursos Hídricos e Irrigação	Tecnóloga em Recursos Hídricos e Irrigação	Tecg. Rec. Hidr. Irrig.
312-20-00	Tecnólogo em Horticultura	Tecnóloga em Horticultura	Tecg. Hortic.
312-21-00	Tecnólogo em Irrigação e Drenagem	Tecnóloga em Irrigação e Drenagem	Tecg. Irrig. Drenag.
312-22-00	Tecnólogo em Agroindústria	Tecnóloga em Agroindústria	Tecg. Agroind.

Grupo: 3 AGRONOMIA
Modalidade: 1 AGRONOMIA
Nível: 3 TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
313-01-00	Técnico Agrícola	Técnica Agrícola	Tec. Agric.
313-02-00	Técnico em Agroindústria	Técnica em Agroindústria	Tec. Agroind.
313-03-00	Técnico em Açúcar e Alcool	Técnica em Açúcar e Alcool	Tec. Açúcar Alc.
313-04-00	Técnico em Agricultura	Técnica em Agricultura	Tec. Agricult.
313-05-00	Técnico em Agropecuária	Técnica em Agropecuária	Tec. Agropec.
313-06-00	Técnico em Aquicultura	Técnica em Aquicultura	Tec. Aqüicult.
313-07-00	Técnico em Beneficiamento de Madeira	Técnica em Beneficiamento de Madeira	Tec. Benef. Mad.
313-08-00	Técnico em Bovinocultura	Técnica em Bovinocultura	Tec. Bovinocult.
313-09-00	Técnico em Carnes e Derivados	Técnica em Carnes e Derivados	Tec. Carnes Deriv.
313-10-00	Técnico em Cooperativismo	Técnica em Cooperativismo	Tec. Cooperat.
313-11-00	Técnico em Enologia	Técnica em Enologia	Tec. Enol.
313-12-00	Técnico em Frutas e Hortaliças	Técnica em Frutas e Hortaliças	Tec. Frutas Hortal.
313-13-00	Técnico em Horticultura	Técnica em Horticultura	Tec. Hortic.
313-14-00	Técnico em Irrigação e Drenagem	Técnica em Irrigação e Drenagem	Tec. Irrig. Drenag.
313-15-00	Técnico em Laticínios	Técnica em Laticínios	Tec. Latic.
313-17-00	Técnico em Meteorologia	Técnica em Meteorologia	Tec. Meteorol.
313-18-00	Técnico em Pecuária	Técnica em Pecuária	Tec. Pec.
313-19-00	Técnico em Pesca	Técnica em Pesca	Tec. Pesca
313-20-00	Técnico em Piscicultura	Técnica em Piscicultura	Tec. Piscicult.
313-21-00	Técnico Florestal	Técnica Florestal	Tec. Ftal.
313-22-00	Técnico Rural	Técnica Rural	Tec. Rural
313-23-00	Técnico em Cafeicultura	Técnica em Cafeicultura	Tec. Cafeicult.
313-24-00	Técnico em Zootecnia	Técnica em Zootecnia	Tec. Zootec.
313-25-00	Técnico em Jardinagem	Técnica em Jardinagem	Tec. Jard.
313-26-00	Técnico em Infra-Estrutura Rural	Técnica em Infra-Estrutura Rural	Tec. Infra-Estrut. Rural
313-27-00	Técnico em Paisagismo	Técnica em Paisagismo	Tec. Paisag.

Grupo: 4 ESPECIAIS
Modalidade: 2 ESPECIAIS
Nível: 2 TECNÓLOGO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
422-01-00	Tecnólogo de Segurança do Trabalho	Tecnóloga de Segurança do Trabalho	Tecg. Seg. Trab.

Grupo:	4 ESPECIAIS
Modalidade:	2 ESPECIAIS
Nível:	3 TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
423-01-00	Técnico de Segurança do Trabalho	Técnica de Segurança do Trabalho	Tec. Seg. Trab.

Grupo:	4 ESPECIAIS
Modalidade:	2 ESPECIAIS
Nível:	4 ESPECIALIZAÇÃO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
424-01-00	Engenheiro de Segurança do Trabalho	Engenheira de Segurança do Trabalho	Eng. Seg. Trab.

(*)Títulos que não devem ser utilizados para registros de profissionais.

RESOLUÇÃO Nº 473, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2002

Institui Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – Confea, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do art. 27, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966,

Considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 5.194, de 1966, que prevê: “O Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características”,

Considerando a imprescindível necessidade de relacionar os diversos títulos profissionais, com características curriculares idênticas, similares ou resultantes de micro áreas do conhecimento, anteriormente previstas;

Considerando que compete ao sistema de ensino a formação profissional, e ao Sistema Confea/Crea a habilitação para o exercício profissional, através de registro do profissional junto ao mesmo;

Considerando a diversidade e o grande número de títulos profissionais existentes, tornando necessária a normatização dos procedimentos de grafia dos registros profissionais, subsidiando os serviços de fiscalização e de definição de competência profissional,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, anexa, contemplando todos os níveis das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, contendo:

- a) código nacional de controle,
- b) título profissional, e
- c) quando for o caso, a respectiva abreviatura.

Parágrafo único. Os títulos profissionais de que trata o *caput* deste artigo estão dispostos segundo as resoluções que tratam da forma de organização das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Art. 2º O Sistema Confea/Crea deverá, obrigatoriamente, utilizar as terminologias constantes da Tabela de Títulos, em todos os seus documentos e registros informatizados, a partir de 1º de janeiro de 2003.

Art. 3º Compete ao Conselho Federal, proceder a atualização da Tabela de Títulos através de nova edição, aprovada pelo Confea, após manifestação da Comissão de Educação do Sistema – CES e da Comissão de Organização do Sistema – COS, dando ciência aos Creas.

§ 1º Para fins de atualização da Tabela de Títulos o Confea deve efetuar, no mínimo, uma revisão anual.

§ 2º A atualização de que trata o *caput* deste artigo refere-se a forma de organização das profissões, inclusão e exclusão de títulos profissionais e ou abreviaturas.

Art. 4º Compete a Comissão de Educação do Sistema – CES a caracterização do perfil e título profissional, objetivando a inserção na Tabela de Títulos, complementando o contido no art. 11 da Lei nº 5.194, de 1966.

Art. 5º Quando do registro de instituição de ensino ou atualização deste em função de novos cursos, o Confea definirá, além de atividades/atribuições de seus egressos, o respectivo título profissional e abreviatura.

Parágrafo único. O título profissional é definido com base na regulamentação vigente podendo ser adotado o título do diploma.

Art. 6º As Carteiras de Identidade Profissional, emitidas em data anterior a 1º de janeiro de 2003 deverão, no prazo máximo de um ano, a partir dessa data, serem substituídas, obedecendo a titulação constante da Tabela de Títulos.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o contido no art. 2º, exceto o seu parágrafo único, da Resolução nº 262, de 28 de julho de 1979 e art. 16 da Resolução nº 313, de 26 de setembro de 1986.

Brasília, 26 de novembro de 2002.

Eng. Wilson Lang
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1.004, DE 27 DE JUNHO DE 2003

Aprova o Regulamento para a Condução do Processo Ético Disciplinar.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – Confea, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando o art. 72 da Lei nº 5.194, de 1966, que estabelece as penalidades aplicáveis aos profissionais que deixarem de cumprir disposições do Código de Ética Profissional;

Considerando o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, que instituiu a Lei das Contravenções Penais;

Considerando a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que instituiu o Código do Processo Civil;

Considerando a Lei nº 6.838, de 29 de outubro de 1980, que dispõe sobre o prazo prescricional para a punibilidade de profissional liberal por falta sujeita a processo disciplinar;

Considerando o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, que assegura o direito ao contraditório e ampla defesa aos litigantes;

Considerando a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Considerando o disposto no Código de Ética Profissional, adotado pela Resolução nº 1.002, de 26 de novembro de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o regulamento para a condução do processo ético disciplinar, em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 401, de 6 de outubro de 1995.

Brasília, 27 de junho de 2003.

Eng. Wilson Lang
Presidente

REGULAMENTO PARA A CONDUÇÃO DO PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º Este regulamento estabelece procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos administrativos e aplicação das penalidades relacionadas à apuração de infração ao Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, adotado pela Resolução nº 1.002, de 26 de novembro de 2002.

§ 1º Os procedimentos adotados neste regulamento também se aplicam aos casos previstos no art. 75 da Lei nº 5.194, de 1966.

§ 2º Os procedimentos estabelecidos aplicam-se aos profissionais da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis superior e médio, que transgredirem preceitos do Código de Ética Profissional, e serão executados pelos vários órgãos das instâncias administrativas do Sistema Confea/Crea.

Art. 2º A apuração e condução de processo de infração ao Código de Ética Profissional obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL

Art. 3º A Comissão de Ética Profissional é órgão auxiliar das câmaras especializadas, constituída de acordo com o regimento do Crea.

§ 1º Recomenda-se observar na sua composição a presença de um representante de cada câmara especializada.

§ 2º O Crea deverá colocar à disposição da Comissão de Ética Profissional servidores com a incumbência de apoiar as reuniões, lavrando ata, termo de depoimento, atividade administrativa e assessoramento jurídico necessários ao seu funcionamento.

Art. 4º É atribuição da Comissão de Ética Profissional:

I – iniciar o processo ético ante notícia ou indício de infração;

II - instruir processo de infração ao Código de Ética Profissional, ouvindo testemunhas e partes, e realizando ou determinando a realização de diligências necessárias para apurar os fatos; e

III – emitir relatório fundamentado a ser encaminhado à câmara especializada competente para apreciação, o qual deve fazer parte do respectivo processo.

Art. 5º A Comissão de Ética Profissional, para atendimento ao disposto no inciso II e III do art. 4º, deverá:

I - apurar o fato mediante recebimento e análise de denúncias, tomada de depoimentos das partes e acolhimento das provas documentais e testemunhais relacionadas à denúncia visando instruir o processo; e

II - verificar, apontar e relatar a existência ou não de falta ética e de nulidade dos atos processuais.

Art. 6º O coordenador da Comissão de Ética Profissional designará um de seus membros como relator de cada processo.

Parágrafo único. O relator designado deverá ser, preferencialmente, de modalidade profissional diferente daquela do denunciado.

CAPÍTULO III DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 7º O processo será instaurado após ser protocolado pelo setor competente do Crea em cuja jurisdição ocorreu a infração, decorrente de denúncia formulada por escrito e apresentada por:

I – instituições de ensino que ministrem cursos nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea;

II – qualquer cidadão, individual ou coletivamente, mediante requerimento fundamentado;

III – associações ou entidades de classe, representativas da sociedade ou de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea; ou

IV – pessoas jurídicas titulares de interesses individuais ou coletivos.

§ 1º O processo poderá iniciar-se a partir de relatório apresentado pelo setor de fiscalização do Crea, após a análise da câmara especializada da modalidade do profissional, desde que seja verificado indício da veracidade dos fatos.

§ 2º A denúncia somente será recebida quando contiver o nome, assinatura e endereço do denunciante, número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, se pessoa jurídica, CPF – Cadastro de Pessoas Físicas, número do RG – Registro Geral, se pessoa física, e estiver acompanhada de elementos ou indícios comprobatórios do fato alegado.

Art. 8º Caberá à câmara especializada da modalidade do denunciado proceder a análise preliminar da denúncia, no prazo máximo de trinta dias, encaminhando cópia ao denunciado, para conhecimento e informando-lhe da remessa do processo à Comissão de Ética Profissional.

Art. 9º Caberá à Comissão de Ética Profissional proceder instrução do processo no prazo máximo de noventa dias, contados da data da sua instauração.

§ 1º Acatada a denúncia, a Comissão de Ética Profissional dará conhecimento ao denunciado da instauração de processo disciplinar, juntando cópia da denúncia, por meio de correspondência encaminhada pelo correio com aviso de recebimento, ou outro meio legalmente admitido, cujo recibo de entrega será anexado ao processo.

§ 2º Não acatada a denúncia, o processo será encaminhado à câmara especializada da modalidade do profissional, que decidirá quanto aos procedimentos a serem adotados.

Art. 10. Duas ou mais pessoas poderão demandar questão no mesmo processo.

Parágrafo único. A Comissão de Ética Profissional, mediante justificativa, poderá determinar a juntada de duas ou mais denúncias contra um mesmo profissional, em razão da falta cometida ou fatos denunciados.

Art. 11. O processo instaurado será constituído de tantos tomos quantos forem necessários, contendo até duzentas folhas cada, numeradas ordenadamente e rubricadas por servidor credenciado do Crea, devidamente identificado pela sua matrícula.

Parágrafo único. Todos os atos e termos processuais - a denúncia, a defesa e os recursos - serão feitos por escrito, utilizando-se o vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura do responsável.

Art. 12. Os processos de apuração de infração ao Código de Ética Profissional correrão em caráter reservado.

Parágrafo único. Somente as partes envolvidas – o denunciante e o denunciado – e os advogados legalmente constituídos pelas partes terão acesso aos autos do processo, podendo manifestar-se quando intimadas.

Art. 13. O processo será duplicado quando houver pedido de vista ou recurso ao Confea, mantendo-se uma cópia na unidade ou Crea de origem.

Art. 14. Os procedimentos relacionados ao processo devem realizar-se em dias úteis, preferencialmente na sede do Crea responsável pela sua condução, cientificando-se o denunciado se outro for o local de realização.

CAPÍTULO IV DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Art. 15. As atividades de instrução, destinadas a apurar os fatos, consistem na tomada de depoimento do denunciante, do denunciado e suas respectivas testemunhas, obtenção de todas as provas não proibidas em lei e na adoção de quaisquer diligências que se façam necessárias para o esclarecimento da denúncia.

§ 1º O depoimento será tomado verbalmente ou mediante questionário, se requerido pela parte e autorizado pela Comissão de Ética Profissional.

§ 2º São inadmissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos.

§ 3º A prova documental deverá ser apresentada em original ou cópia autenticada em cartório, ou ainda, cópia autenticada por servidor credenciado do Crea.

§ 4º As reproduções fotográficas serão aceitas como prova desde que acompanhadas dos respectivos negativos.

Art. 16. Cabe ao denunciado a prova dos fatos que tenha alegado em sua defesa, sem prejuízo do dever atribuído à Comissão de Ética Profissional para a instrução do processo.

Art. 17. O denunciado poderá, na fase de instrução e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, bem como apresentar alegações referentes à denúncia objeto do processo.

Art. 18. No caso de tomada de depoimento ou quando for necessária a ciência do denunciado, a prestação de informações ou a apresentação de provas propostas pelas partes, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições para atendimento do requerido.

§ 1º A intimação, assinada pelo coordenador da Comissão de Ética Profissional, será encaminhada pelo correio com aviso de recebimento, ou por outro meio legalmente admitido, cujo recibo de entrega será anexado ao processo, registrando-se a data da juntada e a identificação do funcionário responsável pelo ato.

§ 2º Não sendo encontradas as partes, far-se-á sua intimação por edital divulgado em publicação do Crea, ou em jornal de circulação na jurisdição, ou no diário oficial do estado ou outro meio que amplie as possibilidades de conhecimento por parte do denunciado, em linguagem que não fira os preceitos constitucionais de inviolabilidade da sua intimidade, da honra, da vida privada e da imagem.

§ 3º A intimação observará a antecedência mínima de quinze dias quanto à data de comparecimento.

§ 4º O não atendimento da intimação não implica o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo denunciado.

§ 5º O denunciado não poderá argüir nulidade da intimação se ela atingir os fins para os quais se destina.

Art. 19. No caso de encontrarem-se as partes ou testemunhas em local distante da sede ou fora de jurisdição do Crea onde o processo foi instaurado, os depoimentos serão tomados pela Comissão de Ética Profissional da jurisdição onde se encontram ou, por delegação, pelos inspetores da inspetoria mais próxima das suas residências ou locais de trabalho.

Parágrafo único. A Comissão de Ética Profissional da jurisdição onde o processo foi instaurado encaminhará questionário e as peças processuais necessárias à tomada dos depoimentos.

Art. 20. As partes deverão apresentar, até quinze dias antes da audiência de instrução, o rol de testemunhas.

§ 1º O rol deverá conter o nome completo, a qualificação, RG e endereço para correspondência de cada testemunha.

§ 2º As testemunhas serão intimadas a comparecer à audiência por meio de correspondência encaminhada pelo correio, com aviso de recebimento, ou por outro meio legalmente admitido, cujo recibo de entrega será anexado ao processo.

§ 3º Não poderão compor o rol de testemunhas das partes as pessoas incapazes, impedidas ou suspeitas.

§ 4º A Comissão de Ética Profissional poderá, a seu critério, ouvir outras testemunhas além das arroladas.

Art. 21. A testemunha falará sob palavra de honra, declarando seu nome, profissão, estado civil e residência; se é parente de alguma das partes e em que grau; quais suas relações com quaisquer delas e seu interesse no caso, se houver; relatará o que souber, explicando sempre as razões da sua ciência.

Art. 22. O depoimento será prestado verbalmente, salvo no caso dos surdos-mudos, que poderão fazer uso de intérprete da Linguagem Brasileira de Sinais.

Art. 23. Os depoimentos serão reduzidos a termo, assinados pelo depoente e pelos membros da Comissão de Ética Profissional.

Art. 24. É vedado, a quem ainda não depôs, assistir ao interrogatório da outra parte.

Art. 25. Durante a audiência de instrução a Comissão de Ética Profissional ouvirá em primeiro lugar o denunciante, em segundo o denunciado, e, em separado e sucessivamente, as testemunhas do denunciante e do denunciado.

§ 1º Deverão ser abertos os depoimentos indagando-se, tanto ao denunciante quanto ao denunciado, sobre seu nome, número do RG, naturalidade, grau de escolaridade e profissão, estado civil, idade, filiação, residência e lugar onde exerce sua atividade e, na sequência, sobre a razão e os motivos da denúncia.

§ 2º Ao denunciado será esclarecido que o seu silêncio poderá trazer prejuízo à própria defesa.

§ 3º Após ter sido cientificado da denúncia, mediante breve relato do coordenador da Comissão de Ética Profissional, o denunciado será interrogado sobre:

I - onde estava ao tempo da infração e se teve notícias desta;

II - se conhece o denunciante e as testemunhas arroladas e o que alegam contra ele, bem como se conhece as provas apuradas;

III - se é verdadeira a imputação que lhe é feita;

IV – se, não sendo verdadeira a imputação, tem algum motivo particular para atribuí-la; e

V - todos os demais fatos e pormenores que conduzam à elucidação dos antecedentes e circunstâncias da infração.

§ 4º Se o denunciado negar em todo ou em parte o que lhe foi imputado, deverá apresentar as provas da verdade de suas declarações.

§ 5º As perguntas não respondidas e as razões que o denunciado invocar para não respondê-las deverão constar no termo da audiência.

§ 6º Havendo comprometimento na elucidação dos fatos em decorrência de contradição entre os depoimentos das partes, a Comissão de Ética Profissional, a seu critério, poderá promover acareações.

§ 7º As partes poderão fazer perguntas ao depoente, devendo dirigi-las ao coordenador da Comissão de Ética Profissional, que após deferi-la, questionará o depoente.

§ 8º É facultado às partes, requisitar que seja consignado em ata as perguntas indeferidas.

Art. 26. A audiência de instrução é una e contínua, sendo os interrogatórios efetuados num mesmo dia ou em datas aproximadas.

Art. 27. A Comissão de Ética Profissional elaborará relatório contendo o nome das partes, sumário sobre o fato imputado, a sua apuração, o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo, os fundamentos de fato e de direito que nortearam a análise do processo e a conclusão, que será submetido à câmara especializada da modalidade do denunciado.

§ 1º O relatório será submetido à aprovação da Comissão de Ética em pleno, na mesma sessão de sua leitura.

§ 2º A Comissão de Ética aprovará o relatório por votação em maioria simples, estando presentes metade mais um de seus membros.

§ 3º No caso de haver rejeição do relatório, o coordenador designará novo relator para apresentar relatório substitutivo, na mesma sessão.

§ 4º Caso o relatório manifeste-se pela culpa do denunciado, deverá indicar a autoria, efetiva ocorrência dos fatos e a capitulação da infração no Código de Ética Profissional.

§ 5º Caso o relatório manifeste-se pela improcedência da denúncia, deverá sugerir o arquivamento do processo.

CAPÍTULO V

DO JULGAMENTO DO PROCESSO NA CÂMARA ESPECIALIZADA

Art. 28. O relatório encaminhado pela Comissão de Ética Profissional será apreciado pela câmara especializada da modalidade do denunciado, que lavrará decisão sobre o assunto, anexando-a ao processo.

§ 1º A decisão proferida pela câmara especializada e uma cópia do relatório da Comissão de Ética Profissional serão levados ao conhecimento das partes, por meio de correspondência encaminhada pelo correio com aviso de recebimento, ou por outro meio legalmente admitido, cujo recibo de entrega será anexado ao processo.

§ 2º A decisão, se desfavorável ao denunciado, informará as disposições legais e éticas infringidas e a penalidade correspondente.

§ 3º Nos casos em que houver a impossibilidade de julgamento pela câmara especializada da modalidade do denunciado, as atribuições deste artigo serão exercidas pelo Plenário do Crea.

§ 4º No caso das partes se recusarem a receber o relatório e a decisão da câmara especializada ou obstruírem o seu recebimento, o processo terá prosseguimento, nele constando a recusa ou obstrução.

Art. 29. A câmara especializada deverá julgar o denunciado no prazo de até noventa dias, contados da data do recebimento do processo.

Art. 30. Será concedido prazo de dez dias para que as partes, se quiserem, manifestem-se quanto ao teor do relatório.

§ 1º O prazo para manifestação das partes será contado da data da juntada ao processo do aviso de recebimento ou do comprovante de entrega da decisão e do relatório ou, encontrando-se em lugar incerto, da data da publicação da intimação.

§ 2º Mediante justificativa, a juízo do coordenador da câmara especializada, o prazo para manifestação das partes poderá ser prorrogado, no máximo, por mais dez dias.

Art. 31. Apresentada a manifestação das partes, o coordenador da câmara especializada indicará um conselheiro para relatar o processo.

Parágrafo único. O relator indicado não poderá ter participado da fase de instrução do processo como membro da Comissão de Ética Profissional, nem ter sido o autor da denúncia.

Art. 32. A falta de manifestação das partes no prazo estabelecido não obstruirá o seguimento do processo.

Art. 33. O relato e apreciação do processo na câmara especializada obedecerão às normas fixadas no regimento do Crea.

Art. 34. Estando as partes presentes no julgamento, considerar-se-ão intimadas desde logo da decisão, dando-lhes conhecimento, por escrito, do início da contagem do prazo para recurso.

Art. 35. Ausentes as partes no julgamento, serão intimadas da decisão da câmara especializada por meio de correspondência encaminhada pelo correio com aviso de recebimento, ou por outro meio legalmente admitido, cujo recibo de entrega será anexado ao processo.

§ 1º Da intimação encaminhada às partes constará o prazo de sessenta dias para apresentação de recurso ao Plenário do Crea.

§ 2º Não sendo encontradas as partes, far-se-á sua intimação por edital divulgado em publicação do Crea, ou em jornal de circulação na jurisdição, ou no diário oficial do estado ou outro meio que amplie as possibilidades de conhecimento por parte do denunciado, em linguagem que não fira os preceitos constitucionais de inviolabilidade da sua intimidade, da honra, da vida privada e da imagem.

Art. 36. Quando do trâmite do processo na câmara especializada, o conselheiro relator poderá, em caráter excepcional, requerer diligência visando complementar informações julgadas relevantes para a elucidação dos fatos.

CAPÍTULO VI

DA APRESENTAÇÃO DO RECURSO AO PLENÁRIO DO CREA

Art. 37. Da decisão proferida pela câmara especializada, as partes poderão, dentro do prazo de sessenta dias, contados da data da juntada ao processo do aviso de recebimento ou do comprovante de entrega da intimação, interpor recurso que terá efeito suspensivo, para o Plenário do Crea.

Parágrafo único. O teor do recurso apresentado será dado a conhecer a outra parte, que terá prazo de quinze dias para manifestação.

Art. 38. Recebido o recurso e manifestação da outra parte, o presidente do Crea designará conselheiro para relatar o processo em plenário.

Parágrafo único. O relator indicado não poderá ter participado da fase de instrução do processo como membro da Comissão de Ética Profissional ou membro da câmara especializada que julgou o denunciado em primeira instância, nem ter sido o autor da denúncia.

Art. 39. O processo, cuja infração haja sido cometida por profissional no exercício de emprego, função ou cargo eletivo no Crea, no Confea ou na Mútua, será remetido para reexame do plenário do Crea qualquer que seja a decisão da câmara especializada e independentemente de recurso interposto por quaisquer das partes, em até trinta dias após esgotado o prazo estabelecido no art. 37.

CAPÍTULO VII

DO JULGAMENTO DO PROCESSO NO PLENÁRIO DO CREA

Art. 40. O processo será apreciado pelo Plenário do Crea, que lavrará decisão sobre o assunto, anexando-a ao processo.

Art. 41. O Plenário do Crea julgará o recurso no prazo de até noventa dias após o seu recebimento.

Art. 42. O relato e apreciação do processo pelo Plenário do Crea obedecerão às normas fixadas no regimento do Crea.

Art. 43. Ausentes do julgamento, as partes serão intimadas da decisão do plenário por meio de correspondência encaminhada pelo correio com aviso de recebimento, ou por outro meio legalmente admitido, cujo recibo de entrega será anexado ao processo.

§ 1º Da intimação encaminhada às partes constará o prazo de sessenta dias para apresentação de recurso ao Plenário do Confea.

§ 2º Não sendo encontradas as partes, extrato da intimação será divulgado em publicação do Crea, ou em jornal de circulação na jurisdição, ou no diário oficial do estado ou outro meio que amplie as possibilidades de conhecimento por parte do denunciado, em linguagem que

não fira os preceitos constitucionais de inviolabilidade da sua intimidade, da honra, da vida privada e da imagem.

CAPÍTULO VIII

DA APRESENTAÇÃO DO RECURSO AO PLENÁRIO DO CONFEA

Art. 44. Da decisão proferida pelo Plenário do Crea, as partes poderão, dentro do prazo de sessenta dias, contados da data da juntada ao processo do aviso de recebimento ou do comprovante de entrega da intimação, interpor recurso que terá efeito suspensivo, para o Plenário do Confea.

Parágrafo único. O teor do recurso apresentado será dado a conhecer a outra parte, que terá prazo de quinze dias para manifestação.

Art. 45. O Crea deverá encaminhar o recurso ao Confea acompanhado do processo.

Art. 46. Recebido o recurso no Confea, o processo será submetido à análise do departamento competente e, em seguida, levado à apreciação da comissão responsável pela sua análise.

Art. 47. Pautado o assunto para análise da comissão, a apreciação da matéria seguirá o rito previsto em seu regimento.

Art. 48. A comissão, após a apreciação da matéria, emitirá deliberação em conformidade com o estabelecido em regimento, que será levada à consideração do Plenário do Confea.

Art. 49. O processo, cuja infração haja sido cometida por profissional no exercício de emprego, função ou cargo eletivo no Crea, no Confea ou na Mútua, será remetido para reexame do plenário do Confea, qualquer que seja a decisão do Crea de origem e independentemente de recurso interposto por quaisquer das partes, em até trinta dias após esgotado o prazo estabelecido no art. 44.

CAPÍTULO IX

DO JULGAMENTO DO PROCESSO NO PLENÁRIO DO CONFEA

Art. 50. O processo será apreciado pelo Plenário do Confea, que lavrará decisão sobre o assunto, anexando-a ao processo.

Art. 51. O relato e apreciação do processo pelo Plenário do Confea obedecerão às normas fixadas no seu regimento.

CAPÍTULO X

DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 52. Aos profissionais que deixarem de cumprir disposições do Código de Ética Profissional serão aplicadas as penalidade previstas em lei.

§ 1º A advertência reservada será anotada nos assentamentos do profissional e terá caráter confidencial.

§ 2º A censura pública, anotada nos assentamentos do profissional, será efetivada por meio de edital afixado no quadro de avisos nas inspetorias, na sede do Crea onde estiver inscrito o profissional, divulgação em publicação do Crea ou em jornal de circulação na jurisdição, ou no diário oficial do estado ou outro meio, economicamente aceitável, que amplie as possibilidades de conhecimento da sociedade.

§ 3º O tempo de permanência do edital divulgando a pena de censura pública no quadro de avisos das inspetorias e da sede do Crea, será fixado na decisão proferida pela instância julgadora.

Art. 53. A aplicação da penalidade prevista no art. 75 da Lei nº 5.194, de 1966, seguirá os procedimentos estabelecidos no § 2º do art. 52.

Art. 54. A pena será aplicada após o trânsito em julgado da decisão.

Parágrafo único. Entende-se como transitada em julgado, a decisão que não mais está sujeita a recurso.

CAPÍTULO XI DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 55. Caberá um único pedido de reconsideração de decisão em processo disciplinar, dirigido ao órgão julgador que proferiu a decisão transitada em julgado, pelas partes interessadas, instruída com cópia da decisão recorrida e as provas documentais comprobatórias dos fatos argüidos.

Parágrafo único. A reconsideração, no interesse do profissional penalizado, poderá ser pedida por ele próprio ou por procurador devidamente habilitado, ou ainda, no caso de morte, pelo cônjuge, ascendente e descendente ou irmão.

Art. 56. O pedido de reconsideração será admitido, depois de transitada em julgado a decisão, quando apresentados fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Art. 57. Julgado procedente o pedido de reconsideração, o órgão julgador poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da pena.

CAPÍTULO XII DA EXECUÇÃO DA DECISÃO

Art. 58. Cumpre ao Crea da jurisdição do profissional penalizado, onde se iniciou o processo, a execução das decisões proferidas nos processos do Código de Ética Profissional.

Parágrafo único. Não havendo recurso à instância superior, devido ao esgotamento do prazo para sua apresentação ou quando esgotadas as instâncias recursais, a execução da decisão ocorrerá imediatamente, inclusive na hipótese de apresentação de pedido de reconsideração.

CAPÍTULO XIII DA REVELIA

Art. 59. Será considerado revel o denunciado que:

I - se opuser ao recebimento da intimação, expedida pela Comissão de Ética Profissional, para apresentação de defesa; ou

II – se intimado, não apresentar defesa.

Art. 60. A Declaração da revelia pela Comissão de Ética Profissional não obstruirá o prosseguimento do processo, garantindo-se o direito de ampla defesa nas fases subseqüentes.

Art. 61. Declarada a revelia, o denunciado será intimado a cumprir os prazos dos atos processuais subseqüentes, podendo intervir no processo em qualquer fase.

CAPÍTULO XIV DA NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS

Art. 62. Nenhum ato será declarado nulo se da nulidade não resultar prejuízo para as partes.

Art. 63. Os atos do processo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os atos que, realizados de outro modo, alcançarem a finalidade sem prejuízo para as partes.

Art. 64. A nulidade dos atos processuais ocorrerá nos seguintes casos:

I - por impedimento ou suspeição reconhecida de um membro da Comissão de Ética Profissional, câmara especializada, Plenário do Crea ou do Plenário do Confea, quando da instrução ou quando do julgamento do processo;

II - por ilegitimidade de parte; ou

III - por falta de cumprimento de preceitos constitucionais ou disposições de leis.

Art. 65. Nenhuma nulidade poderá ser argüida pela parte que lhe tenha dado causa ou para a qual tenha concorrido.

Art. 66. As nulidades deverão ser argüidas em qualquer fase do processo, antes da decisão transitada em julgado, a requerimento das partes ou de ofício.

Art. 67. As nulidades considerar-se-ão sanadas:

I - se não forem argüidas em tempo oportuno, de acordo com o disposto no art. 66 deste regulamento; ou

II - se, praticado por outra forma, o ato tiver atingido seu fim.

Art. 68. Os atos processuais, cuja nulidade não tiver sido sanada na forma do artigo anterior, serão repetidos ou retificados.

Parágrafo único. A repetição ou retificação dos atos nulos será efetuada em qualquer fase do processo.

Art. 69. A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a nulidade dos atos que dele, diretamente, dependam ou sejam consequência.

Art. 70. Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados, desde que não resulte prejuízo ao denunciado.

CAPÍTULO XV DA EXTINÇÃO E PRESCRIÇÃO

Art. 71. A extinção do processo ocorrerá:

I – quando o órgão julgador proferir decisão definitiva;

II – quando a câmara especializada concluir pela ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

III – quando a câmara especializada ou Plenário do Crea ou Plenário do Confea declararem a prescrição do ilícito que deu causa ao processo; ou

IV – quando o órgão julgador concluir por exaurida a finalidade do processo ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

Parágrafo único. Estes dispositivos não se aplicam aos casos referidos nos arts. 39 e 49.

Art. 72. A punibilidade do profissional, por falta sujeita a processo disciplinar, prescreve em cinco anos, contados da verificação do fato respectivo.

Art. 73. A intimação feita a qualquer tempo ao profissional faltoso interrompe o prazo prescricional de que trata o art. 72.

Parágrafo único. A intimação de que trata este artigo ensejará defesa escrita a partir de quando recomençará a fluir novo prazo prescricional.

Art. 74. Todo processo disciplinar que ficar paralisado por três ou mais anos, pendente de despacho ou julgamento, será arquivado por determinação da autoridade competente ou a requerimento da parte interessada.

Art. 75. A autoridade que retardar ou deixar de praticar ato de ofício que leve ao arquivamento do processo, responderá a processo administrativo pelo seu ato.

§ 1º Entende-se por autoridade o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.

§ 2º Se a autoridade for profissional vinculado ao Sistema Confea/Crea, estará sujeito a processo disciplinar.

CAPÍTULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 76. Nenhuma penalidade será aplicada ou mantida sem que tenha sido assegurado ao denunciado pleno direito de defesa.

Art. 77. Se a infração apurada constituir violação do Código Penal ou da Lei das Contravenções Penais, o órgão julgador comunicará o fato à autoridade competente.

Parágrafo único. A comunicação do fato à autoridade competente não paralisa o processo administrativo.

Art. 78. É impedido de atuar em processo o conselheiro que:

I – tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II – tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante;

III – haja apresentado a denúncia; ou

IV – seja cônjuge, companheiro ou tenha parentesco com as partes do processo até o terceiro grau.

§ 1º O conselheiro que incorrer em impedimento deve comunicar o fato ao coordenador da Comissão de Ética Profissional, câmara especializada ou plenário, conforme o caso, abstendo-se de atuar.

§ 2º A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 79. Pode ser argüida a suspeição de conselheiro que tenha amizade íntima ou inimizade notória com alguma das partes ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 80. Os prazos começam a correr a partir da data da juntada ao processo do aviso de recebimento ou do comprovante de entrega da intimação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte, se o vencimento cair em dia em que não houver expediente no Crea ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

Art. 81. Nos casos omissos aplicar-se-ão, supletivamente ao presente regulamento, a legislação profissional vigente, as normas do direito administrativo, do processo civil brasileiro e os princípios gerais do Direito.

Art. 82. Este regulamento aplica-se, exclusivamente, aos processos de infração ao Código de Ética Profissional iniciados a partir da publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

RESOLUÇÃO Nº 1.007, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2003.

Dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – Confea, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando que os diplomados nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea em cursos de nível superior e médio e outros habilitados de acordo com as leis de regulamentação profissional específicas somente poderão exercer suas profissões após o registro, previsto na Lei nº 5.194, de 1966, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea;

Considerando que a alínea “c” do art. 2º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece a obrigatoriedade de registro temporário de profissional estrangeiro com contrato de trabalho no País;

Considerando que o parágrafo único do art. 99 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que dispõe sobre a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, alterada pela Lei nº 6.964, de 10 de dezembro de 1981, permite o registro nos conselhos de fiscalização profissional ao estrangeiro portador de visto temporário que, na condição de cientista, professor, técnico ou profissional, desempenhe atividades sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro;

Considerando que o inciso V do art. 25 do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, que regulamenta a Lei nº 6.815, de 1980, estabelece o limite de dois anos para a estada no País do estrangeiro portador de visto temporário que, na condição de cientista, professor, técnico ou profissional, desempenhe atividades sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro;

Considerando que o art. 58 da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece, para o profissional que exerça atividade em outra jurisdição, a obrigatoriedade de visar seu registro;

Considerando que as alíneas “h” e “o” do art. 34 da Lei nº 5.194, de 1966, concedem atribuições aos Conselhos Regionais para examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro e organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais que se inscrevam para exercer atividades de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia;

Considerando o disposto no art. 56 da Lei nº 5.194, de 1966, que trata da instituição da carteira profissional, conforme modelo adotado pelo Confea;

Considerando o disposto nos arts. 64, 71, 74 e 75 da Lei nº 5.194, de 1966, que tratam do cancelamento e da suspensão do registro de profissional;

Considerando que o art. 157 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, estabelece que documento redigido em língua estrangeira somente poderá ser juntado aos autos de um processo quando acompanhado de versão em vernáculo, firmada por tradutor público juramentado,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar os procedimentos para o registro de profissionais diplomados nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, sua interrupção, suspensão e cancelamento, aprovar os critérios para expedição da Carteira de Identidade Profissional e os modelos do Requerimento de Profissional, do Cartão de Registro Provisório e da Carteira de Identidade Profissional, que constituem os Anexos I, II e III desta Resolução, respectivamente.

CAPÍTULO I DO REGISTRO E DO VISTO

Art. 2º O registro para habilitação ao exercício profissional é a inscrição dos profissionais diplomados nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea em cursos de nível superior ou médio, realizados no País ou no exterior, e de outros habilitados de acordo com as leis de regulamentação profissional específicas, nos assentamentos do Crea sob cuja jurisdição se encontrar o local de sua atividade.

§ 1º O registro de que trata o *caput* deste artigo terá validade em todo o território nacional e se efetivará com a anotação das informações referentes ao profissional no Sistema de Informações Confea/Crea – SIC.

§ 2º O SIC mencionado no parágrafo anterior é o banco de dados, de âmbito nacional, que contém as informações de todos os profissionais registrados no Sistema Confea/Crea.

Art. 3º O profissional registrado que exercer atividade na jurisdição de outro Crea fica obrigado a visar o seu registro no Crea desta jurisdição.

§ 1º O visto deve ser requerido pelo profissional por meio do preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução.

§ 2º O visto de que trata o *caput* deste artigo será efetivado após atualização no SIC das seguintes informações:

I - endereço residencial, caso o profissional tenha fixado residência na jurisdição do Crea onde solicitou o visto; ou

II - local de atuação profissional na jurisdição do Crea onde solicitou o visto.

CAPÍTULO II DO REQUERIMENTO DE REGISTRO

Seção I

Do Profissional Diplomado no País ou no Exterior, Brasileiro ou Estrangeiro Portador de Visto Permanente

Art. 4º O registro deve ser requerido pelo profissional diplomado no País ou no exterior, brasileiro ou estrangeiro portador de visto permanente, por meio do preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução.

§ 1º O requerimento de registro deve ser instruído com:

I - os documentos a seguir enumerados:

- a) original do diploma ou do certificado, registrado pelo órgão competente do Sistema de Ensino ou revalidado por instituição brasileira de ensino, conforme o caso;
- b) histórico escolar com a indicação das cargas horárias das disciplinas cursadas;
- c) documento indicando a duração do período letivo ministrado pela instituição de ensino, quando diplomado no exterior;
- d) conteúdo programático das disciplinas cursadas, quando diplomado no exterior;
- e) carteira de identidade ou cédula de identidade de estrangeiro com indicação de permanência no País, expedida na forma da lei;
- f) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- g) título de eleitor, quando brasileiro;
- h) prova de quitação com a Justiça Eleitoral, quando brasileiro; e
- i) prova de quitação com o Serviço Militar, quando brasileiro;

II – comprovante de residência; e

III – duas fotografias, de frente, nas dimensões 3x4cm, em cores;

§ 2º Os documentos mencionados no inciso I do parágrafo anterior serão apresentados em fotocópia autenticada ou em original e fotocópia.

§ 3º Os originais dos documentos serão restituídos pelo Crea ao interessado, no momento do requerimento do registro, após certificada a autenticidade das cópias.

§ 4º Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela Autoridade Consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo, por tradutor público juramentado.

§ 5º O profissional que desejar incluir na Carteira de Identidade Profissional as informações referentes ao tipo sanguíneo e ao fator RH deve instruir o requerimento de registro com exame laboratorial específico.

Art. 5º O estrangeiro portador de visto permanente, cuja cédula de identidade esteja em processamento, deve instruir o requerimento de registro com cópias do protocolo expedido pelo Departamento de Polícia Federal e do ato publicado no Diário Oficial da União que autoriza sua permanência no País.

Art. 6º O diplomado no País, cujo diploma esteja em processamento no órgão competente do Sistema de Ensino, deve instruir o requerimento de registro com documentos oficiais expedidos pela instituição de ensino onde se graduou, certificando a conclusão do curso e que o diploma encontra-se em processamento.

Art. 7º O profissional, cujo registro esteja condicionado à comprovação do exercício da profissão, deve instruir o requerimento de registro com os documentos necessários ao atendimento das exigências estabelecidas na lei de regulamentação profissional específica.

Seção II
Do Profissional Diplomado no Exterior,
Brasileiro ou Estrangeiro Portador de Visto Temporário,
com Contrato de Trabalho Temporário no País

Art. 8º O registro deve ser requerido pelo profissional diplomado no exterior, brasileiro ou estrangeiro portador de visto temporário com contrato temporário de trabalho no País, por meio do preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução.

§ 1º O requerimento deve ser instruído com:

I – os documentos a seguir enumerados:

a) original do diploma ou do certificado;
b) histórico escolar com a indicação das cargas horárias das disciplinas cursadas;
c) documento indicando a duração do período letivo ministrado pela instituição de ensino;

d) conteúdo programático das disciplinas cursadas;
e) cópia do despacho do Ministério do Trabalho e Emprego publicado no Diário Oficial da União autorizando seu trabalho no País, quando profissional estrangeiro;

f) documento que comprove a relação de trabalho entre a entidade contratante e o profissional:

1. contrato de trabalho com entidade de direito público ou privado;
2. contrato de prestação de serviço sem vínculo empregatício, averbado ou registrado no órgão competente; ou
3. comprovação de vínculo temporário com o Governo brasileiro para a prestação de serviço;

g) declaração da entidade contratante, especificando as atividades que o profissional irá desenvolver no País;

h) carteira de identidade ou cédula de identidade de estrangeiro com indicação de permanência no País, expedida na forma da lei;

i) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

j) declaração da entidade contratante, indicando um profissional brasileiro a ser mantido como assistente junto ao profissional estrangeiro; e

l) prova da relação contratual entre a entidade contratante e o assistente brasileiro;

II – comprovante de residência no País; e

III – duas fotografias, de frente, nas dimensões 3x4cm, em cores.

§ 2º Os documentos mencionados no inciso I do parágrafo anterior serão apresentados em cópias autenticadas ou em original e fotocópia.

§ 3º Os originais dos documentos serão restituídos pelo Crea ao interessado, no momento do requerimento do registro, após certificada a autenticidade das cópias.

§ 4º Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela Autoridade Consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo, por tradutor público juramentado.

§ 5º O profissional que desejar incluir na Carteira de Identidade Profissional as informações referentes ao tipo sanguíneo e ao fator RH deve instruir o requerimento de registro com exame laboratorial específico.

Art. 9º O estrangeiro portador de visto temporário, cuja cédula de identidade esteja em processamento, deve instruir o requerimento de registro com cópias do protocolo expedido pelo Departamento de Polícia Federal e do ato publicado no Diário Oficial da União que autoriza sua permanência no País.

CAPÍTULO III

DA APRECIÇÃO DO REQUERIMENTO DE REGISTRO

Seção I

Do Profissional Diplomado no País

Art. 10. Apresentado o requerimento devidamente instruído, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.

Parágrafo único. O registro do profissional diplomado no País será concedido após sua aprovação pela câmara especializada.

Art. 11. A câmara especializada competente atribuirá o título, as atividades e as competências profissionais em função da análise da qualificação acadêmica do portador de diploma ou certificado, de acordo com os procedimentos e os critérios estabelecidos em resolução específica. (*)

Art. 12. Caso seja necessário confirmar a autenticidade do diploma ou do certificado do egresso de curso ministrado no País, o Crea deve diligenciar junto à instituição de ensino que o graduou.

Art. 13. Caso seja necessário obter informações referentes à formação do profissional diplomado no País, o Crea deve diligenciar junto à instituição de ensino que o graduou, visando ao cadastramento do curso para obtenção de cópia dos conteúdos programáticos das disciplinas ministradas e respectivas cargas horárias.

Parágrafo único. No caso do diplomado em outra jurisdição, o Crea deve diligenciar junto ao Crea da jurisdição da instituição de ensino que o graduou, visando obter informações sobre as atribuições e restrições estabelecidas e sobre as características dos profissionais diplomados.

Seção II

Do Profissional Diplomado no Exterior, Brasileiro ou Estrangeiro Portador de Visto Permanente

Art. 14. Apresentado o requerimento devidamente instruído, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.

Art. 15. A câmara especializada competente atribuirá o título, as atividades e as competências profissionais em função da análise da qualificação acadêmica do portador de diploma ou certificado, de acordo com os procedimentos e os critérios estabelecidos em resolução específica. (*)

Art. 16. Aprovado o registro do profissional pela câmara especializada, o processo será encaminhado ao Plenário do Crea para apreciação.

Art. 17. Após aprovação do registro pelo Plenário do Crea, o processo será encaminhado ao Confea para apreciação.

Parágrafo único. O registro do profissional diplomado no exterior somente será concedido após sua homologação pelo Plenário do Confea.

Seção III

Do Profissional Diplomado no Exterior, Brasileiro ou Estrangeiro Portador de Visto Temporário, com Contrato de Trabalho Temporário no País

Art. 18. Apresentado o requerimento devidamente instruído, o processo será encaminhado à câmara especializada competente para apreciação.

§ 1º O registro do diplomado no exterior com contrato de trabalho temporário no País será concedido após sua aprovação pela câmara especializada.

§ 2º O registro mencionado no parágrafo anterior é dispensado da aprovação pelo Plenário do Crea e da homologação pelo Plenário do Confea.

Art. 19. A câmara especializada competente atribuirá o título, as atividades e as competências profissionais em função da análise da qualificação acadêmica do portador de diploma ou certificado, de acordo com os procedimentos e os critérios estabelecidos em resolução específica. (*)

Parágrafo único. As atribuições concedidas devem ser restritas, exclusivamente, àquelas definidas no contrato de trabalho ou de prestação de serviços, compatíveis com a sua formação profissional.

Art. 20. O registro do diplomado no exterior com contrato de trabalho temporário no País será concedido por prazo equivalente ao previsto no seu contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

§ 1º O prazo de validade do registro poderá ser prorrogado, mediante requerimento instruído com prova de prorrogação de permanência no País, quando estrangeiro, e com instrumento de prorrogação do contrato inicial ou novo contrato, desde que este apresente atividades técnicas idênticas ao do contrato que originou o registro do profissional.

§ 2º O prazo de validade do registro e a prorrogação concedida serão anotados no SIC.

Art. 21. A entidade contratante deverá manter junto ao profissional estrangeiro portador de visto temporário, pelo prazo do contrato ou de sua prorrogação, um profissional brasileiro de graduação idêntica ou superior, para assisti-lo na condição de auxiliar ou adjunto.

Parágrafo único. A indicação do assistente brasileiro será anotada no SIC.

CAPÍTULO IV DA CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

Art. 22. O registro do profissional somente será efetivado após a anotação no SIC do diploma, das atribuições concedidas e das restrições impostas.

Parágrafo único. A anotação no SIC gera o número de registro nacional.

Art. 23. O profissional com registro efetivado receberá Cartão de Registro Provisório, com validade de um ano, contendo seu número de registro nacional.

Parágrafo único. O Cartão de Registro Provisório é o documento comprobatório do registro do profissional.

Art. 24. O Crea emitirá o Cartão de Registro Provisório, de acordo com o modelo e as especificações técnicas apresentadas no Anexo II desta Resolução.

Art. 25. No caso do diplomado no País, com registro de diploma em processamento no órgão competente do Sistema de Ensino, a validade do Cartão de Registro Provisório poderá ser prorrogada por igual período, mediante documento oficial expedido pela instituição de ensino, certificando que o diploma continua em processamento.

Parágrafo único. O diplomado somente receberá a Carteira de Identidade Profissional após ter o seu diploma anotado no SIC.

Art. 26. O diplomado no País, com registro de diploma em processamento no órgão competente do Sistema de Ensino, que não entregar o diploma ou que não solicitar a prorrogação da validade do Cartão de Registro Provisório no prazo de um ano terá seu registro interrompido pelo Crea por período indeterminado.

Parágrafo único. O diplomado será notificado pelo Crea da interrupção do registro e da possibilidade de sua reativação.

Art. 27. O profissional deve requerer a reativação de seu registro, mediante a apresentação do diploma ou do documento oficial expedido pela instituição de ensino, informando que o diploma continua em processamento.

§ 1º A reativação do registro deve ser requerida pelo profissional por meio de preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução.

§ 2º O período de interrupção encerra-se após anotação no SIC da data de reativação do registro.

Art. 28. O Confea providenciará a expedição da Carteira de Identidade Profissional de acordo com os modelos e as especificações técnicas apresentadas no Anexo III desta Resolução, após a emissão do Cartão de Registro Provisório pelo Crea.

Parágrafo único. No caso de diplomado no exterior, brasileiro ou estrangeiro portador de visto temporário, com contrato de trabalho temporário no País, a Carteira de Identidade Profissional terá data de validade fixada em consonância com a validade do registro anotado no SIC, além de apresentar em destaque tarja com o termo *Temporário* na cor vermelha.

Art. 29. A Carteira de Identidade Profissional conterá o título do profissional, anotado de acordo com a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea instituída por resolução específica.

Parágrafo único. Além do título correspondente ao curso que deu origem ao seu registro, o profissional registrado pode requerer a inclusão em sua Carteira de Identidade Profissional de outros títulos obtidos em cursos de nível superior ou médio, desde que o respectivo diploma encontre-se anotado no SIC.

CAPÍTULO V DA INTERRUÇÃO DO REGISTRO

Art. 30. A interrupção do registro é facultado ao profissional registrado que não pretende exercer sua profissão e que atenda às seguintes condições:

I – esteja em dia com as obrigações perante o Sistema Confea/Crea, inclusive aquelas referentes ao ano do requerimento;

II – não ocupe cargo ou emprego para o qual seja exigida formação profissional ou para cujo concurso ou processo seletivo tenha sido exigido título profissional de área abrangida pelo Sistema Confea/Crea; e

III – não conste como autuado em processo por infração aos dispositivos do Código de Ética Profissional ou das Leis n.^{os} 5.194, de 1966, e 6.496, de 7 de dezembro de 1977, em tramitação no Sistema Confea/Crea.

Art. 31. A interrupção do registro deve ser requerida pelo profissional por meio de preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução.

Parágrafo único. O requerimento de interrupção de registro deve ser instruído com os documentos a seguir enumerados:

I – declaração de que não exercerá atividade na área de sua formação profissional no período compreendido entre a data do requerimento de interrupção e a da reativação do registro; e

II – comprovação da baixa ou da inexistência de Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, referentes a serviços executados ou em execução, registradas nos Creas onde requereu ou visou seu registro.

Art. 32. Apresentado o requerimento devidamente instruído, o órgão competente da estrutura auxiliar do Crea efetuará a análise da documentação e encaminhará o processo à câmara especializada competente.

Parágrafo único. Caso o profissional não atenda às exigências estabelecidas nesta Resolução, seu requerimento de interrupção de registro será indeferido.

Art. 33. A interrupção do registro do profissional será efetivada após a anotação no SIC da data de início do período de interrupção.

§ 1º A interrupção do registro é concedida por prazo indeterminado até que o profissional solicite sua reativação.

§ 2º O período de interrupção deve ter como data inicial a data da decisão que deferiu o requerimento.

Art. 34. É facultado ao profissional requerer a reativação de seu registro.

§ 1º A reativação do registro deve ser requerida pelo profissional por meio de preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução.

§ 2º O período de interrupção encerra-se após anotação no SIC da data de reativação do registro.

Art. 35. O profissional ficará isento do pagamento da anuidade durante o período de interrupção do registro.

Art. 36. É facultado ao profissional com registro interrompido solicitar Certidão de Acervo Técnico – CAT.

Art. 37. Constatado, durante o período de interrupção do registro, o exercício de atividades pelo profissional, este ficará sujeito à autuação por exercício ilegal da profissão e demais cominações legais aplicáveis, cabendo ao Crea suspender a interrupção do registro de imediato, por perda de direito.

Parágrafo único. Ao profissional autuado caberá o pagamento de anuidade a partir da data da constatação da infração.

CAPÍTULO VI DA SUSPENSÃO DO REGISTRO

Art. 38. A suspensão temporária ou a ampliação do período de suspensão do registro são penalidades previstas em lei que podem ser aplicadas pelo Crea ao profissional que incorrer em nova reincidência das seguintes infrações, respectivamente:

- I – emprestar seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de obras e serviços sem sua real participação; ou
- II – continuar em atividade após suspenso do exercício profissional.

§ 1º Os procedimentos relativos aos processos de infração e os critérios para aplicação da penalidade de suspensão do registro pelo Crea devem obedecer à legislação em vigor.

§ 2º A Carteira de Identidade Profissional será retida pelo Crea até a reabilitação do profissional ao exercício da profissão.

Art. 39. A suspensão do registro do profissional será efetivada após a anotação no SIC da data de início e da duração do período de suspensão.

Parágrafo único. O período de suspensão do registro do profissional deve ter como data inicial a data da decisão, transitada em julgado, que o suspendeu.

Art. 40. O profissional ficará isento do pagamento da anuidade durante o período de suspensão do registro.

Art. 41. O profissional com registro suspenso estará reabilitado ao exercício da profissão após cumprido o período de suspensão.

Parágrafo único. O Crea devolverá a Carteira de Identidade Profissional após o fim do período de suspensão do registro anotado no SIC.

CAPÍTULO VII DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

Art. 42. O cancelamento do registro previsto em lei é a cassação do direito ao exercício da profissão que deve ser aplicada pelo Crea ao profissional nos seguintes casos:

I – por deixar de efetuar o pagamento da anuidade durante dois anos consecutivos, situação em que o cancelamento será automático;

II – por má conduta pública e escândalos praticados; ou

III - por condenação em última instância em virtude de crime considerado infamante.

§ 1º Os procedimentos relativos aos processos de infração e os critérios para aplicação da penalidade de cancelamento do registro pelo Crea devem obedecer à legislação em vigor.

§ 2º A Carteira de Identidade Profissional será retida pelo Crea.

Art. 43. O cancelamento do registro do profissional será efetivado após a anotação no SIC da data da decisão, transitada em julgado, que o cancelou ou da data de verificação pelo Crea da falta do pagamento das anuidades durante dois anos consecutivos.

Art. 44. O profissional com registro cancelado por falta de pagamento de anuidade somente estará reabilitado ao exercício da profissão após novo registro, mediante pagamento das anuidades em débito e das multas que lhe tenham sido impostas.

§ 1º A reabilitação do profissional terá origem em novo requerimento de registro, resultando na emissão de nova Carteira de Identidade Profissional.

§ 2º O débito de que trata o *caput* deste artigo refere-se às duas anuidades em atraso que ocasionaram o cancelamento do registro.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45. A atualização das informações do profissional no SIC deve ser requerida por meio de preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução, nos seguintes casos:

I – anotação de outros cursos de nível superior ou médio, graduação ou educação profissional em seus níveis técnico ou tecnológico, realizados no País ou no exterior;

II – anotação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado ou doutorado, e de cursos de pós-graduação *lato sensu*, especialização ou aperfeiçoamento, nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, realizados no País ou no exterior, ministrados de acordo com a legislação educacional em vigor;

III – alteração de dados cadastrais; e

IV – comunicação de falecimento do profissional.

Art. 46. Nos casos de alteração de dados cadastrais e comunicação de falecimento do profissional, o requerimento deve ser instruído com os documentos necessários à comprovação das informações apresentadas.

Art. 47. No caso de anotação de outros cursos de nível superior ou médio realizados no País ou no exterior, o requerimento deve ser instruído com os documentos relacionados nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso I do § 1º do art. 4º desta Resolução.

§ 1º Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela Autoridade Consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo, por tradutor público juramentado.

§ 2º A instrução e a apreciação do requerimento de anotação de curso de nível superior ou médio devem atender aos procedimentos e ao trâmite previstos nesta Resolução.

§ 3º A anotação de curso de nível superior ou médio somente será efetivada após a anotação no SIC do respectivo diploma ou certificado, das atribuições concedidas e das restrições impostas.

§ 4º O título do profissional será anotado no SIC de acordo com os títulos indicados na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea.

Art. 48. No caso de anotação de curso de pós-graduação *stricto sensu* ou *lato sensu* realizado no País ou no exterior, o requerimento deve ser instruído com:

I – diploma ou certificado, registrado ou revalidado, conforme o caso; e

II - histórico escolar com a indicação das cargas horárias das disciplinas cursadas e da duração total do curso.

§ 1º Os documentos em língua estrangeira, legalizados pela Autoridade Consular brasileira, devem ser traduzidos para o vernáculo, por tradutor público juramentado.

§ 2º A instrução e a apreciação do requerimento de anotação de curso de pós-graduação devem atender aos procedimentos e ao trâmite previstos nesta Resolução.

§ 3º A anotação de curso de pós-graduação somente será efetivada após a anotação no SIC do respectivo diploma ou certificado.

§ 4º O título do profissional será anotado no SIC de acordo com o título indicado no diploma ou no certificado.

Art. 49. A expedição de segunda via de Carteira de Identidade Profissional deve ser requerida pelo interessado por meio do preenchimento de formulário próprio, conforme Anexo I desta Resolução, nos seguintes casos:

- I – extravio;
- II – inutilização;
- III - alteração de dados cadastrais; e
- IV – inclusão de título profissional.

Art. 50. O profissional registrado poderá obter do Crea certidão contendo as informações referentes ao seu registro anotadas no SIC.

Art. 51. O profissional registrado fica subordinado ao regime de anuidades e taxas instituídas por meio de resolução específica.

Art. 52. Os valores relativos à expedição e à confecção das Carteiras de Identidade Profissional serão repassados ao Confea pelos Creas, de acordo com resolução específica.

Art. 53. Os profissionais registrados em data anterior à presente Resolução serão convocados pelos Creas para efetivar seu recadastramento, de acordo com procedimentos estabelecidos em ato administrativo normativo do Confea.

§ 1º Os profissionais citados no *caput* deste artigo ficam isentos da apresentação da documentação constante dos §§ 1º dos arts. 4º e 8º para emissão da nova Carteira de Identidade Profissional, salvo nos casos em que seja necessária complementação de informações no SIC.

§ 2º As atuais carteiras profissionais continuarão em vigor até que os Creas procedam às suas substituições.

Art. 54. Caso seja necessário alterar os modelos e as especificações técnicas do Requerimento de Profissional, do Cartão de Registro Provisório ou da Carteira de Identidade Profissional, o Confea procederá à atualização dos anexos desta Resolução.

Art. 55. Fica extinta a emissão pelos Creas da *Carteira Profissional de Anotações*.

Art. 56. Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1º de março de 2004.

Art. 57. Ficam revogadas as disposições em contrário da Resolução nº 261, de 22 de junho de 1979, as Resoluções nºs 180, de 10 de julho de 1969, 191, de 20 de março de 1970, 269, de 20 de março de 1981, 274, de 24 de abril de 1982, 295, de 25 de julho de 1984, 316, de 31 de outubro de 1986, 323, de 26 de junho de 1987, 392, de 17 de março de 1995, 424, de 18 de dezembro de 1998, e 474, de 26 de novembro de 2002, e as Decisões Normativas nºs 03, de 31 de maio de 1982, 23, de 27 de junho de 1986, e 68, de 30 de junho de 2000.

Brasília, 5 de dezembro de 2003.

Eng. Wilson Lang
Presidente

Publicada no D.O.U. do dia 16 de dezembro de 2003 – Seção 1, pág. 70/74

(*) Nova redação, arts. 11, 15 e 19, dada pela Resolução nº 1.016, de 25 de agosto de 2006 e publicada no D.O.U de 4 de setembro de 2006 – Seção 1 – Pág. 116 a 118.

RESOLUÇÃO Nº 1.008, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2004

Dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – Confea, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando a necessidade de aperfeiçoar os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração no âmbito dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Creas;

Considerando o art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas – profissionais e leigos - e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração à legislação profissional de acordo com a gravidade da falta cometida;

Considerando as disposições do parágrafo único do art. 73 e art. 74 da Lei nº 5.194, de 1966, no que se refere às conceituações de reincidência e de nova reincidência de infrações praticadas;

Considerando a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea;

Considerando a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica na prestação de serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

Considerando a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração aos dispositivos das Leis n.ºs 5.194 e 4.950-A, ambas de 1966, e 6.496, de 1977, e aplicação de penalidades.

CAPÍTULO I DA INSTAURAÇÃO E DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Seção I Dos Procedimentos Preliminares

Art. 2º Os procedimentos para instauração do processo têm início no Crea em cuja jurisdição for verificada a infração, por meio dos seguintes instrumentos:

I – denúncia apresentada por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

II - denúncia apresentada por entidade de classe ou por instituição de ensino;

III - relatório de fiscalização; e

IV – iniciativa do Crea, quando constatados, por qualquer meio à sua disposição, indícios de infração à legislação profissional.

Parágrafo único. No caso dos indícios citados no inciso IV, o Crea deve verificá-los por meio de fiscalização ao local de ocorrência da pressuposta infração.

Art. 3º A denúncia deve ser protocolizada no Crea e instruída, no mínimo, com as seguintes informações:

I - identificação do denunciante, pessoa física ou jurídica, incluindo endereço residencial ou comercial completo e número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ; e

II – provas circunstanciais ou elementos comprobatórios do fato denunciado.

Art. 4º A denúncia anônima pode ser efetuada, verbalmente ou por escrito, e será recebida pelo Crea, desde que contenha descrição detalhada dos fatos, apresentação de elementos e, quando for o caso, provas circunstanciais que configurem infração à legislação profissional.

Parágrafo único. A denúncia anônima somente será admitida após a verificação dos fatos pelo Crea, por meio de fiscalização no local de ocorrência da pressuposta infração.

Art. 5º O relatório de fiscalização deve conter, pelo menos, as seguintes informações:

I – data de emissão, nome completo, matrícula e assinatura do agente fiscal;

II – nome e endereço completos da pessoa física ou jurídica fiscalizada, incluindo, se possível, CPF ou CNPJ;

III - identificação da obra, serviço ou empreendimento, com informação sobre o nome e endereço do executor, descrição detalhada da atividade desenvolvida e dados necessários para sua caracterização, tais como fase, natureza e quantificação;

IV – nome completo, título profissional e número de registro no Crea do responsável técnico, quando for o caso;

V – identificação das Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs relativas às atividades desenvolvidas, se houver;

VI – informações acerca da participação efetiva do responsável técnico na execução da obra, serviço ou empreendimento, quando for o caso;

VII - descrição minuciosa dos fatos que configurem infração à legislação profissional; e

VIII – identificação do responsável pelas informações, incluindo nome completo e função exercida na obra, serviço ou empreendimento, se for o caso.

Parágrafo único. O agente fiscal deve recorrer ao banco de dados do Crea para complementar as informações do relatório de fiscalização.

Art. 6º Sempre que possível, à denúncia ou ao relatório de fiscalização devem ser anexados documentos que caracterizam a infração e a abrangência da atuação da pessoa física ou jurídica na obra, serviço ou empreendimento, a saber:

I – cópia do contrato social da pessoa jurídica e de suas alterações;

II – cópia do contrato de prestação do serviço;

III – cópia dos projetos, laudos e outros documentos relacionados à obra, ao serviço ou ao empreendimento fiscalizado;

IV – fotografias da obra, serviço ou empreendimento;

V – laudo técnico pericial;

VI - declaração do contratante ou de testemunhas; ou

VII – informação sobre a situação cadastral do responsável técnico, emitido pelo Crea.

~~Art. 7º Compete à gerência de fiscalização do Crea, com base no relatório elaborado, caso seja constatada ocorrência de infração, determinar a notificação da pessoa física ou jurídica fiscalizada para prestar informações julgadas necessárias ou adotar providências para regularizar a situação. Revogado pela Resolução 1.047, de 28 de maio de 2013~~

~~Parágrafo único. O notificado deve atender às exigências estabelecidas pelo Crea no prazo de dez dias, contados da data do recebimento da notificação.~~

~~Art. 8º A notificação deve apresentar, no mínimo, as seguintes informações: Revogado pela Resolução 1.047, de 28 de maio de 2013~~

~~I – menção à competência legal do Crea para fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea;~~

~~II – nome e endereço completos da pessoa física ou jurídica fiscalizada, incluindo, se possível, CPF ou CNPJ;~~

~~III – identificação da infração, mediante descrição detalhada da irregularidade constatada, capitulação da infração e da penalidade, e valor da multa a que estará sujeito o notificado caso não regularize a situação; e~~

~~IV — indicação das providências a serem adotadas pelo notificado e concessão do prazo de dez dias para regularizar a situação objeto da fiscalização.~~

~~§ 1º A regularização da situação no prazo estabelecido exime o notificado das cominações legais.~~

~~§ 2º Caso a pessoa física ou jurídica fiscalizada já tenha sido penalizada pelo Crea em processo administrativo punitivo relacionado à mesma infração, o agente fiscal deverá encaminhar o relatório elaborado à gerência de fiscalização para que seja determinada a lavratura imediata do auto de infração.~~

Seção II

Da Lavratura do Auto de Infração

~~Art. 9º Esgotado o prazo concedido ao notificado sem que a situação tenha sido regularizada, compete à gerência de fiscalização do Crea determinar a lavratura do auto de infração, indicando a capitulação da infração e da penalidade.~~

Art. 9º Compete ao agente fiscal a lavratura do auto de infração, indicando a capitulação da infração e da penalidade. (NR)

§ 1º Caso os fatos envolvam a participação irregular de mais de uma pessoa, deverá ser lavrado um auto de infração específico para cada uma delas.

§ 2º Em caso de dúvida na análise da situação apresentada, o relatório de fiscalização deverá ser submetido à câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida que determinará, se cabível, a lavratura do auto de infração e a capitulação da infração e da penalidade.

Art. 10. O auto de infração é o ato processual que instaura o processo administrativo, expondo os fatos ilícitos atribuídos ao autuado e indicando a legislação infringida, lavrado por agente fiscal, funcionário do Crea, designado para esse fim.

Parágrafo único. Da penalidade estabelecida no auto de infração, o autuado pode apresentar defesa à câmara especializada, que terá efeito suspensivo, no prazo de dez dias, contados da data do recebimento do auto de infração.

Art. 11. O auto de infração, grafado de forma legível, sem emendas ou rasuras, deve apresentar, no mínimo, as seguintes informações:

I – menção à competência legal do Crea para fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea;

II – data da lavratura, nome completo, matrícula e assinatura do agente fiscal;

III – nome e endereço completos da pessoa física ou jurídica autuada, incluindo, obrigatoriamente, CPF ou CNPJ;

IV – identificação da obra, serviço ou empreendimento, com informação sobre a sua localização, nome e endereço do contratante, indicação da natureza da atividade e sua descrição detalhada;

V – identificação da infração, mediante descrição detalhada da irregularidade, capitulação da infração e da penalidade, e valor da multa a que estará sujeito o autuado;

VI – data da verificação da ocorrência;

VII – indicação de reincidência ou nova reincidência, se for o caso; e

VIII – indicação do prazo de dez dias para efetuar o pagamento da multa e regularizar a situação ou apresentar defesa à câmara especializada.

§ 1º A infração somente será capitulada, conforme o caso, nos dispositivos das Leis n.ºs 4.950-A e 5.194, ambas de 1966, e 6.496, de 1977, sendo vedada a capitulação com base em instrumentos normativos do Crea e do Confea.

§ 2º Lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais.

§ 3º Não será permitida a lavratura de novo auto de infração referente à mesma obra, serviço ou empreendimento, antes do trânsito em julgado da decisão relativa à infração.

Art. 12. Caso seja verificado, antes do julgamento pela câmara especializada, erro insanável na lavratura do auto de infração, a gerência de fiscalização poderá instruir o processo com os esclarecimentos que julgar cabíveis, visando ao seu arquivamento.

Seção III

Da Instauração do Processo

Art. 13. O Crea deve instaurar um processo específico para cada auto de infração, indicando na capa o nome do autuado, a descrição e a capitulação da infração, o número do auto de infração e a data da autuação.

Parágrafo único. A reincidência ou nova reincidência da conduta infratora objeto da autuação, só poderá ser considerada se o processo for instruído com cópia da decisão transitada em julgado referente à autuação anterior.

Art. 14. Para efeito desta Resolução, considera-se transitada em julgado a decisão irrecorrível que se torna imutável e indiscutível por não estar mais sujeita a recurso.

CAPÍTULO II

DO JULGAMENTO

Seção I

Da Defesa à Câmara Especializada

Art. 15. Anexada ao processo, a defesa será encaminhada à câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida, para apreciação e julgamento.

§ 1º Se o Crea não possuir câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida, a atribuição de julgamento em primeira instância será exercida pelo plenário.

§ 2º Caso sejam julgadas relevantes para a elucidação dos fatos, novas diligências deverão ser requeridas durante a apreciação do processo.

Art. 16. Na câmara especializada, o processo será distribuído para conselheiro, que deve relatar o assunto de forma objetiva e legalmente fundamentada.

Art. 17. Após o relato do assunto, a câmara especializada deve decidir explicitando as razões da manutenção da autuação, as disposições legais infringidas e a penalidade correspondente ou as razões do arquivamento do processo, se for o caso.

Art. 18. O autuado será notificado da decisão da câmara especializada por meio de correspondência, acompanhada de cópia de inteiro teor da decisão proferida.

§ 1º Da decisão proferida pela câmara especializada o autuado pode interpor recurso, que terá efeito suspensivo, ao Plenário do Crea no prazo de sessenta dias, contados da data do recebimento da notificação.

§ 2º A falta de manifestação do autuado no prazo estabelecido no parágrafo anterior não obstruirá o prosseguimento do processo.

Art. 19. O processo relativo à infração cometida por profissional no exercício de emprego, função ou cargo eletivo no Crea, no Confea ou na Mútua será remetido para exame do Plenário do Crea qualquer que seja a decisão da câmara especializada, independentemente de recurso interposto, em até trinta dias após esgotado o prazo para interposição de recurso.

Seção II Da Revelia

Art. 20. A câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subseqüentes.

Parágrafo único. O autuado será notificado a cumprir os prazos dos atos processuais subseqüentes.

Seção III Do Recurso ao Plenário do Crea

Art. 21. O recurso interposto à decisão da câmara especializada será encaminhado ao Plenário do Crea para apreciação e julgamento.

Parágrafo único. Caso sejam julgadas relevantes para a elucidação dos fatos, novas diligências deverão ser requeridas durante a apreciação do processo.

Art. 22. No Plenário do Crea, o processo será distribuído para conselheiro, que deve relatar o assunto de forma objetiva e legalmente fundamentada.

Art. 23. Após o relato, o Plenário do Crea deve decidir explicitando as razões da manutenção da autuação, as disposições legais infringidas e a penalidade correspondente ou as razões do arquivamento do processo, se for o caso.

Art. 24. O autuado será notificado da decisão do Plenário do Crea por meio de correspondência, acompanhada de cópia de inteiro teor da decisão proferida.

Parágrafo único. Da decisão proferida pelo Plenário do Crea, o autuado pode interpor recurso, que terá efeito suspensivo, ao Plenário do Confea no prazo de sessenta dias, contados da data do recebimento da notificação.

Art. 25. O Crea deverá encaminhar o recurso ao Confea acompanhado do respectivo processo, no prazo máximo de noventa dias contados da data da protocolização do recurso.

Seção IV **Do Recurso ao Plenário do Confea**

Art. 26. O recurso interposto à decisão do Plenário do Crea será encaminhado ao Plenário do Confea para apreciação e julgamento.

Art. 27. Recebido o recurso, o processo será submetido à análise do departamento competente e, em seguida, à apreciação da comissão responsável.

Art. 28. Na comissão, o processo será distribuído para conselheiro, que deve relatar o assunto de forma objetiva e legalmente fundamentada.

Art. 29. Após o relato, a comissão emitirá deliberação que será encaminhada ao Plenário do Confea.

Art. 30. O Plenário do Confea deve decidir explicitando as razões da manutenção da autuação, as disposições legais infringidas e a penalidade correspondente ou as razões do arquivamento do processo, se for o caso.

Art. 31. Julgado o recurso pelo Confea, os autos serão encaminhados ao Crea para execução da decisão.

Parágrafo único. O Crea poderá solicitar revisão da decisão proferida pelo Plenário do Confea, se for detectado erro de natureza técnica ou administrativa, no prazo máximo de sessenta dias, contados da data do recebimento do processo.

Art. 32. O autuado será notificado pelo Crea da decisão do Plenário do Confea por meio de correspondência, acompanhada de cópia de inteiro teor da decisão proferida.

Seção V **Do Pedido de Reconsideração**

Art. 33. Da decisão proferida pelo Plenário do Confea, cabe um único pedido de reconsideração, que não terá efeito suspensivo, efetuado pelo autuado no prazo máximo de sessenta dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º A reconsideração pode ser pedida pelo autuado penalizado, por procurador habilitado ou, ainda, no caso de morte, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

§ 2º O pedido de reconsideração será admitido quando forem apresentadas provas documentais comprobatórias de novos fatos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada.

Art. 34. O Crea deverá encaminhar o pedido de reconsideração ao Confea, acompanhado do respectivo processo, no prazo máximo de noventa dias contados da data da protocolização do pedido de reconsideração.

Art. 35. Julgado procedente o pedido de reconsideração, o Plenário do Confea poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da pena.

CAPÍTULO III DA EXECUÇÃO DA DECISÃO

Art. 36. Compete ao Crea da jurisdição da pessoa física ou jurídica penalizada, onde se iniciou o processo, a execução das decisões proferidas nos processos de infração às Leis n.^{os} 4.950-A e 5.194, ambas de 1966, e 6.496, de 1977.

Parágrafo único. Não havendo recurso à instância superior, devido ao esgotamento do prazo para sua apresentação ou quando esgotadas as instâncias recursais, a execução da decisão ocorrerá imediatamente, inclusive na hipótese de apresentação de pedido de reconsideração.

Art. 37. Para a execução da decisão, o Crea deve notificar o autuado para regularizar a situação que ensejou a autuação, informando-o sobre a penalidade estabelecida.

Parágrafo único. Nos casos em que seja possível regularizar a situação, o Crea deve indicar as providências a serem adotadas de acordo com a legislação vigente.

CAPÍTULO IV DA REINCIDÊNCIA E DA NOVA REINCIDÊNCIA

Art. 38. Transitada em julgado a decisão, dar-se-á a reincidência se o autuado praticar nova infração capitulada no mesmo dispositivo legal pela qual tenha sido anteriormente declarado culpado.

Art. 39. Transitada em julgado a decisão relativa à infração por reincidência, considera-se nova reincidência a prática de nova infração capitulada no mesmo dispositivo legal.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 40. Nenhuma penalidade será aplicada ou mantida sem que tenha sido assegurado ao autuado pleno direito de defesa.

Art. 41. Quando a infração apurada constituir violação da Lei de Contravenções Penais, o Crea comunicará o fato à autoridade competente.

Parágrafo único. A comunicação do fato à autoridade competente ocorrerá após o trânsito em julgado da respectiva decisão.

Seção I

Das Multas

Art. 42. As multas são penalidades previstas no art. 73 da Lei n.º 5.194, de 1966, aplicadas pelo Crea com base nas faixas de valores estabelecidos em resolução específica.

Art. 43. As multas serão aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina, observados os seguintes critérios:

I - os antecedentes do autuado quanto à condição de primariedade, reincidência ou nova reincidência de autuação;

II – a situação econômica do autuado;

III – a gravidade da falta;

IV – as conseqüências da infração, tendo em vista o dano ou o prejuízo decorrente; e

V – regularização da falta cometida.

§ 1º A multa será aplicada em dobro no caso de reincidência.

§ 2º A multa aplicada no caso de nova reincidência será igual à aplicada para reincidência, sem prejuízo do que dispõe o art. 74 da Lei n.º 5.194, de 1966.

§ 3º É facultada a redução de multas pelas instâncias julgadoras do Crea e do Confea nos casos previstos neste artigo, respeitadas as faixas de valores estabelecidas em resolução específica.

Art. 44. A multa não paga, após a decisão transitada em julgado, será inscrita na dívida ativa e cobrável judicialmente.

Seção II

Da Suspensão do Registro

Art. 45. A suspensão temporária ou a ampliação do período de suspensão do registro são penalidades previstas no art. 74 da Lei n.º 5.194, de 1966, que podem ser aplicadas pelo Crea ao profissional que incorrer em nova reincidência das seguintes infrações, respectivamente:

I – emprestar seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de obras, serviços ou empreendimentos sem sua real participação; ou

II – continuar em atividade após suspenso do exercício profissional.

CAPÍTULO VI DA NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS

Art. 46. Os atos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os atos que, realizados de outro modo, alcançarem a finalidade sem prejuízo para o autuado.

Parágrafo único. Não havendo prejuízo para o autuado, todos os atos processuais devem ser aproveitados.

Art. 47. A nulidade dos atos processuais ocorrerá nos seguintes casos:

I - impedimento ou suspeição reconhecida de membro da câmara especializada, do Plenário do Crea ou do Plenário do Confea, quando da instrução ou do julgamento do processo;

II - ilegitimidade de parte;

III – falhas na identificação do autuado, da obra, do serviço ou do empreendimento observadas no auto de infração;

IV - falhas na descrição dos fatos observados no auto de infração, que devido à insuficiência de dados, impossibilita a delimitação do objeto da controvérsia e a plenitude da defesa;

V – falta de correspondência entre o dispositivo legal infringido e os fatos descritos no auto de infração;

VI – falta de fundamentação das decisões da câmara especializada, do Plenário do Crea e do Plenário do Confea que apliquem penalidades às pessoas físicas ou jurídicas;

VII – falta de cumprimento de demais formalidades previstas em lei; ou

~~VIII – ausência de notificação do autuado.~~ Revogado pela Resolução 1.047, de 28 de maio de 2013

Art. 48. As nulidades poderão ser argüidas a requerimento do autuado ou de ofício em qualquer fase do processo, antes da decisão transitada em julgado.

Art. 49. A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a nulidade dos atos que dele, diretamente, dependam ou sejam conseqüência.

Art. 50. As nulidades considerar-se-ão sanadas:

I – se não houver solicitação do autuado argüindo a nulidade do ato processual; ou

II – se, praticado por outra forma, o ato processual tiver atingido seu fim.

Art. 51. Os atos processuais, cuja nulidade não tiver sido sanada na forma do artigo anterior, retornarão às instâncias competentes para repetição ou retificação.

Parágrafo único. A repetição ou retificação dos atos nulos será efetuada em qualquer fase do processo.

CAPÍTULO VII DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

Art. 52. A extinção do processo ocorrerá:

I – quando a câmara especializada concluir pela ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

II – quando o órgão julgador declarar a prescrição do ilícito que originou o processo;

III – quando o órgão julgador concluir por exaurida a finalidade do processo ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente; ou

IV – quando o órgão julgador proferir decisão definitiva, caracterizando trânsito em julgado.

CAPÍTULO VIII DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

Art. 53. As notificações e o auto de infração devem ser entregues pessoalmente ou enviados por via postal com Aviso de Recebimento - AR ou por outro meio legal admitido que assegure a certeza da ciência do autuado.

§ 1º Em todos os casos, o comprovante de entrega deverá ser anexado ao processo.

§ 2º Caso o autuado recuse ou obstrua o recebimento da notificação ou do auto de infração, o fato deverá ser registrado no processo.

Art. 54. Em qualquer fase do processo, não sendo encontrado o autuado ou seu representante legal, ou no caso de recusa do recebimento de notificação ou do auto de infração, o extrato destes atos processuais será divulgado em publicação do Crea, ou em jornal de circulação na jurisdição, ou no Diário Oficial do Estado ou em outro meio que amplie as possibilidades de conhecimento por parte do autuado, em linguagem que não fira os preceitos constitucionais de inviolabilidade da sua intimidade, da honra, da vida privada e da imagem.

CAPÍTULO IX DOS PRAZOS

Art. 55. Os prazos começam a correr a partir da data do comprovante de entrega do auto de infração ou da notificação ou, encontrando-se o autuado em lugar incerto, da data da publicação da notificação, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte, se o vencimento cair em dia em que não houver expediente no Crea ou este for encerrado antes do horário normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

CAPÍTULO X DA PRESCRIÇÃO

Art. 56. Prescreve em cinco anos a ação punitiva do Sistema Confea/Crea no exercício do poder de polícia, em processos administrativos que objetivem apurar infração à legislação em vigor, contados da data de prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

Parágrafo único. Enquadram-se neste artigo os processos administrativos instaurados em desfavor de pessoas físicas, leigos e profissionais do Sistema Confea/Crea, e de pessoas jurídicas, excluindo os processos ético-disciplinares.

Art. 57. Interrompe-se a prescrição nos processos administrativos caracterizados no art. 56:

I - pela notificação do autuado;

II - por qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato; e

III - pela decisão recorrível.

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer dos casos previstos neste artigo, teremos o reinício do prazo prescricional de cinco anos.

Art. 58. Incide a prescrição no processo administrativo que objetive apurar infração à legislação em vigor paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 59. A instauração, a instrução e o julgamento do processo de infração obedecerão, entre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, formalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Art. 60. Todos os atos e termos processuais serão feitos por escrito, utilizando-se o vernáculo, indicando a data e o local de sua realização e a assinatura do responsável.

Art. 61. A prescrição dos atos processuais será declarada de acordo com a legislação específica em vigor.

Art. 62. Não pode ser objeto de delegação de competência a decisão relativa ao julgamento de processos de infração, inclusive nos casos de revelia.

Art. 63. Os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração ao Código de Ética Profissional são regulamentados em resolução específica.

Art. 64. Nos casos omissos aplicar-se-ão, supletivamente ao presente regulamento, a legislação profissional vigente, as normas do Direito Administrativo, do Processo Civil Brasileiro e os princípios gerais do Direito.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 65. Estes procedimentos aplicam-se, exclusivamente, aos processos de infração iniciados a partir da publicação desta Resolução no Diário Oficial da União – DOU.

Art. 66. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 67. Revogam-se as Resoluções n^{os} 207, de 28 de janeiro de 1972, e 391, de 17 de março de 1995, e a Decisão Normativa n^o 07, de 29 de abril de 1983, e demais disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 2004.

Eng. Wilson Lang
Presidente

Publicada no D.O.U de 13 de dezembro de 2004, Seção 1, pág. 142/143

Revogados os arts. 7º e 8º e o inciso VIII do art. 47 e alterado o *caput* do art. 9º pela Resolução 1.047 de 28 de maio de 2013.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

RESOLUÇÃO Nº 1.062, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

Suspende a aplicabilidade da Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

O **CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA**, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando que a Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, estabeleceu nova sistemática para a atribuição de títulos, atividades e competências profissionais aos portadores de diploma ou de certificado de conclusão de cursos regulares oferecidos pelas instituições de ensino no âmbito das profissões inseridas no Sistema Confea/Crea;

Considerando que ao longo dos anos anteriores não foi operacionalizada, em sua totalidade, a sistemática de implantação da Resolução nº 1.010, de 2005, não permitindo aos Crea a sua aplicação na determinação de atividades e competências no âmbito da atuação profissional, ou seja, na concessão de atribuições profissionais, implicando a necessidade deste Conselho Federal de decidir, pelo adiamento da entrada em vigor da citada resolução,

RESOLVE:

Art. 1º Suspende a aplicabilidade da Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 30 de agosto de 2005 – Seção 1, pág. 191 e 192, aos profissionais diplomados que solicitarem seu registro profissional junto ao Crea a partir de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. Os profissionais enquadrados neste artigo receberão as atribuições profissionais constantes de leis, decretos, resoluções específicas ou instrumento normativo anterior à vigência da Resolução nº 1.010, de 2005.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 2014.

Eng. Civ. José Tadeu da Silva
Presidente

Lei 12.514 (DOU de 31/10/2011) - Anuidades dos conselhos profissionais
Autor: Daniel Prochalski*

Foi publicada em 31/10/2011 a Lei 12.514, a qual trata, em seus artigos 4º ao 11, do fato gerador e dos valores devidos aos conselhos profissionais (CRM, CRO, CRA, CRC, CREA etc.), tanto pelas pessoas físicas como jurídicas, tais como anuidades e multas.

Em síntese, a nova lei prevê as seguintes regras:

- Art. 4º: autoriza a cobrança, pelos conselhos, de (I) multas por violação da ética, conforme disposto na legislação, (II) anuidades; e (III) outras obrigações definidas em lei especial;
- Art. 5º: Estabelece a hipótese de incidência (fato gerador) das anuidades, como sendo *"a existência de inscrição no conselho, ainda que por tempo limitado, ao longo do exercício"*;
- Art. 6º: Estabelece os valores das anuidades a serem cobradas pelos conselhos:
 - I - para profissionais de nível superior: até R\$ 500,00 (quinhentos reais);
 - II - para profissionais de nível técnico: até R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais); e
 - III - para pessoas jurídicas, conforme o capital social, os seguintes valores máximos:
 - a) até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R\$ 500,00 (quinhentos reais);
 - b) acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R\$ 1.000,00 (mil reais);
 - c) acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);
 - d) acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
 - e) acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
 - f) acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R\$ 3.000,00 (três mil reais);
 - g) acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

O § 1º deste art. 5º prevê que os valores das anuidades serão reajustados de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC-IBGE, ou pelo índice oficial que venha a substituí-lo.

O § 2º do mesmo dispositivo estabelece que *"o valor exato da anuidade, o desconto para profissionais recém-inscritos, os critérios de isenção para profissionais, as regras de recuperação de créditos, as regras de parcelamento, garantido o mínimo de 5 (cinco) vezes, e a concessão de descontos para pagamento antecipado ou à vista, serão estabelecidos pelos respectivos conselhos federais"*.

Tendo em vista a natureza tributária das anuidades, entende-se que o referido § 2º do art. 5º implicou em inconstitucional delegação de competência tributária, uma vez que o Código Tributário Nacional - CTN é expresso em exigir lei não apenas para a instituição do tributo, mas também para a atuação administrativa de cobrança, que é plenamente vinculada (arts. 3º e 142). Assim, salta aos olhos que os próprios conselhos poderão legislar sobre parcelamento e isenção, categorias que estão sob a reserva absoluta de lei, conforme prevêm os arts. 97, VI, 155-A e 176, todos do CTN.

- Art. 7º: Autoriza os conselhos a deixar de promover a cobrança judicial de valores inferiores a 10 (dez) vezes o valor de que trata o inciso I do art. 6º, ou seja, inferiores a R\$ 5.000,00.

- Art. 8º: Determina que os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente. Esta regra não limitará a realização de medidas administrativas de cobrança, a aplicação de sanções por violação da ética ou a suspensão do exercício profissional.

As regras dos arts. 7º (facultativa) e 8º (imperativa) são de extrema importância, pois é notório que a Justiça Federal está sobrecarregada em virtude do ajuizamento, por parte dos conselhos, de milhares de execuções fiscais de valores irrisórios.

- Art. 9º: Estabelece que *"a existência de valores em atraso não obsta o cancelamento ou a suspensão do registro a pedido"*.

Esta previsão está em harmonia com a jurisprudência do STF, pela qual o fisco não pode utilizar meios coercitivos indiretos na cobrança de tributos. Nesse sentido, a inteligência das Súmulas 70 (*"É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo"*) e 323 (*"É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos"*).

As anuidades dos conselhos profissionais possuem natureza jurídica tributária, sendo que, nos termos do art. 149 da CF/88, a espécie é de contribuição especial e a subespécie é de contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas. Diante disso, a sua instituição e cobrança deve observar todo o regime jurídico tributário brasileiro, o qual compreende os princípios e regras constitucionais e também as normas gerais estabelecidas pelo Código Tributário Nacional.

Como exemplos, registre-se a necessidade de lei complementar para a definição do fato gerador, base de cálculo e contribuintes, uma vez que o art. 149 da CF/88 é expresso em exigir a observância do art. 146, III, também da Constituição. Como é cediço, o histórico da instituição das contribuições profissionais e corporativas revela que estes requisitos sempre foram olvidados.

É certo que, na ausência de lei complementar de normas gerais, o legislador ordinário tem a competência legislativa plena para instituir o tributo, como entende de forma majoritária a doutrina e a jurisprudência do STF. A instituição do tributo, observado o princípio da legalidade tributária, exige a previsão, na lei, de toda a estrutura da regra-matriz de incidência tributária, o que compreende a hipótese de incidência ("fato gerador") - com seus critérios *material* (situação abstrata tributável), *temporal* (momento de ocorrência do fato gerador) e *espacial* (local de ocorrência do fato gerador) - e omandamento, o qual abrange o critério *subjetivo* (sujeito ativo e sujeito passivo) e o critério *objetivo* (objeto da relação tributária, composto pela base de cálculo e alíquota).

Essa exigência é revelada pelo art. 97 do CTN, dispositivo que apenas dispensa a previsão, na lei, das indicações de como, quando e onde o sujeito passivo deve pagar o tributo o que, portanto, pode, na dicção do CTN, ser estabelecido por normas infralegais (no caso, as normas internas dos conselhos).

No entanto, no caso das presentes contribuições, sempre se verificou apenas a definição do fato gerador (estar inscrito) e, por consequência, do contribuinte (aquele que está inscrito), sendo a legislação omissa na definição da base de cálculo, haja vista que o texto estabelece diretamente o valor da anuidade devida. Essa irregularidade implica em flagrante arbítrio, uma vez que, pela Teoria Geral do Direito Tributário, a base de cálculo sempre deve ser uma medida econômica do critério material da hipótese de incidência. Ou seja, a base de cálculo deve ser a perspectiva econômica do fato gerador.

Este aspecto continua omissa na Lei 12.514, o que deverá - em conjunto com outras eventuais questões verificadas a partir de uma maior e melhor reflexão sobre o tema - ser objeto de análise pela doutrina e pelo Poder Judiciário, quando provocado a decidir sobre a matéria.

Lembro que o Poder Judiciário tem decidido que, pela natureza tributárias destas contribuições, é ilegal a cobrança com base em resoluções internas dos conselhos, conforme ocorre no regime jurídico existente até então. Diante disso, o valor a ser cobrado é o previsto na última lei sobre a matéria, a Lei 6.994/82 que, com as alterações posteriores nos índices, é de 35,7265 UFIR's, o que equivale a aproximadamente R\$ 38,00 (trinta e oito reais).

Daí a razão da edição da nova lei, para corrigir o problema da ausência de previsão legal, pelo menos para os fatos geradores futuros. Assim, os contribuintes ainda têm legitimidade para propor ações de restituição dos valores pagos a maior (indébito tributário) nos últimos cinco anos.

Como se trata, na Lei 12.514/2011, de tributo novo (majorado), a cobrança só poderá ser feita para os fatos geradores (existência de inscrição) ocorridos no ano seguinte e no mínimo a partir de 90 dias, ou seja, a partir de 30/01/2012, posto que as contribuições sujeitam-se tanto ao princípio da anterioridade do exercício seguinte como à anterioridade mínima de noventa

dias, conforme previsto, respectivamente, nas alíneas "b" e "c" do inciso III do art. 150 da CF/88. Assim, entendo que a anuidade de 2012, pelos valores da nova lei, deverá ser proporcional, já que a nova lei só produzirá efeitos para as inscrições (fato gerador) existentes a partir de 31/01/2012.

Por fim, registro que o STF e o STJ possuem entendimento pelo qual as anuidades devidas à OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - não possuem natureza tributária e, nessa condição, não estão sujeitas ao regime jurídico tributário nem à legislação aplicável aos conselhos profissionais. É que os tribunais superiores entenderam que a atuação da OAB e dos advogados ultrapassa os interesses da respectiva categoria profissional, uma vez que a advocacia representa função necessária à coletividade em geral, viabilizadora do Estado Democrático de Direito. As contribuições profissionais de natureza tributária, ao contrário, visam o custeio apenas dos interesses da própria classe.

Embora a premissa do interesse público seja verdadeira, o entendimento, com a devida vênia, é criticável por não autorizar a conclusão, uma vez ser inequívoco que a atuação, por exemplo, dos médicos, contadores e engenheiros, também tem relevância nacional e é de interesse de toda a coletividade. No entanto, não há perspectiva de alteração deste entendimento, pelo que a Lei nº 12.514/2011 não altera a relação dos advogados com a OAB.

**Advogado sócio do escritório Prochalski, Castan, Staroi & Silva - Advogados Associados. Especialista em Direito Tributário pela PUC-PR. Mestre em Direito Empresarial pelo Centro Universitário Curitiba. Professor titular de Direito Tributário do Cescage - Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais. Professor de Direito Tributário da Escola da Magistratura do Paraná - Núcleo Ponta Grossa*

LEI Nº 5.194, DE 24 DEZ 1966

Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Do Exercício Profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia

CAPÍTULO I

Das Atividades Profissionais

Seção I

Caracterização e Exercício das Profissões

Art. 1º- As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos:

- a) aproveitamento e utilização de recursos naturais;
- b) meios de locomoção e comunicações;
- c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos;
- d) instalações e meios de acesso a costas, cursos, e massas de água e extensões terrestres;
- e) desenvolvimento industrial e agropecuário.

Art. 2º- O exercício, no País, da profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, observadas as condições de capacidade e demais exigências legais, é assegurado:

- a) aos que possuam, devidamente registrado, diploma de faculdade ou escola superior de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, oficiais ou reconhecidas, existentes no País;
- b) aos que possuam, devidamente revalidado e registrado no País, diploma de faculdade ou escola estrangeira de ensino superior de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, bem como os que tenham esse exercício amparado por convênios internacionais de intercâmbio;
- c) aos estrangeiros contratados que, a critério dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, considerados a escassez de profissionais de determinada especialidade e o interesse nacional, tenham seus títulos registrados temporariamente.

Parágrafo único - O exercício das atividades de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo é garantido, obedecidos os limites das respectivas licenças e excluídas as expedidas, a título precário, até a publicação desta Lei, aos que, nesta data, estejam registrados nos Conselhos Regionais.

Seção II

Do uso do Título Profissional

Art. 3º- São reservadas exclusivamente aos profissionais referidos nesta Lei as denominações de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, acrescidas, obrigatoriamente, das características de sua formação básica.

Parágrafo único - As qualificações de que trata este Artigo poderão ser acompanhadas de designações outras referentes a cursos de especialização, aperfeiçoamento e pós-graduação.

Art. 4º- As qualificações de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo só podem ser acrescidas à denominação de pessoa jurídica composta exclusivamente de profissionais que possuam tais títulos.

Art. 5º- Só poderá ter em sua denominação as palavras engenharia, arquitetura ou agronomia a firma comercial ou industrial cuja diretoria for composta, em sua maioria, de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.

Seção III

Do exercício ilegal da Profissão

Art. 6º- Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo:

- a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;
- b) o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro;
- c) o profissional que emprestar seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de obras e serviços sem sua real participação nos trabalhos delas;
- d) o profissional que, suspenso de seu exercício, continue em atividade;
- e) a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do Art. 8º desta Lei.

Seção IV

Atribuições profissionais e coordenação de suas atividades

Art. 7º- As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;
- d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;

- f) direção de obras e serviços técnicos;
- g) execução de obras e serviços técnicos;
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.

Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.

Art. 8º - As atividades e atribuições enunciadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do artigo anterior são da competência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas.

Parágrafo único - As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas no Art. 7º, com exceção das contidas na alínea "a", com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta Lei lhe confere.

Art. 9º - As atividades enunciadas nas alíneas "g" e "h" do Art. 7º, observados os preceitos desta Lei, poderão ser exercidas, indistintamente, por profissionais ou por pessoas jurídicas.

Art. 10 - Cabe às Congregações das escolas e faculdades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia indicar ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por elas diplomados.

Art. 11 - O Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características.

Art. 12 - Na União, nos Estados e nos Municípios, nas entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista, os cargos e funções que exijam conhecimentos de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, relacionados conforme o disposto na alínea "g" do Art. 27, somente poderão ser exercidos por profissionais habilitados de acordo com esta Lei.

Art. 13 - Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de Engenharia, de Arquitetura e de Agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com esta Lei.

Art. 14 - Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória, além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, a menção explícita do título do profissional que os subscrever e do número da carteira referida no Art. 56.

Art. 15 - São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da Engenharia, Arquitetura ou da Agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta Lei.

Art. 16 - Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e co-autores do projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos.

CAPÍTULO II

Da Responsabilidade e Autoria

Art. 17 - Os direitos de autoria de um plano ou projeto de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, respeitadas as relações contratuais expressas entre o autor e outros interessados, são do profissional que os elaborar.

Parágrafo único - Cabem ao profissional que os tenha elaborado os prêmios ou distinções honoríficas concedidas a projetos, planos, obras ou serviços técnicos.

Art. 18 - As alterações do projeto ou plano original só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado.

Parágrafo único - Estando impedido ou recusando-se o autor do projeto ou plano original a prestar sua colaboração profissional, comprovada a solicitação, as alterações ou modificações deles poderão ser feitas por outro profissional habilitado, a quem caberá a responsabilidade pelo projeto ou plano modificado.

Art. 19 - Quando a concepção geral que caracteriza um plano ou projeto for elaborada em conjunto por profissionais legalmente habilitados, todos serão considerados co-autores do projeto, com os direitos e deveres correspondentes.

Art. 20 - Os profissionais ou organizações de técnicos especializados que colaborarem numa parte do projeto deverão ser mencionados explicitamente como autores da parte que lhes tiver sido confiada, tornando-se mister que todos os documentos, como plantas, desenhos, cálculos, pareceres, relatórios, análises, normas, especificações e outros documentos relativos ao projeto sejam por eles assinados.

Parágrafo único - A responsabilidade técnica pela ampliação, prosseguimento ou conclusão de qualquer empreendimento de engenharia, arquitetura ou agronomia caberá ao profissional ou entidade registrada que aceitar esse encargo, sendo-lhe, também, atribuída a responsabilidade das obras, devendo o Conselho Federal adotar resolução quanto às responsabilidades das partes já executadas ou concluídas por outros profissionais.

Art. 21 - Sempre que o autor do projeto convocar, para o desempenho do seu encargo, o concurso de profissionais da organização de profissionais especializados e legalmente habilitados, serão estes havidos como co-responsáveis na parte que lhes diga respeito.

Art. 22 - Ao autor do projeto ou aos seus prepostos é assegurado o direito de acompanhar a execução da obra, de modo a garantir a sua realização, de acordo com as condições, especificações e demais pormenores técnicos nele estabelecidos.

Parágrafo único - Terão o direito assegurado neste Artigo, o autor do projeto, na parte que lhe diga respeito, os profissionais especializados que participarem, como co-responsáveis, na sua elaboração.

Art. 23 - Os Conselhos Regionais criarão registros de autoria de planos e projetos, para salvaguarda dos direitos autorais dos profissionais que o desejarem.

TÍTULO II

Da Fiscalização do Exercício das Profissões

CAPÍTULO I

Dos Órgãos Fiscalizadores

Art. 24 - A aplicação do que dispõe esta Lei, a verificação e a fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de

Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.

Art. 25 - Mantidos os já existentes, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia promoverá a instalação, nos Estados, Distrito Federal e Territórios Federais, dos Conselhos Regionais necessários à execução desta Lei, podendo a ação de qualquer deles estender-se a mais de um Estado.

§ 1º- A proposta de criação de novos Conselhos Regionais será feita pela maioria das entidades de classe e escolas ou faculdades com sede na nova Região, cabendo aos Conselhos atingidos pela iniciativa opinar e encaminhar a proposta à aprovação do Conselho Federal.

§ 2º- Cada unidade da Federação só poderá ficar na jurisdição de um Conselho Regional.

§ 3º- A sede dos Conselhos Regionais será no Distrito Federal, em capital de Estado ou de Território Federal.

CAPÍTULO II

Do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

Seção I

Da Instituição do Conselho e suas Atribuições

Art. 26 - O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, (CONFEA), é a instância superior da fiscalização do exercício profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia.

Art. 27 - São atribuições do Conselho Federal:

- a) organizar o seu regimento interno e estabelecer normas gerais para os regimentos dos Conselhos Regionais;
- b) homologar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais;
- c) examinar e decidir em última instância os assuntos relativos ao exercício das profissões de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, podendo anular qualquer ato que não estiver de acordo com a presente Lei;
- d) tomar conhecimento e dirimir quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais;
- e) julgar em última instância os recursos sobre registros, decisões e penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;
- f) baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução da presente Lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;
- g) relacionar os cargos e funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo;
- h) incorporar ao seu balancete de receita e despesa os dos Conselhos Regionais;
- i) enviar aos Conselhos Regionais cópia do expediente encaminhado ao Tribunal de Contas, até 30 (trinta) dias após a remessa;
- j) publicar anualmente a relação de títulos, cursos e escolas de ensino superior, assim como, periodicamente, relação de profissionais habilitados;

- k) fixar, ouvido o respectivo Conselho Regional, as condições para que as entidades de classe da região tenham nele direito à representação;
- l) promover, pelo menos uma vez por ano, as reuniões de representantes dos Conselhos Federal e Regionais previstas no Art. 53 desta Lei;
- m) examinar e aprovar a proporção das representações dos grupos profissionais nos Conselhos Regionais;
- n) julgar, em grau de recurso, as infrações do Código de Ética Profissional do engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, elaborados pelas entidades de classe;
- o) aprovar ou não as propostas de criação de novos Conselhos Regionais;
- p) fixar e alterar as anuidades, emolumentos e taxas a pagar pelos profissionais e pessoas jurídicas referidos no Art. 63.
- q) autorizar o presidente a adquirir, onerar ou, mediante licitação, alienar bens imóveis. ⁽¹⁾

Parágrafo único - Nas questões relativas a atribuições profissionais, a decisão do Conselho Federal só será tomada com o mínimo de 12 (doze) votos favoráveis.

Art. 28 - Constituem renda do Conselho Federal:

- I - quinze por cento do produto da arrecadação prevista nos itens I a V do Art. 35;
- II - doações, legados, juros e receitas patrimoniais;
- III - subvenções;
- IV - outros rendimentos eventuais. (1)

Seção II

Da Composição e Organização

Art. 29 - O Conselho Federal será constituído por 18 (dezoito) membros, brasileiros, diplomados em Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, habilitados de acordo com esta Lei, obedecida a seguinte composição:

- a) 15 (quinze) representantes de grupos profissionais, sendo 9 (nove) engenheiros representantes de modalidades de engenharia estabelecidas em termos genéricos pelo Conselho Federal, no mínimo de 3(três) modalidades, de maneira a corresponderem às formações técnicas constantes dos registros nele existentes; 3 (três) arquitetos e 3 (três) engenheiros-agrônomos;
- b) 1 (um) representante das escolas de engenharia, 1 (um) representante das escolas de arquitetura e 1 (um) representante das escolas de agronomia.

§ 1º - Cada membro do Conselho Federal terá 1 (um) suplente.

§ 2º - O presidente do Conselho Federal será eleito, por maioria absoluta, dentre os seus membros. ⁽²⁾

§ 3º - A vaga do representante nomeado presidente do Conselho será preenchida por seu suplente. ⁽³⁾

⁽¹⁾ Redação dada pela Lei nº6.619/78

⁽²⁾ Lei nº8.195/91 altera o parágrafo 2º do artigo 29

⁽³⁾ Derrogado pela Lei nº8.195/91

Art. 30 - Os representantes dos grupos profissionais referidos na alínea "a" do Art. 29 e seus suplentes serão eleitos pelas respectivas entidades de classe registradas nas regiões, em assembléias especialmente convocadas para este fim pelos Conselhos Regionais, cabendo a cada região indicar, em forma de rodízio, um membro do Conselho Federal.

Parágrafo único - Os representantes das entidades de classe nas assembléias referidas neste artigo serão por elas eleitos, na forma dos respectivos estatutos.

Art. 31 - Os representantes das escolas ou faculdades e seus suplentes serão eleitos por maioria absoluta de votos em assembléia dos delegados de cada grupo profissional, designados pelas respectivas Congregações.

Art. 32 - Os mandatos dos membros do Conselho Federal e do Presidente serão de 3 (três) anos.

Parágrafo único - O Conselho Federal se renovará anualmente pelo terço de seus membros.

CAPÍTULO III

Dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

Seção I

Da Instituição dos Conselhos Regionais e suas Atribuições

Art. 33 - Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício de profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.

Art. 34 - São atribuições dos Conselhos Regionais:

- a) elaborar e alterar seu regimento interno, submetendo-o à homologação do Conselho Federal;
- b) criar as Câmaras especializadas atendendo às condições de maior eficiência da fiscalização estabelecida na presente Lei;
- c) examinar reclamações e representações acerca de registros;
- d) julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da presente Lei e do Código de Ética, enviados pelas Câmaras Especializadas;
- e) julgar, em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;
- f) organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela presente Lei;
- g) publicar relatórios de seus trabalhos e relações dos profissionais e firmas registrados;
- h) examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;
- i) sugerir ao Conselho Federal medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício das profissões reguladas nesta Lei;
- j) agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia, nos assuntos relacionados com a presente Lei;
- k) cumprir e fazer cumprir a presente Lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julguem necessários;

- l) criar inspetorias e nomear inspetores especiais para maior eficiência da fiscalização;
- m) deliberar sobre assuntos de interesse geral e administrativos e sobre os casos comuns a duas ou mais especializações profissionais;
- n) julgar, decidir ou dirimir as questões da atribuição ou competência das Câmaras Especializadas referidas no artigo 45, quando não possuir o Conselho Regional número suficiente de profissionais do mesmo grupo para constituir a respectiva Câmara, como estabelece o artigo 48;
- o) organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, nos termos desta Lei, se inscrevam para exercer atividades de engenharia, arquitetura ou agronomia, na Região;
- p) organizar e manter atualizado o registro das entidades de classe referidas no artigo 62 e das escolas e faculdades que, de acordo com esta Lei, devam participar da eleição de representantes destinada a compor o Conselho Regional e o Conselho Federal;
- q) organizar, regulamentar e manter o registro de projetos e planos a que se refere o artigo 23;
- r) registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe;
- s) autorizar o presidente a adquirir, onerar ou, mediante licitação, alienar bens imóveis.⁽¹⁾

" Art. 35 -Constituem rendas dos Conselhos Regionais:

- I - anuidades cobradas de profissionais e pessoas jurídicas;
- II - taxas de expedição de carteiras profissionais e documentos diversos;
- III - emolumentos sobre registros, vistos e outros procedimentos;
- IV - quatro quintos da arrecadação da taxa instituída pela Lei nº6.496, de 7 DEZ 1977;
- V - multas aplicadas de conformidade com esta Lei e com a Lei nº6.496, de 7 DEZ 1977;
- VI - doações, legados, juros e receitas patrimoniais;
- VII - subvenções;
- VIII - outros rendimentos eventuais"⁽²⁾.

Art. 36 - Os Conselhos Regionais recolherão ao Conselho Federal, até o dia trinta do mês subsequente ao da arrecadação, a quota de participação estabelecida no item I do Art. 28.

Parágrafo único - Os Conselhos Regionais poderão destinar parte de sua renda líquida, proveniente da arrecadação das multas, a medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do Engenheiro, do Arquiteto e do Engenheiro-Agrônomo. ⁽³⁾

⁽¹⁾ Redação da Lei nº6.619/78 - D.O.U. - 19 DEZ 1978

Seção II

Da Composição e Organização

Art. 37 - Os Conselhos Regionais serão constituídos de brasileiros diplomados em curso superior, legalmente habilitados de acordo com a presente Lei, obedecida a seguinte composição:

- a) um presidente, eleito por maioria absoluta pelos membros do Conselho, com mandato de 3(três) anos; ⁽⁴⁾
- b) um representante de cada escola ou faculdade de Engenharia, Arquitetura e Agronomia com sede na Região;
- c) representantes diretos das entidades de classe de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, registradas na Região, de conformidade com o artigo 62.

Parágrafo único - Cada membro do Conselho terá um suplente.

Art. 38 - Os representantes das escolas e faculdades e seus respectivos suplentes serão indicados por suas congregações.

Art. 39 - Os representantes das entidades de classe e respectivos suplentes serão eleitos por aquelas entidades na forma de seus Estatutos.

Art. 40 - O número de conselheiros representativos das entidades de classe será fixado nos respectivos Conselhos Regionais, assegurados o mínimo de 1 (um) representante por entidade de classe e a proporcionalidade entre os representantes das diferentes categorias profissionais.

Art. 41 - A proporcionalidade dos representantes de cada categoria profissional será estabelecida em face dos números totais dos registros no Conselho Regional, de engenheiros das modalidades genéricas previstas na alínea "a" do Art. 29, de arquitetos e de engenheiros-agrônomos que houver em cada região, cabendo a cada entidade de classe registrada no Conselho Regional o número de representantes proporcional à quantidade de seus associados, assegurando o mínimo de 1 (um) representante por entidade.

Parágrafo único - A proporcionalidade de que trata este Artigo será submetida à prévia aprovação do Conselho Federal.

Art. 42 - Os Conselhos Regionais funcionarão em pleno e para os assuntos específicos, organizados em Câmaras Especializadas correspondentes às seguintes categorias profissionais: engenharia nas modalidades correspondentes às formações técnicas referidas na alínea "a" do Art. 29, arquitetura e agronomia.

Art. 43 - O mandato dos Conselheiros Regionais será de 3 (três) anos e se renovará anualmente pelo terço de seus membros.

Art. 44 - Cada Conselho Regional terá inspetorias, para fins de fiscalização nas cidades ou zonas onde se fizerem necessárias.

CAPÍTULO IV

Das câmaras especializadas

Seção I

Da instituição das câmaras e suas atribuições

Art. 45 - As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.

(2) Ibidem

(3) Ibidem

(4) Redação dada pela Lei nº8.195/91 - D.O.U - 27 JAN 91

Art. 46 - São atribuições das Câmaras Especializadas:

- a) julgar os casos de infração da presente Lei, no âmbito de sua competência profissional específica;
- b) julgar as infrações do Código de Ética;
- c) aplicar as penalidades e multas previstas;
- d) apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região;
- e) elaborar as normas para a fiscalização das respectivas especializações profissionais;
- f) opinar sobre os assuntos de interesse comum de duas ou mais especializações profissionais, encaminhando-os ao Conselho Regional.

Seção II

Da composição e organização

Art. 47 - As Câmaras Especializadas serão constituídas pelos conselheiros regionais.

Parágrafo único - Em cada Câmara Especializada haverá um membro, eleito pelo Conselho Regional, representando as demais categorias profissionais.

Art. 48 - Será constituída Câmara Especializada desde que entre os conselheiros regionais haja um mínimo de 3 (três) do mesmo grupo profissional.

CAPÍTULO V

Generalidades

Art. 49 - Aos Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais compete, além da direção do respectivo Conselho, sua representação em juízo.

Art. 50 - O conselheiro federal ou regional que durante 1 (um) ano faltar, sem licença prévia, a 6 (seis) sessões, consecutivas ou não, perderá automaticamente o mandato, passando este a ser exercido, em caráter efetivo, pelo respectivo suplente.

Art. 51 - O mandato dos presidentes e dos conselheiros será honorífico.

Art. 52 - O exercício da função de membro dos Conselhos por espaço de tempo não inferior a dois terços do respectivo mandato será considerado serviço relevante prestado à Nação.

§ 1º - O Conselho Federal concederá aos que se acharem nas condições deste Artigo o certificado de serviço relevante, independentemente de requerimento do interessado, dentro de 12 (doze) meses contados a partir da comunicação dos Conselhos.

§ 2º - Será considerado como serviço público efetivo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço como Presidente ou Conselheiro, vedada, porém, a contagem cumulativa com o tempo exercido em cargo público. ⁽¹⁾

Art. 53 - Os representantes dos Conselhos Federal e Regionais reunir-se-ão pelo menos uma vez por ano para, conjuntamente, estudar e estabelecer providências que assegurem ou

(1) Vetado pelo Senhor Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional (D.O.U. de 24 ABR 1967.)

aperfeiçoem a aplicação da presente Lei, devendo o Conselho Federal remeter aos Conselhos Regionais, com a devida antecedência, o temário respectivo.

Art. 54 - Aos Conselhos Regionais é cometido o encargo de dirimir qualquer dúvida ou omissão sobre a aplicação desta Lei, com recurso "ex-officio", de efeito suspensivo, para o Conselho Federal, ao qual compete decidir, em última instância, em caráter geral.

TÍTULO III

Do registro e fiscalização profissional

CAPÍTULO I

Do registro dos profissionais

Art. 55 - Os profissionais habilitados na forma estabelecida nesta Lei só poderão exercer a profissão após o registro no Conselho Regional sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 56 - Aos profissionais registrados de acordo com esta Lei será fornecida carteira profissional, conforme modelo adotado pelo Conselho Federal, contendo o número do registro, a natureza do título, especializações e todos os elementos necessários à sua identificação.

§ 1º - A expedição da carteira a que se refere o presente artigo fica sujeita a taxa que for arbitrada pelo Conselho Federal.

§ 2º - A carteira profissional, para os efeitos desta Lei, substituirá o diploma, valerá como documento de identidade e terá fé pública.

§ 3º - Para emissão da carteira profissional, os Conselhos Regionais deverão exigir do interessado a prova de habilitação profissional e de identidade, bem como outros elementos julgados convenientes, de acordo com instruções baixadas pelo Conselho Federal.

Art. 57 - Os diplomados por escolas ou faculdades de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, oficiais ou reconhecidas, cujos diplomas não tenham sido registrados, mas estejam em processamento na repartição federal competente, poderão exercer as respectivas profissões mediante registro provisório no Conselho Regional.

Art. 58 - Se o profissional, firma ou organização, registrado em qualquer Conselho Regional, exercer atividade em outra Região, ficará obrigado a visar, nela, o seu registro.

CAPÍTULO II

Do registro de firmas e entidades

Art. 59 - As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.

§ 1º - O registro de firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral só será concedido se sua denominação for realmente condizente com sua finalidade e qualificação de seus componentes.

§ 2º - As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na engenharia, na arquitetura ou na agronomia, ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, são obrigadas, sem qualquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente Lei.

§ 3º - O Conselho Federal estabelecerá, em resoluções, os requisitos que as firmas ou demais organizações previstas neste Artigo deverão preencher para o seu registro.

Art. 60 - Toda e qualquer firma ou organização que, embora não enquadrada no artigo anterior, tenha alguma seção ligada ao exercício profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, na forma estabelecida nesta Lei, é obrigada a requerer o seu registro e a anotação dos profissionais, legalmente habilitados, delas encarregados.

Art. 61 - Quando os serviços forem executados em lugares distantes da sede, da entidade, deverá esta manter junto a cada um dos serviços um profissional devidamente habilitado naquela jurisdição.

Art. 62 - Os membros dos Conselhos Regionais só poderão ser eleitos pelas entidades de classe que estiverem previamente registradas no Conselho em cuja jurisdição tenham sede.

§ 1º- Para obterem registro, as entidades referidas neste artigo deverão estar legalizadas, ter objetivo definido permanente, contar no mínimo trinta associados engenheiros, arquitetos ou engenheiros-agrônomos e satisfazer as exigências que forem estabelecidas pelo Conselho Regional.

§ 2º- Quando a entidade reunir associados engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, em conjunto, o limite mínimo referido no parágrafo anterior deverá ser de sessenta.

CAPÍTULO III

Das anuidades, emolumentos e taxas

Art. 63 - Os profissionais e pessoas jurídicas registrados de conformidade com o que preceitua a presente Lei são obrigados ao pagamento de uma anuidade ao Conselho Regional a cuja jurisdição pertencerem.

§ 1º- A anuidade a que se refere este artigo será devida a partir de 1º de janeiro de cada ano.⁽¹⁾

§ 2º- O pagamento da anuidade após 31 de março terá o acréscimo de vinte por cento, a título de mora, quando efetuado no mesmo exercício.⁽²⁾

§ 3º- A anuidade paga após o exercício respectivo terá o seu valor atualizado para o vigente à época do pagamento, acrescido de vinte por cento, a título de mora.⁽³⁾

Art. 64 - Será automaticamente cancelado o registro do profissional ou da pessoa jurídica que deixar de efetuar o pagamento da anuidade, a que estiver sujeito, durante 2(dois) anos consecutivos sem prejuízo da obrigatoriedade do pagamento da dívida.

Parágrafo único - O profissional ou pessoa jurídica que tiver seu registro cancelado nos termos deste Artigo, se desenvolver qualquer atividade regulada nesta Lei, estará exercendo ilegalmente a profissão, podendo reabilitar-se mediante novo registro, satisfeitas, além das anuidades em débito, as multas que lhe tenham sido impostas e os demais emolumentos e taxas regulamentares.

Art. 65 - Toda vez que o profissional diplomado apresentar a um Conselho Regional sua carteira para o competente "visto" e registro, deverá fazer prova de ter pago a sua anuidade na Região de origem ou naquela onde passar a residir.

(1) Nova redação da Lei 6.619/78 - D.O.U., 19 DEZ 1978

(2) Ibidem

(3) Ibidem

Art. 66 - O pagamento da anuidade devida por profissional ou pessoa jurídica somente será aceito após verificada a ausência de quaisquer débitos concernentes a multas, emolumentos, taxas ou anuidades de exercícios anteriores.

Art. 67 - Embora legalmente registrado, só será considerado no legítimo exercício da profissão e atividades de que trata a presente Lei o profissional ou pessoa jurídica que esteja em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Art. 68 - As autoridades administrativas e judiciárias, as repartições estatais, paraestatais, autárquicas ou de economia mista não receberão estudos, projetos, laudos, perícias, arbitramentos e quaisquer outros trabalhos, sem que os autores, profissionais ou pessoas jurídicas façam prova de estar em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Art. 69 - Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos, profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova de quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto deva ser executado.

Art. 70 - O Conselho Federal baixará resoluções estabelecendo o Regimento de Custas e, periodicamente, quando julgar oportuno, promoverá sua revisão.

TÍTULO IV

Das penalidades

Art. 71 - As penalidades aplicáveis por infração da presente Lei são as seguintes, de acordo com a gravidade da falta:

- a) advertência reservada;
- b) censura pública;
- c) multa;
- d) suspensão temporária do exercício profissional;
- e) cancelamento definitivo do registro.

Parágrafo único - As penalidades para cada grupo profissional serão impostas pelas respectivas Câmaras Especializadas ou, na falta destas, pelos Conselhos Regionais.

Art. 72 - As penas de advertência reservada e de censura pública são aplicáveis aos profissionais que deixarem de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta e os casos de reincidência, a critério das respectivas Câmaras Especializadas.

Art. 73 - As multas são estipuladas em função do maior valor de referência fixada pelo Poder Executivo e terão os seguintes valores, desprezadas as frações de um cruzeiro:

- a) de um a três décimos do valor de referência, aos infratores dos arts. 17 e 58 e das disposições para as quais não haja indicação expressa de penalidade;
- b) de três a seis décimos do valor de referência, às pessoas físicas, por infração da alínea "b" do Art. 6º, dos arts. 13, 14 e 55 ou do parágrafo único do Art. 64;
- c) de meio a um valor de referência, às pessoas jurídicas, por infração dos arts. 13, 14, 59 e 60 e parágrafo único do Art. 64;
- d) de meio a um valor de referência, às pessoas físicas, por infração das alíneas "a", "c" e "d" do Art. 6º;

e) de meio a três valores de referência, às pessoas jurídicas, por infração do Art. 6º⁽¹⁾.

Parágrafo único - As multas referidas neste artigo serão aplicadas em dobro nos casos de reincidência.

Art. 74 - Nos casos de nova reincidência das infrações previstas no artigo anterior, alíneas "c", "d" e "e", será imposta, a critério das Câmaras Especializadas, suspensão temporária do exercício profissional, por prazos variáveis de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e, pelos Conselhos Regionais em pleno, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 75 - O cancelamento do registro será efetuado por má conduta pública e escândalos praticados pelo profissional ou sua condenação definitiva por crime considerado infamante.

Art. 76 - As pessoas não habilitadas que exercerem as profissões reguladas nesta Lei, independentemente da multa estabelecida, estão sujeitas às penalidades previstas na Lei de Contravenções Penais.

Art. 77 - São competentes para lavrar autos de infração das disposições a que se refere a presente Lei os funcionários designados para esse fim pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia nas respectivas Regiões.

Art. 78 - Das penalidades impostas pelas Câmaras Especializadas, poderá o interessado, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da notificação, interpor recurso que terá efeito suspensivo, para o Conselho Regional e, no mesmo prazo, deste para o Conselho Federal.

§ 1º- Não se efetuando o pagamento das multas, amigavelmente, estas serão cobradas por via executiva.

§ 2º- Os autos de infração, depois de julgados definitivamente contra o infrator, constituem títulos de dívida líquida e certa.

Art. 79 - O profissional punido por falta de registro não poderá obter a carteira profissional, sem antes efetuar o pagamento das multas em que houver incorrido.

TÍTULO V

Das disposições gerais

Art. 80 - Os Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, constituem serviço público federal, gozando os seus bens, rendas e serviços de imunidade tributária total (Art. 31, inciso V, alínea "a" da Constituição Federal) e franquia postal e telegráfica.

Art. 81 - Nenhum profissional poderá exercer funções eletivas em Conselhos por mais de dois períodos sucessivos.

Art. 82 - As remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, qualquer que seja a fonte pagadora, não poderão ser inferiores a 6 (seis) vezes o salário mínimo da respectiva região (Ver também Lei 4.950-A, de 22 ABR 1966).(VETADO, no que se refere aos servidores públicos regidos pelo RJU.) ⁽¹⁾

(1) Nova redação da Lei 6.619/78 - D.O.U., 19 DEZ 1978

(1) Vetado, em parte, pelo Senhor Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional (D.O.U. de 24 ABR 1967). (*)

(*) O Supremo Tribunal Federal, "in" Diário de Justiça de 13 MAR 1968, na Representação nº745-DF, declarou não se aplicar o dispositivo ao pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, por ser inconstitucional. A iniciativa da Lei era do Presidente da República e isso não ocorreu.

Art. 83 - Os trabalhos profissionais relativos a projetos não poderão ser sujeitos a concorrência de preço, devendo, quando for o caso, ser objeto de concurso.⁽¹⁾

Art. 84 - O graduado por estabelecimento de ensino agrícola ou industrial de grau médio, oficial ou reconhecido, cujo diploma ou certificado esteja registrado nas repartições competentes, só poderá exercer suas funções ou atividades após registro nos Conselhos Regionais.

Parágrafo único - As atribuições do graduado referido neste Artigo serão regulamentadas pelo Conselho Federal, tendo em vista seus currículos e graus de escolaridade.

Art. 85 - As entidades que contratarem profissionais nos termos da alínea "c" do artigo 2º são obrigadas a manter, junto a eles, um assistente brasileiro do ramo profissional respectivo.

TÍTULO VI

Das disposições transitórias

Art. 86 - São assegurados aos atuais profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e aos que se encontrem matriculados nas escolas respectivas, na data da publicação desta Lei, os direitos até então usufruídos e que venham de qualquer forma a ser atingidos por suas disposições.

Parágrafo único - Fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta Lei, para os interessados promoverem a devida anotação nos registros dos Conselhos Regionais.

Art. 87 - Os membros atuais dos Conselhos Federal e Regionais completarão os mandatos para os quais foram eleitos.

Parágrafo único - Os atuais presidentes dos Conselhos Federal e Regionais completarão seus mandatos, ficando o presidente do primeiro desses Conselhos com o caráter de membro do mesmo.

Art. 88 - O Conselho Federal baixará resoluções, dentro de 60 (sessenta) dias a partir da data da presente Lei, destinadas a completar a composição dos Conselhos Federal e Regionais.

Art. 89 - Na constituição do primeiro Conselho Federal após a publicação desta Lei serão escolhidos por meio de sorteio as Regiões e os grupos profissionais que as representarão.

Art. 90 - Os Conselhos Federal e Regionais, completados na forma desta Lei, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após a posse, para elaborar seus regimentos internos, vigorando, até a expiração deste prazo, os regulamentos e resoluções vigentes no que não colidam com os dispositivos da presente Lei.

Art. 91 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 DEZ 1966; 145ª da Independência e 78ª da República.

H. CASTELO BRANCO
L. G. do Nascimento e Silva

Publicada no D.O.U. de 27 DEZ 1966.

⁽¹⁾ Revogado pela Lei nº 8.666/93
Confea – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

LEI Nº 6.496 - DE 7 DE DEZ 1977

Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).

Art. 2º- A ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia.

§ 1º- A ART será efetuada pelo profissional ou pela empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), de acordo com Resolução própria do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).

§ 2º- O CONFEA fixará os critérios e os valores das taxas da ART "ad referendum" do Ministro do Trabalho.

Art. 3º- A falta da ART sujeitará o profissional ou a empresa à multa prevista na alínea "a" do Art. 73 da Lei nº5.194, de 24 DEZ 1966, e demais cominações legais.

Art. 4º- O CONFEA fica autorizado a criar, nas condições estabelecidas nesta Lei, uma Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, sob sua fiscalização, registrados nos CREAs.

§ 1º- A Mútua, vinculada diretamente ao CONFEA, terá personalidade jurídica e patrimônio próprios, sede em Brasília e representações junto aos CREAs.

§ 2º- O Regimento da Mútua será submetido à aprovação do Ministro do Trabalho, pelo CONFEA.

Art. 5º- A Mútua será administrada por uma Diretoria Executiva, composta de 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) indicados pelo CONFEA e 2 (dois) pelos CREAs, na forma a ser fixada no Regimento.

Art. 6º- O Regimento determinará as modalidades da indicação e as funções de cada membro da Diretoria Executiva, bem como o modo de substituição, em seus impedimentos e faltas, cabendo ao CONFEA a indicação do Diretor-Presidente e aos outros Diretores a escolha, entre si, dos ocupantes das demais funções.

Art. 7º- Os mandatos da Diretoria Executiva terão duração de 3 (três) anos, sendo gratuito o exercício das funções correspondentes.

Art. 8º- Os membros da Diretoria Executiva somente poderão ser destituídos por decisão do CONFEA, tomada em reunião secreta, especialmente convocada para esse fim, e por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário.

Art. 9º- Os membros da Diretoria tomarão posse perante o CONFEA.

Art. 10 - O patrimônio da Mútua será aplicado em títulos dos Governos Federal e Estaduais ou por eles garantidos, Carteiras de Poupança, garantidas pelo Banco Nacional da

Habilitação (BNH), Obrigações do Tesouro Nacional, imóveis e outras aplicações facultadas por Lei para órgãos da mesma natureza.

Parágrafo único - Para aquisição e alienação de imóveis, haverá prévia autorização do Ministro do trabalho.

Art. 11 - Constituirão rendas da Mútua:

I - 1/5 (um quinto) da taxa de ART;

II - uma contribuição dos associados, cobrada anual ou parceladamente e recolhida, simultaneamente, com a devida aos CREAs;

III - doações, legados e quaisquer valores adventícios, bem como outras fontes de renda eventualmente instituídas em Lei;

IV - outros rendimentos patrimoniais.

§ 1º - A inscrição do profissional na Mútua dar-se-á com o pagamento da primeira contribuição, quando será preenchida pelo profissional sua ficha de Cadastro Geral, e atualizada nos pagamentos subsequentes, nos moldes a serem estabelecidos por Resolução do CONFEA.

§ 2º - A inscrição na Mútua é pessoal e independente de inscrição profissional e os benefícios só poderão ser pagos após decorrido 1 (um) ano do pagamento da primeira contribuição.

Art. 12 - A Mútua, na forma do Regimento, e de acordo com suas disponibilidades, assegurará os seguintes benefícios e prestações:

I - auxílios pecuniários, temporários e reembolsáveis, aos associados comprovadamente necessitados, por falta eventual de trabalho ou invalidez ocasional;

II - pecúlio aos cônjuges supérstites e filhos menores associados;

III - bolsas de estudo aos filhos de associados carentes de recursos ou a candidatos a escolas de Engenharia, de Arquitetura ou de Agronomia, nas mesmas condições de carência;

IV - assistência médica, hospitalar e dentária, aos associados e seus dependentes, sem caráter obrigatório, desde que reembolsável, ainda que parcialmente;

V - facilidade na aquisição, por parte dos inscritos, de equipamentos e livros úteis ou necessários ao desempenho de suas atividades profissionais;

VI - auxílio funeral.

§ 1º - A Mútua poderá financiar, exclusivamente para seus associados, planos de férias no País e/ou de seguros de vida, acidentes ou outros, mediante contratação.

§ 2º - Visando à satisfação do mercado de trabalho e à racionalização dos benefícios contidos no item I deste artigo, a Mútua poderá manter serviços de colocação de mão-de-obra de profissionais, seus associados.

§ 3º - O valor pecuniário das prestações assistenciais variará até o limite máximo constante da tabela a ser aprovada pelo CONFEA, nunca superior à do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

§ 4º - O auxílio mensal será concedido, em dinheiro, por períodos não superiores a 12 (doze) meses, desde que comprovada a evidente necessidade para a sobrevivência do associado ou de sua família.

§ 5º - As bolsas serão sempre reembolsáveis ao fim do curso, com juros e correção monetária, fixados pelo CONFEA.

§ 6º - A ajuda farmacêutica, sempre reembolsável, ainda que parcialmente, poderá ser concedida, em caráter excepcional, desde que comprovada a impossibilidade momentânea de o associado arcar com o ônus decorrente.

§ 7º- Os benefícios serão concedidos proporcionalmente às necessidades do assistido, e os pecúlios em razão das contribuições do associado.

§ 8º- A Mútua poderá estabelecer convênios com entidades previdenciárias, assistenciais, de seguro e outros facultados por Lei, para o atendimento do disposto neste Artigo.

Art. 13 - Ao CONFEA incumbirá, na forma do Regimento:

- I - a supervisão do funcionamento da Mútua;
- II - a fiscalização e aprovação do Balanço, Balancete, Orçamento e da Prestação de Contas da Diretoria Executiva da Mútua;
- III - a elaboração e aprovação do Regimento da Mútua;
- IV - a indicação de 3 (três) membros da Diretoria Executiva;
- V - a fixação da remuneração do pessoal empregado pela Mútua;
- VI - a indicação do Diretor-Presidente da Mútua;
- VII - a fixação, no Regimento, da contribuição prevista no item II do Art. 11;
- VIII - a solução dos casos omissos ou das divergências na aplicação desta Lei.

Art. 14 - Aos CREAs, e na forma do que for estabelecido no Regimento, incumbirá:

- I - recolher à Tesouraria da Mútua, mensalmente, a arrecadação da taxa e contribuição prevista nos itens I e II do Art. 11 da presente Lei;
- II - indicar os dois membros da Diretoria Executiva, na forma a ser fixada pelo Regimento.

Art. 15 - Qualquer irregularidade na arrecadação, na concessão de benefícios ou no funcionamento da Mútua, ensejará a intervenção do CONFEA, para restabelecer a normalidade, ou do Ministro do Trabalho, quando se fizer necessária.

Art. 16 - No caso de dissolução da Mútua, seus bens, valores e obrigações serão assimilados pelo CONFEA, ressalvados os direitos dos associados.

Parágrafo único - O CONFEA e os CREAs responderão, solidariamente, pelo déficit ou dívida da Mútua, na hipótese de sua insolvência.

Art. 17 - De qualquer ato da Diretoria Executiva da Mútua caberá recurso, com efeito suspensivo, ao CONFEA.

Art. 18 - De toda e qualquer decisão do CONFEA referente à organização, administração e fiscalização da Mútua caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Ministro do Trabalho.

Art. 19 - Os empregados do CONFEA, dos CREAs e da própria Mútua poderão nela se inscrever, mediante condições estabelecidas no Regimento, para obtenção dos benefícios previstos nesta Lei.

Art. 20 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 DEZ 1977; 156ºda Independência e 89ºda República.

ERNESTO GEISEL
Arnaldo Prieto

Publicada no D.O.U. de 09 DEZ 1977 - Seção I - Pág. 16.871.

LEI Nº 6.838, DE 29 OUT 1980

Dispõe sobre o prazo prescricional para a punibilidade de profissional liberal, por falta sujeita a processo disciplinar, a ser aplicada por órgão competente.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- A punibilidade de profissional liberal, por falta sujeita a processo disciplinar, através de órgãos em que esteja inscrito, prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de verificação do fato respectivo.

Art. 2º- O conhecimento expresso ou a notificação feita diretamente ao profissional faltoso interrompe o prazo prescricional de que trata o artigo anterior.

Parágrafo único - O conhecimento expresso ou notificação de que trata este Artigo ensejará defesa escrita ou a termo, a partir de quando recomençará a fluir novo prazo prescricional.

Art. 3º- Todo processo disciplinar paralisado há mais de 3 (três) anos, pendente de despacho ou julgamento, será arquivado "ex officio", ou a requerimento da parte interessada.

Art. 4º- O prazo prescricional, ora fixado, começa a correr, para as faltas já cometidas e os processos iniciados, a partir da vigência da presente Lei.

Art. 5º- A presente Lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO FIGUEIREDO
Presidente da República
Murillo Macêdo

LEI Nº 6.839, DE 30 OUT 1980

Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO FIGUEIREDO
Presidente da República
Murillo Macêdo

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

§ 1º Os preceitos desta Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.

§ 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - órgão - a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta;

II - entidade - a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;

III - autoridade - o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS DOS ADMINISTRADOS

Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

I - ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;

III - formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;

IV - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

CAPÍTULO III DOS DEVERES DO ADMINISTRADO

Art. 4º São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:

I - expor os fatos conforme a verdade;

II - proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;

III - não agir de modo temerário;

IV - prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

CAPÍTULO IV DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 5º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Art. 6º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

- I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;
- II - identificação do interessado ou de quem o represente;
- III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;
- IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;
- V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 7º Os órgãos e entidades administrativas deverão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.

Art. 8º Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

CAPÍTULO V DOS INTERESSADOS

Art. 9º São legitimados como interessados no processo administrativo:

- I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;
- II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;
- III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;
- IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

Art. 10. São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.

CAPÍTULO VI DA COMPETÊNCIA

Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

§ 1º O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

§ 2º O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

§ 3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.

Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Art. 16. Os órgãos e entidades administrativas divulgarão publicamente os locais das respectivas sedes e, quando conveniente, a unidade fundacional competente em matéria de interesse especial.

Art. 17. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

CAPÍTULO VII DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 20. Pode ser argüida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 21. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

CAPÍTULO VIII DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO

Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3º A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

Art. 23. Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.

Parágrafo único. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

Art. 25. Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.

CAPÍTULO IX DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1º A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º A intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.

§ 3º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 4º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

§ 5º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 27. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa ao interessado.

Art. 28. Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

CAPÍTULO X DA INSTRUÇÃO

Art. 29. As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

§ 1º O órgão competente para a instrução fará constar dos autos os dados necessários à decisão do processo.

§ 2º Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo menos oneroso para estes.

Art. 30. São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.

Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

§ 1º A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.

§ 2º O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.

Art. 32. Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

Art. 33. Os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação de administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.

Art. 34. Os resultados da consulta e audiência pública e de outros meios de participação de administrados deverão ser apresentados com a indicação do procedimento adotado.

Art. 35. Quando necessária à instrução do processo, a audiência de outros órgãos ou entidades administrativas poderá ser realizada em reunião conjunta, com a participação de titulares ou representantes dos órgãos competentes, lavrando-se a respectiva ata, a ser juntada aos autos.

Art. 36. Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto no art. 37 desta Lei.

Art. 37. Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

Art. 38. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

§ 1º Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão.

§ 2º Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 39. Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, poderá o órgão competente, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se eximindo de proferir a decisão.

Art. 40. Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará arquivamento do processo.

Art. 41. Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

§ 1º Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

§ 2º Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

Art. 43. Quando por disposição de ato normativo devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.

Art. 44. Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

Art. 45. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

Art. 46. Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

Art. 47. O órgão de instrução que não for competente para emitir a decisão final elaborará relatório indicando o pedido inicial, o conteúdo das fases do procedimento e formulará proposta de decisão, objetivamente justificada, encaminhando o processo à autoridade competente.

CAPÍTULO XI DO DEVER DE DECIDIR

Art. 48. A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.

Art. 49. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

CAPÍTULO XII DA MOTIVAÇÃO

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;

IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

§ 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2º Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.

§ 3º A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.

CAPÍTULO XIII

DA DESISTÊNCIA E OUTROS CASOS DE EXTINÇÃO DO PROCESSO

Art. 51. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.

§ 1º Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge somente quem a tenha formulado.

§ 2º A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.

Art. 52. O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

CAPÍTULO XIV

DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

CAPÍTULO XV

DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO

Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

§ 2º Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.

3º Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso. [Incluído pela Lei nº 11.417, de 2006](#).

Art. 57. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

Art. 58. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;

II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.

Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 2º O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita.

Art. 60. O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 62. Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de cinco dias úteis, apresentem alegações.

Art. 63. O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado;

IV - após exaurida a esfera administrativa.

§ 1º Na hipótese do inciso II, será indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.

§ 2º O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

Art. 64-A. Se o recorrente alegar violação de enunciado da súmula vinculante, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso. [\(Incluído pela Lei nº 11.417, de 2006\).](#)

Art. 64-B. Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação de enunciado da súmula vinculante, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal. [\(Incluído pela Lei nº 11.417, de 2006\).](#)

Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

CAPÍTULO XVI DOS PRAZOS

Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

§ 3º Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

Art. 67. Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

CAPÍTULO XVII DAS SANÇÕES

Art. 68. As sanções, a serem aplicadas por autoridade competente, terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurado sempre o direito de defesa.

CAPÍTULO XVIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 69. Os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta Lei.

Art. 69-A. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado: [\(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

I - pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; [\(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

II - pessoa portadora de deficiência, física ou mental; [\(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

III – [\(VETADO\) \(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

IV - pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo. [\(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

§ 1º A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente, que determinará as providências a serem cumpridas. [\(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

§ 2º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária. [\(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

§ 3º [\(VETADO\) \(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

§ 4º [\(VETADO\) \(Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009\).](#)

Art. 70. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília 29 de janeiro de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Renan Calheiros

Paulo Paiva

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 1.2.1999 e [Retificado no D.O.U de 11.3.1999](#)

PUB DOFC 01/02/1999 PÁG 000001 COL 1 Diário Oficial da União
RET DOFC 11/03/1999 PÁG 000001 COL 1 Diário Oficial da União

LEI-009784-0-000-29-01-1999

RETIFICAÇÃO
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999

(Publicada no Diário Oficial de 1º de fevereiro de 1999, Seção 1)
Na página 5, 1ª coluna, nas assinaturas,
LEIA-SE : Fernando Henrique Cardoso, Renan Calheiros, Paulo Paiva

LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999.

Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta, e indireta, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República, adotou a Medida Provisória nº 1.859-17, de 1999, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art 1º Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

§ 1º Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

§ 2º Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição rege-se-à pelo prazo previsto na lei penal.

Art. 2º Interrompe-se a prescrição:

I - pela citação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital;

II - por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato;

III - pela decisão condenatória recorrível.

Art. 3º Suspende-se a prescrição durante a vigência:

I - dos compromissos de cessação ou de desempenho, respectivamente, previstos nos arts. 53 e 58 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994;

II - do termo de compromisso de que trata o § 5º do art. 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pela Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997.

Art 4º Ressalvadas as hipóteses de interrupção previstas no art. 2º, para as infrações ocorridas há mais de três anos, contados do dia 1º de julho de 1998, a prescrição operará em dois anos, a partir dessa data.

Art 5º O disposto nesta Lei não se aplica às infrações de natureza funcional e aos processos e procedimentos de natureza tributária.

Art 6º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.859-16, de 24 de setembro de 1999.

Art 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 8º Ficam revogados o art. 33 da Lei nº 6.385, de 1976, com a redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997, o art. 28 da Lei nº 8.884, de 1994, e demais disposições em contrário, ainda que constantes de lei especial.

Congresso Nacional, em 23 de novembro de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente



ILUSTRE COORDENADORIA DE LICITAÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

EDITAL DO PROAD Nº 1914/2022-1

PREGÃO ELETRÔNICO

WT TECNOLOGIA GESTÃO E ENERGIA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.624.525/0001-00, com sede na Rua Carneiro Leão, nº 211, Brás, CEP. 03040-000, São Paulo/SP, neste ato devidamente representada por seu Presidente Sr. **THIAGO HENRIQUE PESSOA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade de RG nº 25.927.596-7 e CPF/MF nº 220.858.618-22, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 41, § 2º da Lei nº 8.666/1993 e item 21 do Edital, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, pelas razões de fato e direito que seguem.

DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO

Nos termos do Edital do Certame, a disputa ocorrerá em 25 de abril de 2022, às 11h00, no Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br).

Desta feita, nos exatos termos do item 21 do instrumento convocatório, que prevê de forma expressa, que eventuais impugnações devem ser apresentadas com antecedência de 03 (dois) dias úteis anteriores ao pregão, tem-se como termo final para a apresentação da presente impugnação, o dia 18 de abril de 2021, o que evidencia a sua TEMPESTIVIDADE.



DOS FATOS E RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

O Tribunal Regional do Trabalho das 15ª Região publicou o Edital do Pregão Eletrônico **PROAD Nº 1914/2022-1**, com previsão para a disputa em 25/04/2021.

O certame tem como objeto a contratação de instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectado à rede (on-grid) com potência mínima aceitável de 100 kWp ((kilowatt pico), além da atualização e/ou substituição do padrão de entrada de energia no prédio da VT de São João da Boa Vista, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para a montagem e ativação da micro usina fotovoltaica e do padrão de entrada de energia, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo III, partes integrantes do edital.

No entanto, depreende-se do Edital **inconsistências** observadas quanto a qualificação técnica exigida no item 9.11.4, que assim expressa:

*"9.11.4. Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, **engenheiro mecânico** ou técnico de segundo grau, conforme consta em Resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica conforme subitem acima. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo:"*

Como se observa, o item 9.11.4 exige que os licitantes comprovem possuir, no quadro permanente de colaboradores, profissional de engenharia mecânica.

TODAVIA para a execução do objeto licitado, inexistem atividades que justifique a tal exigência, sendo certa, apenas, a necessidade quanto ao profissional de engenharia elétrica.

Na categoria dos engenheiros, somente o eletricitista possui as atribuições para projetar e executar projetos fotovoltaicos, conforme o artigo 8º da resolução n.º 218, de 29/06/1973 do Crea/Confea.

Uma vez que o objeto da licitação é a instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectado à rede, além da atualização e/ou substituição do padrão de entrada de energia, mister a necessidade de **engenheiro elétrico**, verdadeiro profissional que detém a devida qualificação técnica para realizar o objeto da licitação.

Nos termos da Resolução nº 218 do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), mais especificamente, de seus artigos 8º e 9º, são atribuições do engenheiro eletricitista:

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.

Art. 9º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRÔNICO ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETRÔNICA ou ao ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a materiais elétricos e eletrônicos;

equipamentos eletrônicos em geral; sistemas de comunicação e telecomunicações; sistemas de medição e controle elétrico e eletrônico; seus serviços afins e correlatos.

E, sobre as atribuições do engenheiro mecânico, a mesma norma, em seu artigo 12, estabelece que:

Art. 12 - *Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA:*

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.

As normas aqui colocadas evidenciam a ausência de atribuição e competência técnica do profissional da engenharia mecânica para a instalação dos equipamentos que compõem o objeto do presente procedimento licitatório.

Desta feita, a exigência do edital, em seu item 9.11.4, no sentido de os licitantes comprovarem, a composição do quadro técnico por um engenheiro mecânico, AO INVÉS DE engenheiro eletricitista, contradiz a normativa apresentada, indo de encontro, inclusive, com a regulamentação da atividade pelo órgão competente (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia).



Demonstrada assim, flagrante equívoco no edital do Pregão Eletrônico **PROAD Nº 1914/2022-1**, que enseja sua imediata retificação para prosseguimento do processo licitatório.

O prosseguimento do certame na forma em que se encontra, tende a restringir o número de participantes, em patente ofensa ao princípio da contratação mais vantajosa, concorrência em igualdade de condições, isonomia, legalidade, moralidade e, todos atinentes à Administração Públicas que, igualmente regem a todo e qualquer processo licitatório.

Oportuno é magistério de José dos Santos Carvalho Filho:

O princípio da competitividade, correlato ao princípio da igualdade. Significa que a Administração não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação. Em outras palavras, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção se faça da melhor forma possível. Fácil é verificar que, sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros. Encontramos o princípio no art. 3º, § 1º, I, do Estatuto. (In Manual de Direito Administrativo, p. 223, 2007)

Contudo, a Peticionária munida da certeza de que este ente é sério e responsável, que jamais compactuaria com tal situação e, considerando tratar-se de erro facilmente saneável, insurge da presente Impugnação.

Diante do todo exposto, evidente a procedência da presente impugnação, e patente a necessidade de retificação do Edital.





DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer seja recebida, analisada e julgada **totalmente procedente** a presente **IMPUGNAÇÃO**, com efeito de modificar o Edital, de forma a adequar a exigência da qualificação técnica do item 9.11.4, saneando suas inconsistências, de modo a retificar a exigência de engenheiro mecânico para que conste engenheiro elétrico.

Pugna-se, assim, pela republicação do Edital, com as adequações que se mostram indispensáveis, com a reabertura do prazo inicialmente previsto, como bem determina a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 21, § 4º.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

São Paulo/SP, 18 de abril de 2021.

WT TECNOLOGIA GESTÃO E ENERGIA S/A

THIAGO HENRIQUE PESSOA



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4875-E4CB-76A0-9623> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4875-E4CB-76A0-9623



Hash do Documento

631F9C2E1DB4521339551DCDF7FF5BB55E47A3C8F523D01E4EB3B28DF34CCCA8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/04/2022 é(são) :

☒ THIAGO HENRIQUE PESSOA - 220.858.618-22 em 18/04/2022

18:12 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - WT TECNOLOGIA GESTAO E

ENERGIA S A - 08.624.525/0001-00





NÃO PLASTIFICAR

CITVA

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/90120807219778353599>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 90120807219778353599-1
Data: 08/07/2021 15:29:01
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALT69384-KX2B;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

CNJ: 06.870-0

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em quinta-feira, 8 de julho de 2021 15:31:06 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa WT - TECNOLOGIA, GESTAO E ENERGIA LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa WT - TECNOLOGIA, GESTAO E ENERGIA LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a WT - TECNOLOGIA, GESTAO E ENERGIA LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **15/07/2021 11:31:04 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa WT - TECNOLOGIA, GESTAO E ENERGIA LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 90120807219778353599-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b999a4b6142d3877e1127e7569e3e0c92976922f9e62156b43f6123b075a6b54527ce0252f54c3eaecfe5226c96f919eec5c53759e4dd1bfe8b3dcfec37d0ea72



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8120-8

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

744D6C71

CITVA

NÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

25.927.596-7

DATA DE EXPEDIÇÃO

21/09/2017

2 via

NOME

THIAGO HENRIQUE PESSOA

FILIAÇÃO

ANTONIO BENEDITO FERREIRA PESSOA

LUCELIA DE OLIVEIRA PESSOA

NATURALIDADE

CAMPINAS - SP

DATA DE NASCIMENTO

20/12/1979

DOC ORIGEM

CAMPINAS-SP SEGUNDO SUBDISTRITO CN:LV.A250/FLSº75V/Nº37006

CPF

220858618/22

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Cartório Pauloinho
Delegado de Polícia Ordinário INGOLO.SSP.SP

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/90120807219778353599>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 90120807219778353599-1

Data: 08/07/2021 15:29:01

Valor Total do Ato: R\$ 4,66

Selo Digital Tipo Normal C: ALT69384-KX2B;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145

Bairro dos Estado, João Pessoa - PB

(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br

<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti

Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em quinta-feira, 8 de julho de 2021 15:31:06 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa WT - TECNOLOGIA, GESTAO E ENERGIA LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa WT - TECNOLOGIA, GESTAO E ENERGIA LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a WT - TECNOLOGIA, GESTAO E ENERGIA LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **15/07/2021 11:31:04 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa WT - TECNOLOGIA, GESTAO E ENERGIA LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 90120807219778353599-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b999a4b6142d3877e1127e7569e3e0c92976922f9e62156b43f6123b075a6b54527ce0252f54c3eaecfe5226c96f919eec5c53759e4dd1bfe8b3dcfec37d0ea72



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTES DOCUMENTOS.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
WT TECNOLOGIA, GESTAO E ENERGIA S/A.		
		TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35300576578	09/09/2021	14/10/2021 10:22:36
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
27/12/2006	08.624.525/0001-00	

CAPITAL
R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA CARNEIRO LEAO	NÚMERO: 203	
BAIRRO: BRAS	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 03040-000	UF: SP

OBJETO SOCIAL
MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS FABRICAÇÃO DE LÂMPADAS FABRICAÇÃO DE LUMINÁRIAS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
ANTONIO BENEDITO FERREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 290.616.288-49, RG/RNE: 019573825500, RESIDENTE À RUA JOAO LOPES VIEIRA, 141, AP.144/BL.2A, RES.VILA BELLA, CAMPINAS - SP, CEP 13087-734, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR, (DIRETOR VICE-PRESIDENTE COM MANDATO ATE ABRIL/2022.)
THIAGO HENRIQUE PESSOA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 220.858.618-22, RG/RNE: 259275967, RESIDENTE À RUA MARTINIANO DE CARVALHO, 807, AP.1606, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01321-001, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, (MANDATO ATE ABRIL/2022.)

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

SESSÃO: 09/09/2021

TRANSFORMADA DE NIRE 35221159494.

FILIAL MANTIDA: FILIAL NIRE PROVISÓRIO 27999049316, SITUADA A AV. OTACILIO CAVALCANTE, 06, CHA DO PILAR, PILAR - AL, CEP 57150-000, COM OBJETO DESTACADO DE: FABRICAÇÃO DE LÂMPADAS, FABRICAÇÃO DE LUMINÁRIAS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO, FABRICAÇÃO DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA E COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM CAPITAL DESTACADO DE 100.000,00.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300576578

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 14/10/2021



documento
assinado
digitalmente

Ficha Cadastral Simplificada. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 160367197, quinta-feira, 14 de outubro de 2021 às 10:22:36.



FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
WT TECNOLOGIA, GESTAO E ENERGIA S/A.		
		TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35300576578	09/09/2021	14/10/2021 10:22:36
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
27/12/2006	08.624.525/0001-00	

CAPITAL
R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA CARNEIRO LEAO	NÚMERO: 203	
BAIRRO: BRAS	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 03040-000	UF: SP

OBJETO SOCIAL
MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS FABRICAÇÃO DE LÂMPADAS FABRICAÇÃO DE LUMINÁRIAS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
ANTONIO BENEDITO FERREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 290.616.288-49, RG/RNE: 019573825500, RESIDENTE À RUA JOAO LOPES VIEIRA, 141, AP.144/BL.2A, RES.VILA BELLA, CAMPINAS - SP, CEP 13087-734, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR, (DIRETOR VICE-PRESIDENTE COM MANDATO ATE ABRIL/2022.)
THIAGO HENRIQUE PESSOA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 220.858.618-22, RG/RNE: 259275967, RESIDENTE À RUA MARTINIANO DE CARVALHO, 807, AP.1606, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01321-001, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, (MANDATO ATE ABRIL/2022.)

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

SESSÃO: 09/09/2021

TRANSFORMADA DE NIRE 35221159494.

FILIAL MANTIDA: FILIAL NIRE PROVISÓRIO 27999049316, SITUADA A AV. OTACILIO CAVALCANTE, 06, CHA DO PILAR, PILAR - AL, CEP 57150-000, COM OBJETO DESTACADO DE: FABRICAÇÃO DE LÂMPADAS, FABRICAÇÃO DE LUMINÁRIAS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO, FABRICAÇÃO DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA E COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, COM CAPITAL DESTACADO DE 100.000,00.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300576578

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 14/10/2021



documento
assinado
digitalmente

Ficha Cadastral Simplificada. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 160367197, quinta-feira, 14 de outubro de 2021 às 10:22:36.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.624.525/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 26/12/2006
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL WT TECNOLOGIA GESTAO E ENERGIA S A

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) WT - TECNOLOGIA, GESTAO E ENERGIA	PORTE DEMAIS
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 32.99-0-04 - Fabricação de painéis e letreiros luminosos 27.40-6-01 - Fabricação de lâmpadas 27.40-6-02 - Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação 61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente 71.12-0-00 - Serviços de engenharia (Dispensada *) 33.14-7-99 - Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (Dispensada *) 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (Dispensada *) 46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral 46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico (Dispensada *) 35.11-5-01 - Geração de energia elétrica 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores (Dispensada *) 52.50-8-02 - Atividades de despachantes aduaneiros 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico (Dispensada *)
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO R CARNEIRO LEAO	NÚMERO 203	COMPLEMENTO *****
--------------------------------------	----------------------	-----------------------------

CEP 03.040-000	BAIRRO/DISTRITO BRAS	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
--------------------------	--------------------------------	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@GCLBRASIL.COM.BR	TELEFONE (11) 2503-0933/ (11) 3032-2546
--	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/12/2006
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/12/2021** às **15:24:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA LTDA.

CNPJ/MF nº 08.624.525/0001-00

NIRE nº 35.221.159.494

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

THIAGO HENRIQUE PESSOA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 25.927.596-7 SSP/SP e inscrito no CPF n.º 220.858.618-22, residente e domiciliado na Rua Martiniano de Carvalho, n.º 807 - Apto. 1.606 – Bela Vista – São Paulo/SP – CEP 01321-001.

BLACK SWAN HOLDING LTDA, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ n.º 37.599.523/0001-06, estabelecida na Rua das Saudades, n.º 121, Jardim Leila, Ferraz de Vasconcelos/SP – CEP 08532-500, com seu contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob o n.º 35.236.118.47 representada por seu representante legal, Sr. **THIAGO HENRIQUE PESSOA**, já qualificado acima.

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada denominada **WT – TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA LTDA**, estabelecida na Rua Carneiro Leão, n.º 203 – Brás – São Paulo/SP – CEP 03040-000, com seu contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob o n.º 35.221.159.494 em sessão 29/12/2006, inscrita no CNPJ n.º 08.624.525/0001-00, resolve de comum acordo e na melhor de direito, reúnem-se, com a dispensa daquelas formalidades de convocação, consoante disposto no artigo 1.072 do Código Civil, por serem os únicos sócios representativos do capital social, para deliberarem a respeito da transformação da sociedade limitada em uma sociedade anônima, conforme a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os sócios aprovam, por unanimidade, sem quaisquer restrições, a modificação do tipo societário da Sociedade, a qual deixará de ser uma sociedade empresária limitada e passará a ser uma sociedade por ações e, doravante, será denominada como **WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA S/A**. A transformação se dará conforme disposto no artigo 220 da Lei nº 6.404/1976, sem que haja qualquer solução de continuidade da Companhia.

CLÁUSULA SEGUNDA: Os sócios decidiram, também por unanimidade, alterar a denominação social de **WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA LTDA.** para **WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA S/A**.

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social da Companhia, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) quotas sociais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, que está totalmente integralizado, em moeda corrente nacional, será mantido, e aos acionistas serão atribuídas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social, na proporção da atual participação de cada um no capital social.



CLÁUSULA QUARTA: Em função da transformação ora aprovada pelas partes, as quotas atualmente possuídas pelos sócios serão recolhidas à Companhia, ficando automaticamente extintas e o capital social passará a ser representado por ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o montante de 5.000.000 (cinco milhões) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, conforme Boletim de Subscrição constante no Anexo II desta Ata, as quais serão distribuídas aos acionistas, na mesma proporção de suas respectivas participações no Capital Social, da seguinte forma:

(i) Ao sócio **THIAGO HENRIQUE PESSOA** serão atribuídas 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;

(ii) A sócia **BLACK SWAN HOLDING LTDA** serão atribuídas 4.550.000 (quatro milhões, quinhentas e cinquenta mil) ações, ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

CLÁUSULA QUINTA: A Companhia manterá sua sede na Rua Carneiro Leão nº 203 – Brás – São Paulo/SP – CEP: 030040-000 e continuará a executar o mesmo objeto social.

Parágrafo único: A Companhia manterá a sua filial nº de CNPJ: 08.624.525/0002-90 (NIRE 27.900.382.727), situada em Pilar, estado de Alagoas, à Av. Otacílio Cavalcante nº 06, Chá de Pilar, CEP: 57140-000 e executará o mesmo objeto social da matriz.

CLÁUSULA SEXTA: Tendo em vista a transformação ora aprovada, foi submetido aos acionistas, o projeto de Estatuto Social da **WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA S/A**, cujo inteiro teor está descrito e detalhado no Anexo I desta Ata de Reunião, o qual foi aprovado, por unanimidade, dos acionistas presentes e, ante o cumprimento de todas as formalidades legais, fica definitivamente transformada a Companhia.

CLÁUSULA SÉTIMA: Nos termos do que consta no novo estatuto da **WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA S/A**, ora aprovado neste ato solene, os acionistas deliberam eleger e nomear os primeiros membros da Diretoria, todos com gestão até a assembleia-geral ordinária que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021, esta a qual para não ultrapassar o limite estabelecido no Estatuto Social, tem o mandato até abril de 2022 ocasião em que será realizada nova assembleia geral ordinária.

(a) o Sr. **THIAGO HENRIQUE PESSOA**, já qualificado anteriormente, para ocupar o cargo de Diretor-Presidente;

(b) o Sr. **ANTÔNIO BENEDITO FERREIRA**, brasileiro, casado no regime da comunhão universal de bens, empresário, portador da carteira nacional de habilitação nº 01957382550 DETRAN SP e inscrito no CPF/MF sob nº 290.616.288-49, residente e domiciliado na Rua João Lopes Vieira nº 141, Apto. 144 do Bloco 2A, Residencial Vila Bella – Campinas/SP – CEP: 13.087-734, para ocupar o cargo de Vice-Presidente;



Parágrafo Único: Os Diretores ora eleitos declara não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil, estando cientes do disposto no artigo 147, da Lei 6.404/1976, e tomam posse em seus respectivos cargos, nos termos da legislação aplicável, mediante assinatura do Termo de Posse, lavrado em livro próprio. Nos termos do Estatuto Social aprovado, os membros da Diretoria exercerão suas obrigações em conformidade com a legislação vigente, agindo, sempre, com lealdade, probidade e boa-fé.

CLÁUSULA OITAVA: Fica aprovada a remuneração global anual de até R\$ 500.000,00(quinhentos mil reais) para os membros da Diretoria no corrente exercício, devendo tal remuneração variar de acordo com os cargos ocupados e com as responsabilidades assumidas frente a Companhia.

São Paulo, 15 de dezembro de 2020.

ACIONISTA:


THIAGO HENRIQUE PESSOA


BLACK SWAN HOLDING LTDA
Thiago Henrique Pessoa

DIRETORIA:


THIAGO HENRIQUE PESSOA
Presidente-Diretor


ANTÔNIO BENEDITO FERREIRA
Vice-Presidente

VISTO DO ADVOGADO:


MARCELO BAPTISTINI MOLEIRO
OAB/SP 234.745



**ANEXO I DA ALTERAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA LTDA NA SOCIEDADE POR AÇÕES DENOMINADA
WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA S/A**

WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA S/A

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - Sob a denominação de **WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA S/A** fica organizada uma sociedade anônima, em que se transformou a sociedade **WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA LTDA**.

Artigo 2º - A sociedade tem sua sede estabelecida na Rua Carneiro Leão nº 203 – Brás – São Paulo/SP – CEP: 030040-000, sendo seu domicílio e foro nesta mesma cidade, sendo-lhe facultado estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, a critério de sua Diretoria.

Artigo 3º - A sociedade, organizada empresarialmente, tem como objeto social comercio, importação, exportação de material de construção, aparelhos eletrônicos de uso pessoal domestico, peças, acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso domestico, informática, comunicação equipamentos de áudio vídeo, geradores elétricos, maquinários equipamentos agrícolas moveis artigos para decoração equipamento comercio industrialização, fabricação importação exportação de painéis de led, maquinas equipamentos de efeitos aluguel locação de maquinas Manutenção, reparação montagem conserto dos painéis e, bem como os serviços de instalações manutenções elétricas, prestação de serviços de engenharia elétrica, gestão de iluminação publica gerenciamento, fornecimento, locação instalação manutenção de produtos acessórios destinados iluminação publica os serviços de manufatura reversa descarte ecologicamente correta dos mesmo, bem como, Fabricação de Luminárias Outros equipamentos de iluminação, Fabricação de Lâmpadas em especial de LED, instalação, manutenção operação de estações de Radar fabricação de painéis fotovoltaicos geração, transmissão distribuição de energia elétrica finalmente serviços de despachantes aduaneiros os serviços de atividades paisagísticas atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), igual ao da sociedade em transformação, que era de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), totalmente realizado e dividido em 5.000.000 (cinco milhões) ações ordinárias do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, nominativas, distribuídas entre os acionistas na proporção atual de suas quotas.

Artigo 6º - As ações são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma dará direito a um voto nas assembleias gerais.

Artigo 7º - Os acionistas fundadores manterão, sempre, a propriedade de ações suficientes que lhes assegurem a maioria do capital social.

CAPÍTULO IV – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano e extraordinariamente sempre que convocada de acordo com a lei e com este Estatuto.

Artigo 9º - A Assembleia Geral será convocada pelo Diretoria, mediante anúncios afixados na sede da companhia e por telegrama, carta registrada, mensagem eletrônica ou por qualquer outro meio hábil de comunicação, desde que verificado o seu recebimento pelo destinatário. O ato convocatório deverá conter a ordem do dia, o dia, a hora e o local da reunião.

Parágrafo único: A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho Fiscal ou pelos Acionistas, observadas as disposições legais aplicáveis.

Artigo 10 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente da Diretoria ou, na sua ausência ou impedimento, pelos Diretores ou pelo Acionista escolhido pelos Acionistas presentes. Para compor a mesa, que dirigirá os trabalhos da Assembleia, o Presidente convidará um dos Acionistas presentes para servir como Secretário.

Artigo 11 - A Assembleia Geral Ordinária é competente para:

- a) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Sociedade;
- b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- c) eleger e destituir os membros da Diretoria e os membros do Conselho Fiscal;
- d) fixar a remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal; e
- e) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12 - A sociedade será administrada por uma Diretoria composta 1 (um) Diretor Presidente, sem designação específica, que será eleito por um período de 2 (dois) anos e cujos mandatos terminarão sempre na assembleia geral ordinária, podendo ser reeleitos.

Parágrafo único: Fica estabelecido, pelo presente estatuto, que somente poderá ocupar o cargo de Diretor Presidente os acionistas fundadores da Companhia e que eram detentores de quotas sociais da empresa transformada.

Artigo 13 - Os diretores terão a remuneração fixada, anualmente, pela assembleia geral dos acionistas, respeitando-se, ainda, os critérios estabelecidos no artigo 152 e seus parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Artigo 14 - A Diretoria tem os poderes e atribuição que a lei lhe confere para assegurar o funcionamento da sociedade e a conservação de seus objetivos, competindo-lhe deliberar exclusivamente acerca das seguintes matérias:

- a) aumento ou redução do capital social;
- b) emissão de qualquer espécie de valores mobiliários, desdobramento, grupamento;
- c) transformação societária ou reorganizações societárias, inclusive por meio de operações de fusão, cisão e incorporação de qualquer natureza, bem como aquisição de participações societárias ou participação em consórcios, devendo, entretanto, a decisão que vier a ser tomada ser submetida a assembleia geral;
- d) criação de ônus sobre as ações;
- e) plano de liquidação ou dissolução total ou parcial, declaração de falência ou reorganização judicial ou extrajudicial, devendo, entretanto, a decisão que vier a ser tomada ser submetida a assembleia geral;
- f) compra, aquisição, venda, cessão, locação, licenciamento ou outra forma de alienação de quaisquer bens do ativo permanente e/ou de quaisquer direitos, recebíveis e/ou contratos dos quais a Sociedade seja parte, exceto conforme previsto no Orçamento;
- g) criação de Ônus sobre quaisquer bens do ativo permanente ou sobre direitos ou recebíveis da Sociedade, exceto conforme previsto no Orçamento;
- h) celebração de qualquer contrato e/ou assunção de qualquer responsabilidade ou obrigação em valor individual superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) ou em uma série de operações relacionadas durante um período de 1 (um) mês em valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), acima dos valores previstos no Orçamento;
- i) celebração de qualquer operação ou contrato entre Sociedade, de um lado, e qualquer acionista, administradores, e/ou empregados da Sociedade, e/ou quaisquer familiares de quaisquer deles até o 3º grau, e/ou sociedades controladas, direta ou indiretamente, por tais pessoas, de outro; e
- j) nomeação de procuradores para a Sociedade.

Artigo 15 - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, 1 (uma) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente.

Parágrafo primeiro: As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente, quando for o caso, o voto de qualidade.

Parágrafo segundo: Das reuniões da Diretoria lavrar-se-á ata no livro próprio.

Artigo 16 - No caso de vaga na Diretoria, durante a sua gestão, o cargo vago será preenchido por escolha e nomeação dos demais diretores em exercício, até a primeira assembleia geral de acionistas, à qual caberá ratificar o escolhido ou eleger outro, até que se complete a gestão da Diretoria em exercício.

Artigo 17 - É expressamente vedado e nulo, em relação à Sociedade, o uso da denominação social em negócios estranhos aos seus objetivos, tais como a concessão de avais, fianças e outro qualquer ato de mero favor.

CAPÍTULO IV – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 18 - O exercício social terá início em 1º de janeiro de cada ano e termina em 31 de dezembro do mesmo ano, quando serão levantados o respectivo balanço patrimonial, as demonstrações dos lucros e prejuízos acumulados, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração das origens e aplicações de recursos.

Artigo 19 - Do lucro líquido apurado na Demonstração de Resultado do Exercício, e definido pelo artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, será elaborada a proposta de destinação a lhe ser dada, aplicando-se, compulsoriamente, 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, até que esta atinja a 20% (vinte por cento) do capital social, observando-se o disposto no Capítulo XVI da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição de um dividendo mínimo obrigatório, devendo o saldo, para constituição de uma reserva especial para aumento do capital social, observado o artigo 199, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, facultado à Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, apropriar parte ou a totalidade desse saldo para distribuição suplementar de dividendos ou constituição de reservas técnicas legalmente admissíveis.

CAPÍTULO V – DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 20 - A sociedade será dissolvida nos casos previstos pela lei em vigor e a sua liquidação se processará de acordo com o estabelecido nos termos dos artigos 208 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 21 - Dispensa-se a avaliação do acervo da sociedade transformada e, também, desnecessário o depósito de qualquer percentagem do capital social, já que o mesmo continua inalterado e os acionistas da sociedade anônima são exclusivamente os mesmos quotistas da sociedade, que independe de dissolução ou liquidação para mudar de uma forma para outra.

Artigo 22 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral.

E por se acharem em perfeito acordo em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se os acionistas a cumprirem a lei e este Estatuto Social, na melhor forma de direito.

VISTO DO ADVOGADO:



MARCELO BAPTISTINI MOLEIRO
OAB/SP 234.745



**ANEXO II DA ALTERAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA LTDA NA SOCIEDADE POR AÇÕES DENOMINADA
WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA S/A**

WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA S/A

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Denominação da Companhia: **WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA S/A**

Capital Subscrito e Integralizado: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões)

Número de Ações Subscritas: 5.000.000 (cinco milhões) ações

SUBSCRITORES	AÇÕES	VALOR (R\$)	FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO
THIAGO HENRIQUE PESSOA , brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG de nº 25.927.596 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 220.858.618-22, residente domiciliado na Rua Martiniano de Carvalho nº 807, apartamento 1.606 – Bela Vista – São Paulo/SP – CEP: 01321-001;	450.000	450.000,00	450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) quotas sociais da WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA LTDA, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, que foram recolhidas à Companhia, ficando automaticamente extintas e o capital social passou a ser representado por estas ações na nova companhia.
BLACK SWAN HOLDING LTDA , sociedade empresária limitada, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.599.523/0001-06, com sede social a Rua das Saudades nº 121 – Jardim Leila – Ferras de Vasconcelos/SP – CEP: 08532-500.	4.500.000	4.500.000,00	4.550.000 (quatro milhões, quinhentas e cinquenta mil) quotas sociais da WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA LTDA, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, que foram recolhidas à Companhia, ficando automaticamente extintas e o capital social passou a ser representado por estas ações na nova companhia.

ACIONISTA:

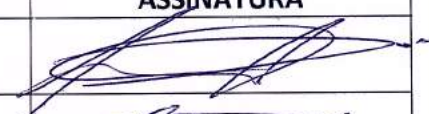


THIAGO HENRIQUE PESSOA


BLACK SWAN HOLDING LTDA
Thiago Henrique Pessoa

**ANEXO III DA ALTERAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA LTDA NA SOCIEDADE POR AÇÕES DENOMINADA
WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA S/A**

WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA S/A

LISTA DE PRESENÇA

NOME	NÚMERO DE AÇÕES	ASSINATURA
THIAGO HENRIQUE PESSOA	450.000	
BLACK SWAN HOLDING LTDA	4.500.000	





Declaração

Eu, THIAGO HENRIQUE PESSOA, portador da Cédula de Identidade nº 25.927.596-7, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 220.858.618-22, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA S/A., **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Rua Carneiro Leão, 203, Bras, SP, São Paulo, CEP 03040-000, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ** obter parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

THIAGO HENRIQUE PESSOA
RG: 25.927.596-7

WT TECNOLOGIA, GESTÃO E ENERGIA S/A.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

PROAD nº 1914/2022 – Pregão Eletrônico

Assunto: Contratação de instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica no prédio da VT de São João da Boa Vista.

Prezado Sr. Coordenador,

Trata-se de impugnações ao instrumento convocatório relativo ao Proad nº 1914/2022, Pregão Eletrônico, consignadas em manifestações tempestivas encaminhadas por:

- Empresa TORESIN & CAVALCANTE SERVIÇOS EM LICITAÇÕES LTDA, encaminhada pela Sra. Suzerli Ferrari, da área Licitação Pleno;

- Dra. Ana Cristina Nepomuceno, advogada, inscrita na OAB/MG nº 135.406;

- Empresa WT TECNOLOGIA GESTÃO E ENERGIA S.A., representada pelo Sr. Thiago Henrique Pessoa em pedido encaminhado pela Dra. Gabriela Assuar Nucci, advogada do Departamento Jurídico GCL Brasil, inscrita na OAB/SP nº 431.033.

Em suas razões, as Impugnantes insurgem-se, basicamente, contra uma previsão do instrumento convocatório. Seguem as alegações das Impugnantes:

1) Empresa TORESIN & CAVALCANTE SERVIÇOS EM LICITAÇÕES LTDA

"(...) De acordo com o item 9.11.4 do edital a empresa deve comprovar que possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, engenheiro mecânico ou técnico de segundo grau, conforme consta em Resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica conforme subitem acima.

Foi divulgado, resposta de esclarecimentos feito por outras licitantes, no sentido de ampliar a competitividade, informando que a serão aceitos a comprovação de profissional "engenheiro" (geral) e técnicos industriais.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

A resolução 218/73 discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, constando em seu art. 8º as competências do engenheiro eletricista:

*Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, **referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica**; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.*

*Em consulta ao próprio CREA de São Paulo no canal "fale conosco" a resposta foi que a atividade objeto do edital – FOTOVOLTAICA - é **de atuação privativa do profissional da Engenharia elétrica**.*

*Portanto, não se pode aceitar a comprovação de engenheiro **que não seja eletricista**, uma vez que somente esse tem competência legal para atuar e trabalhar com o objeto da licitação. **Não se trata de ampliar a competitividade, uma vez que os demais engenheiros - que não eletricistas - não possuem capacidade técnica e legal para atuar com determinada matéria**.*

Já em relação ao técnico industrial, não basta a comprovação de ter profissional técnico industrial no rol de funcionários. O profissional deve possuir habilitação em eletrotécnica, conforme Resolução 074/2019 do Conselho Federal dos Técnicos Industriais.

*A Licitação é procedimento administrativo prévio aos contratos da Administração Pública, com fundamento legal no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal. Ressalta-se, que o objetivo da licitação é a busca da proposta mais vantajosa dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com o Poder Público, bem como garantir a **isonomia, transparência e legalidade das contratações públicas**.*

Ao edital, tanto o licitante quanto a Administração estão vinculados, por isso, a importância de se determinar de forma legal e previamente os requisitos para o certame, a fim de não se configurar ato nulo ou anulável por irregularidade cometida nesta fase."

2) Dra. Ana Cristina Nepomuceno



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

*"(...) Contudo, foi detectada uma falha quanto a exigência contida no item 9.11.41 do instrumento convocatório, em razão do **desenvolvimento do projeto, a instalação, a responsabilidade técnica e a manutenção dos sistemas objeto do presente processo, serem trabalhos específicos dos profissionais habilitados na área de engenharia elétrica, bem como a ART do Projeto Fotovoltaico somente poder ser assinada por engenheiros elétricos, não tendo o Engenheiro Mecânico atribuição para tal.***

Na categoria dos engenheiros, somente o eletricitista possui as atribuições para projetar e executar projetos fotovoltaicos, conforme o artigo 8º da resolução n.º 218, de 29/06/1973 do Crea/Confea".

3) Empresa WT TECNOLOGIA GESTÃO E ENERGIA S.A.

*"(...) No entanto, depreende-se do Edital **inconsistências** observadas quanto a qualificação técnica exigida no item 9.11.4, que assim expressa:*

'9.11.4. Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, engenheiro mecânico ou técnico de segundo grau, conforme consta em Resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica conforme subitem acima. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo:'

Como se observa, o item 9.11.4 exige que os licitantes comprovem possuir, no quadro permanente de colaboradores, profissional de engenharia mecânica.

TODAVIA para a execução do objeto licitado, inexistem atividades que justifique a tal exigência, sendo certa, apenas, a necessidade quanto ao profissional de engenharia elétrica.

Na categoria dos engenheiros, somente o eletricitista possui as atribuições para projetar e executar projetos fotovoltaicos, conforme o artigo 8º da resolução n.º 218, de 29/06/1973 do Crea/Confea.

*Uma vez que o objeto da licitação é a instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectado à rede, além da atualização e/ou substituição do padrão de entrada de energia, mister a necessidade de **engenheiro elétrico**, verdadeiro profissional que detém a devida qualificação técnica para realizar o objeto da licitação.*



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

Nos termos da Resolução nº 218 do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), mais especificamente, de seus artigos 8º e 9º, são atribuições do engenheiro eletricista:

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.

Art. 9º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRÔNICO ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETRÔNICA ou ao ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a materiais elétricos e eletrônicos; equipamentos eletrônicos em geral; sistemas de comunicação e telecomunicações; sistemas de medição e controle elétrico e eletrônico; seus serviços afins e correlatos.

E, sobre as atribuições do engenheiro mecânico, a mesma norma, em seu artigo 12, estabelece que:

Art. 12 - Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.

As normas aqui colacionadas evidenciam a ausência de atribuição e competência técnica do profissional da engenharia mecânica para a instalação dos equipamentos que compõem o objeto do presente procedimento licitatório.

Desta feita, a exigência do edital, em seu item 9.11.4, no sentido de os licitantes comprovarem, a composição do quadro técnico por um engenheiro mecânico, AO INVÉS DE engenheiro eletricista, contradiz a normativa apresentada, indo de encontro, inclusive, com a



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

regulamentação da atividade pelo órgão competente (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia)."

As Impugnantes encerram com os seguintes pedidos:

1) Empresa TORESIN & CAVALCANTE SERVIÇOS EM LICITAÇÕES LTDA

"Diante do exposto, requer:

1) seja dado provimento a presente impugnação, reformulando-se o Edital Licitatório, no sentido de exigir que a comprovação se dê na forma da lei, ou seja, engenheiro eletricista ou técnico industrial com habilitação em eletrotécnica.

2) que caso a Comissão não entenda assim, que o processo seja encaminhado a Autoridade Superior para apreciação, devidamente informados pelos motivos de sua recusa".

2) Dra. Ana Cristina Nepomuceno

"(...) requer a Vossa Senhoria a alteração do edital elaborado para a respectiva licitação, retificando se o item 9.11.4, alterando se a exigência da comprovação de que a empresa possua, em seu quadro permanente, na data da licitação, engenheiro mecânico ou técnico de segundo grau, passando a constar a exigência de comprovação de que a empresa possua, em seu quadro permanente, na data da licitação, engenheiro eletricista, sendo este último o único habilitado para executar o presente objeto".

3) Empresa WT TECNOLOGIA GESTÃO E ENERGIA S.A.

"Ante o exposto, requer seja recebida, analisada e julgada totalmente procedente a presente IMPUGNAÇÃO, com efeito de modificar o Edital, de forma a adequar a exigência da qualificação técnica do item 9.11.4, saneando suas inconsistências, de modo a retificar a exigência de engenheiro mecânico para que conste engenheiro elétrico.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

Pugna-se, assim, pela republicação do Edital, com as adequações que se mostram indispensáveis, com a reabertura do prazo inicialmente previsto, como bem determina a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 21, § 4º."

É O RELATÓRIO.

No tocante às alegações das empresas, segue a manifestação deste pregoeiro.

1) Do subitem 9.11.4 do edital

De fato, no Edital do Pregão nº 16/2022, constou a seguinte exigência:

"9.11.4. Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, engenheiro mecânico ou técnico de segundo grau, conforme consta em Resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica conforme subitem acima. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo:

1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social:

2) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;

3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

4) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame."

No entanto, uma vez detectado o equívoco, foi publicado pronto esclarecimento, por meio de Aviso, pelo Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br – conforme segue:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

"Resposta 08/04/2022 14:03:30

De fato, a exigência não irá prosperar. O subitem 9.11.4 foi alterado, devendo ser considerado o seguinte texto: ' 9.11.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital. A comprovação de vínculo profissional será feita conforme os requisitos abaixo: a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente; c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; d) Prestador de serviços: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame."

"Aviso 08/04/2022 14:05:20

Avisamos a todos os licitantes que o texto do subitem 9.11.4 do edital foi alterado. O texto a ser considerado é o que segue: " 9.11.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital. A comprovação de vínculo profissional será feita conforme os requisitos abaixo: a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente; c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; d) Prestador de serviços: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame."

Conforme disposto no Item 1 do Edital, no subitem 1.1 do Anexo I – Termo de Referência do Edital e no Anexo II ao Edital – Proposta Atualizada, os esclarecimentos



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

constantes do Portal de Compras do Governo Federal **são partes integrantes do próprio Edital**, devendo, portanto, ser observados por todas as empresas interessadas (*"... conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, **partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal** - www.comprasgovernamentais.gov.br."* – grifo nosso).

Assim sendo, todo e qualquer pedido de impugnação que se insurja contra a exigência de que a empresa possua, em seu quadro permanente, na data da licitação Engenheiro Mecânico ou Técnico em Segundo Grau, perdeu, automaticamente, seu fundamento ou razão de ser, visto que tal exigência, de fato, não mais existe no atual texto do subitem 9.11.4 do edital.

Quanto, porém, ao pedido de Impugnantes para, ao invés, a inserção da exigência, com exclusividade, de Engenheiro Eletricista, com fulcro no artigo 8º da Resolução nº 218, de 29/06/1973, do CREA/CONFEA, em consulta à área técnica deste E. TRT, obtivemos o seguinte retorno:

"Conforme Resolução 074 de 05/07/2019 que disciplina e orienta as prerrogativas e atribuições dos técnicos industriais com habilitação em eletrotécnica, em seu art. 3º, item IV, diz o seguinte:

Art. 3º Os Técnicos Industriais com habilitação em eletrotécnica têm, ainda, as seguintes atribuições técnicas:

IV - Elaborar projetos e executar as instalações elétricas, e manutenção de redes oriundas de diversas fontes geradoras, como por exemplo:

- a) Biogás - decomposição de material orgânico;*
- b) Hidrelétrica - utiliza a força da água de rios e represas;*
- c) Solar - fotovoltaica, obtida pela luz do sol;*
- d) Eólica - derivada da força dos ventos;*



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

- e) *Geotérmica - provém do calor do interior da terra;*
- f) *Biomassa - procedente de matérias orgânicas;*
- g) *Maré Motriz - natural da força das ondas;*
- h) *Hidrogênio - provém da reação entre hidrogênio e oxigênio que libera energia;*
- i) *Térmica - advém do calor do sol, queima de carvão ou combustíveis fósseis;*
- j) *Bem como outras fontes de energia ainda não catalogadas.*

Fica então comprovada a habilitação dos técnicos industriais."

Diante do disposto pela Resolução CFT nº 74, de 05/07/2019, a possibilidade de uma exclusiva participação de Engenheiros Eletricistas já careceria de amparo normativo, o que tornaria a alteração proposta pelas Impugnantes uma violação ao consignado no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 ("... *ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações*;" grifo nosso), bem como do inciso I do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 8.666/1993 ("§ 1º *É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;*") e do disposto no artigo 30 do mesmo instrumento legal ("Art. 30. *A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão prévia e objetivamente definidas no instrumento convocatório.

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.").

Dessa forma, admitir a inclusão da exigência para que a prestação do serviço seja efetuada, de forma exclusiva, por Engenheiro Eletricista, não somente cercearia a disputa, tornando-a possível apenas para número reduzido de empresas, mas, também, deixaria o instrumento editalício em flagrante ilegalidade, o que, de forma alguma, é aqui pretendido.

Nesse sentido, é importante citar o disposto no Acórdão nº 653/2007 – Plenário do TCU:

"Não exija requisitos profissionais com base exclusivamente na formação e no tempo de experiência dos profissionais, salvo quando tais características revelarem-se imprescindíveis à execução do objeto, situação em que, por configurar medida de caráter restritivo, deverá ser tecnicamente justificada de forma expressa e publicamente os motivos das exigências no processo licitatório,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

assegurando-se de que os parâmetros fixados são necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado. (Acórdão 653/2007 Plenário – extraído do Portal do TCU – portal.tcu.gov.br).

Citamos também o disposto no Acórdão nº 1.110/2007 – Plenário do TCU:

“Com relação à não-previsão em edital da possibilidade de prova da atividade profissional, levando-se em conta a execução de obras ou serviços de características semelhantes às indicadas, tal irregularidade diz respeito à exigência contida em edital (item 5.2.4.2) de comprovação de capacidade técnico-profissional de que o licitante possua em seu quadro permanente profissional que comprove a execução de obras específicas, listadas de forma taxativa no edital, sem admitir a comprovação de realização de obras similares. Tal exigência está em desacordo com o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93, que admite a comprovação da capacitação técnico-profissional por meio de atestados de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes. Ademais, além de extrapolar os ditames legais, entendendo que o requisito editalício é também restritivo ao caráter competitivo da licitação. (...)”. (Acórdão 1110/2007 Plenário – Voto do Ministro Relator – extraído do Portal do TCU – portal.tcu.gov.br).

DA CONCLUSÃO

Considerando, o estabelecido no § 1º do art. 24 do Decreto nº 10.024/2019:

“Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

Tendo em vista as informações prestadas pela área técnica, por todo o exposto e em conformidade com o quanto dispõe o artigo 24, § 1º do Decreto nº 10.024/2019, acima transcrito, conheço das impugnações impetradas para julgá-las improcedentes.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

Respeitosamente,

Campinas, 20 de abril de 2022.

Felipe Daniel Mendes Paiva
Pregoeiro

Ciente e de acordo.
Campinas, 20 de abril de 2022.

André Scatuzzi
Coordenador de Licitações